



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 71

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 16 de outubro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Bruno Belo*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o ponto prévio da Agenda da Reunião, a **Eleição da Secretária da Mesa da ALRAA**, tendo sido eleita a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*).

Posteriormente, passou-se para a **Interpeleção ao Governo Regional sobre “Educação e reivindicações dos docentes”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra para intervir no debate as Sras. Deputadas Rute Gregório (*CDS-PP*), Sónia Nicolau (*PS*), os Srs. Deputados Jorge Jorge (*PSD*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Findo este ponto, passou-se para a Agenda da Reunião com o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI – “Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Jorge Jorge, usaram da palavra as Sras. Deputadas Sónia Nicolau (*PS*), Rute Gregório (*CDS-PP*), os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Maurício (*PSD*), André Bradford (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Jorge (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

De seguida, passou-se para a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto”](#), tendo a mesma sido apresentada pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), André Rodrigues (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila de Matos

Marta Cristina Moniz do Couto

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Jorge Azevedo **Paiva**
Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Como podem verificar na Agenda que foi distribuída por todos, antes de entrarmos propriamente na ordem de trabalhos vamos proceder à **eleição da Secretária da Mesa.**

Estão cumpridos todos os formalismos da apresentação da candidatura da Sra. Deputada Graça Silva para o exercício desta função e, por isso, pedia que fossem distribuídos os boletins de voto para depois fazermos a chamada e conseqüente votação.

(Neste momento, procedeu-se à distribuição dos boletins de voto pelos Srs. Deputados)

Presidente: Estão distribuídos os boletins de voto. Vamos então iniciar a votação.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados e posteriormente à contagem dos votos)

Presidente: Concluída que está a contagem dos votos, vou pedir à Sra. Secretária da Mesa que faça o anúncio do resultado da votação.

Secretária: Relativamente à eleição da Secretária da Mesa deram entrada na urna 56 votos, um nulo, duas abstenções, 11 votos não e 40 votos sim.

Presidente: Está então eleita a Sra. Deputada Graça Silva como Secretária da Mesa. Desejo-lhe as maiores felicidades. Seja bem-vinda à equipa e desejo-lhe também um bom trabalho.

Quanto à Sra. Deputada Bárbara Chaves não posso deixar de fazer aqui uma referência de agradecimento pela forma exemplar com que desempenhou as suas funções, pela disponibilidade, pela responsabilidade e por todo o apoio fundamental nesta Mesa. Desejo-lhe também as maiores felicidades para as suas novas funções e muito obrigada por tudo e até sempre.

Peço então à Sra. Deputada Graça Silva o favor de ocupar o seu lugar na Mesa para então darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Neste momento, a Sra. Deputada Graça Silva ocupou o seu lugar na Mesa)

Muito bem, vamos então entrar na ordem de trabalhos.

O ponto um da nossa Agenda é a **Interpeção ao Governo Regional sobre “Educação e reivindicações dos docentes”**, interpelação esta apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes também como é habitual e são os seguintes: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o

PSD, 24 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; e a Representação Parlamentar do PCP, 10 minutos.

Tem a palavra para iniciar o debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Volto a esta tribuna para falar do nosso sistema educativo em geral e da questão, que considero central, da recuperação do tempo de serviço congelado aos professores e educadores.

Tenho defendido aqui, ao longo de todos estes anos, que o progresso da nossa sociedade, o combate às desigualdades sociais e o nosso crescimento económico dependem muito da eficácia do nosso sistema educativo.

Nos Açores, assim como no resto do país, persistem desigualdades sociais gritantes. Os filhos e netos dos mais pobres herdam, em grande parte dos casos, essa situação social. A pobreza herda-se nos Açores. Ainda não conseguimos quebrar, na nossa terra, o círculo vicioso da desigualdade. Ainda não conseguimos dar, a todas as nossas crianças e jovens, iguais oportunidades.

Temos de dar, a todos, iguais oportunidades. O Estado – e no nosso caso a administração regional – tem o dever e a missão de assegurar, a todos, as condições necessárias que garantam que nenhuma das nossas crianças e jovens fica para trás. Temos de corrigir as desigualdades e criar as condições de progresso e de triunfo coletivo e individual que assegurem a realização de todos.

Temos de garantir que todos possam, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões e alcançar a sua própria realização pessoal. Alguns não conseguirão, por diversas razões, alcançar esses objetivos. O que nós, todos nós, temos de garantir é que ninguém nasce e vive condenado a um destino mais desigual e mais desfavorecido. É isso que temos de garantir.

Ora eu acredito que a escola constitui o meio mais decisivo de correção das assimetrias sociais. Muitos dos que escaparam ao círculo vicioso da pobreza e da desigualdade devem esse feito à escola pública e à expansão que a mesma conheceu após o 25 de abril.

Nas últimas décadas, Portugal superou mesmo, no âmbito de diversos estudos europeus, como por exemplo o PISA, os resultados obtidos por países como a França, a Itália ou a Espanha. Países que nos superam amplamente em termos de *PIB per capita*. Este facto demonstra que os resultados do sistema educativo podem superar circunstâncias sociais adversas e constrangimentos de classe seculares.

Os nossos próprios resultados regionais, no âmbito dos estudos internacionais a que temos vindo a fazer referência, evidenciam, claramente, que os alunos provenientes de meios sociais mais desfavorecidos obtêm, em geral, piores resultados. Mas não tem de ser assim. É possível melhorar e obter melhores resultados mesmo em contextos sociais mais desfavorecidos. Temos é de empenharmo-nos e libertar os recursos económicos necessários para corrigir desigualdades cuja origem se perde na noite dos tempos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Penso que já deixei claro que considero que a educação constitui o principal instrumento de correção das desigualdades e de progresso da nossa sociedade. No sistema educativo todos têm um papel relevante. Os alunos, as famílias, os docentes e não docentes e também o grau de compromisso dos poderes públicos.

Pretendo hoje abordar, pela sua atualidade e importância, a questão da valorização da profissão docente.

Estou absolutamente convencido que nenhuma reforma educativa terá sucesso em Portugal, e muito em particular nos Açores, se não contar com a adesão dos professores. São eles que, nas nossas escolas, têm o dever e a missão de fazer

de cada aluno um caso de sucesso. Eles são a primeira linha de uma intervenção que tem de superar constrangimentos financeiros, histórias de vida muitas vezes muito complicadas e o desinteresse que resulta de um ambiente social que não valoriza a escola.

Estes homens e estas mulheres, a quem a Região envia para a primeira linha de um combate que temos de vencer em nome do progresso, da justiça e da igualdade de oportunidades, têm de ser devidamente valorizados na nossa sociedade. Têm de sentir que nós, os poderes públicos, constituímos a sua retaguarda segura. Que garantimos o bem-estar das suas famílias e que os valorizamos.

Têm de sentir que podem embrenhar-se numa luta difícil, que exige muitas das suas horas e minutos disponíveis, muito para além do seu horário. Estes homens e estas mulheres têm de sentir que nós estamos aqui. Que somos a retaguarda que não cede e que lhes garante todas as condições para triunfar num combate que significa ganhar um futuro mais próspero e socialmente mais justo para todos.

Têm de sentir que valorizamos o seu espírito de missão e a entrega generosa de quem tem a função de complementar o esforço das famílias e de superar as debilidades e insucessos de algumas das nossas políticas de justiça social.

Nas escolas, um aluno “ganha-se sempre” quando percebe e sente que ele é a nossa prioridade e que não o vamos abandonar, seja em que circunstância for. Os professores têm essa missão, que está muito para além dos seus deveres burocráticos.

Meus senhores!

Eu não acho que os professores dos Açores estejam a ser tratados como merecem. Eu não acho que os poderes públicos estejam a ser a sua retaguarda segura. Eu não acho que o Governo Regional os valorize da forma como merecem.

A atual luta dos professores pela recuperação do tempo de serviço que efetivamente prestaram e que lhes foi congelado, impedindo assim a sua progressão em termos de carreira, é, a este respeito, exemplar.

A questão é a seguinte: o Governo Regional está ou não está de acordo com a recuperação integral do tempo de serviço prestado pelos docentes dos Açores? Está ou não está?

Se está a favor da recuperação integral do tempo de serviço dos docentes – que me parece uma questão de justiça indiscutível -, cabe ao Governo Regional elaborar uma proposta que, em negociação com os representantes da classe docente, permita alcançar, de forma gradual, esse objetivo. Os professores estão, como é público, disponíveis para negociar os prazos de recuperação do tempo de serviço e a competência nesta matéria pertence inteiramente aos órgãos de governo próprio da Região.

Se o Governo Regional não está de acordo com a recuperação integral do tempo de serviço dos docentes, então deve verbalizar essa sua opinião de forma clara. Na minha opinião, o que não é digno nesta matéria é o Governo Regional refugiar-se nas saias de Lisboa e ficar-se por ali a fazer uma triste figura.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos autonomia política e legislativa para decidir. O Governo Regional já disse que a questão financeira não é determinante. Sendo assim, o que é que falta para que o Governo Regional possa assumir as suas responsabilidades?

Os professores não percebem por que razão a Autonomia dos Açores, que ensinam nas nossas escolas, só não é exercida precisamente no seu caso. Perguntam-se, seguramente, se são “filhos de um deus menor”.

Meus senhores!

Defendo aqui que a recuperação integral do tempo de serviço dos docentes constitui uma medida justa e de efetiva valorização da carreira docente.

Defendo aqui, também, que se trata de uma medida que acautela os interesses da Região, a curto e médio prazo. Temos de tornar a carreira docente mais apelativa nos Açores. Temos de criar um quadro de diferenciação positiva da carreira docente nos Açores que nos permita evitar constrangimentos futuros no âmbito da colocação de professores nas escolas da nossa Região.

A curto prazo o país – e a nossa Região em particular - enfrentará uma situação que muitos julgavam impensável. Portugal terá falta de professores como agora, por exemplo, tem falta de médicos.

Esta é a oportunidade de valorizar a carreira docente nos Açores. Recuperando integralmente o tempo de serviço prestado pelos docentes e integrando nos quadros de escola os docentes contratados de forma sistemática pelo nosso sistema educativo.

Trata-se, em primeiro lugar, de fazer justiça. De acautelar o futuro também. De ter os tais soldados de primeira linha valorizados e motivados. Mas o mais importante de tudo é que os Açores, investindo na educação e valorizando os professores, fica em condições de ganhar o combate mais importante do nosso tempo: ganhar a batalha do conhecimento, da justiça social e do progresso da nossa sociedade.

Disse!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sim senhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora então a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Enfrentemos as questões de frente. A posição do Governo dos Açores sobre o descongelamento do tempo de serviço dos professores foi atempadamente

anunciada e prima sempre pela defesa de uma carreira com vantagens sobre a prática do sobranter território nacional.

Em novembro do ano passado eu próprio, como Secretário Regional da Educação e Cultura, também o Vice-Presidente e inclusivamente o Presidente do Governo dos Açores, assumimos em conjunto e perante os dois sindicatos representativos dos professores da Região o compromisso da aplicação no arquipélago da solução que viesse a ser encontrada no continente obviamente que na sequência das negociações entre o Governo da República e as forças sindicais.

Mantemo-nos naturalmente fiéis a esse compromisso, quer isto dizer que cumprimos a promessa independentemente dos custos, maiores ou menores, e serão sempre maiores nos Açores e em benefício dos professores.

Assumimos e mantemos uma tal posição por ser efetivamente ela uma garantia, quiçá, a melhor garantia de que os professores dos Açores ficarão sempre em vantagem sobre os demais e porquê?

Porque dos mais de nove anos de serviço congelado os professores dos Açores já beneficiaram de uma recuperação de mais de dois anos de serviço correspondente ao período entre setembro de 2005 e dezembro de 2007.

Assim, independentemente de quaisquer circunstâncias aos professores dos Açores restará no mínimo, mas sempre, menos tempo de recuperação de serviço que aos demais colegas do continente.

A título de exemplo caso se mantenha a proposta governamental de recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias, aos professores do continente restará cerca de sete anos por recuperar, aos professores dos Açores menos tempo, de concreto cerca de quatro anos.

Quer isto dizer que a aplicação da solução nacional nos Açores não é a solução nacional, é substancialmente melhor.

Além disso, também nos Açores a carreira docente é a mais favorável do país, um facto reconhecido publicamente pelos próprios sindicatos. De facto, é uma carreira sem barreiras, inteiramente livre, porque destituída de quotas para efeitos de progressão ao contrário do que acontece nos Açores com todos os demais funcionários públicos, ao contrário também do que acontece no continente com todos os professores que para efeitos de progressão estão sujeitos a regimes de quota para acesso aos escalões 5.º e 7.º e a uma prática de aulas assistidas para acesso aos escalões 2.º e 4.º.

Por isso, se há muitos professores que após um tempo, mesmo longo de leccionação nos Açores fazem o regresso ao continente quase sempre por motivos familiares, ao mesmo tempo são alguns e não propriamente poucos os professores do continente que chegam aos Açores jamais por motivos familiares, inequivocamente pela atratividade de uma carreira mais vantajosa.

Do passado ao presente tudo isto é fruto da existência e da utilização da autonomia. Tudo isto aconteceu e tudo isto acontece porque para este Governo em vez de um mero procedimento a autonomia tem de ser uma inequívoca vantagem ao contrário da oposição que parece valorizar a autonomia da forma, neste caso cingido à realização de umas tantas reuniões, em redor de uma mesma mesa, sem qualquer garantia de sucesso, ao contrário da oposição que parece valorizar a autonomia da forma, o Governo valoriza a autonomia do conteúdo, o mesmo é dizer dos resultados, isto é, aquela autonomia que neste caso concreto dos professores há de continuar a garantir a existência nos Açores da melhor carreira docente do país, isto é, aquela autonomia que em cada dia e em cada caso contribui para a melhoria da vida das gentes.

Ao fim e ao cabo, uma autonomia que não conhece inimigos, sejam eles políticos, ou profissionais, porque a todos irmana na luta comum pelo combate, pela dignificação da existência humana.

Foi a autonomia que permitiu em 2008 a recuperação de mais de dois anos de serviço; foi a autonomia que nos anos do resgate financeiro a Portugal poupou muitos funcionários públicos, também muitos professores aos cortes salariais cegos aplicados no continente e na Madeira; foi a autonomia que libertou os professores da permanência na escola durante a componente não letiva sem alunos em benefício de uma gestão mais racional e mais proveitosa do tempo; foi a autonomia que garantiu a aprovação de um estatuto da carreira docente mais favorável do que no resto do país; foi a autonomia que garantiu a aprovação do melhor sistema nacional de avaliação encarado hoje como hipotético modelo pela Madeira e pelo continente; foi a autonomia que facilitou a aprovação de um regulamento de concursos mais amigo dos professores, muito por força da sua periodicidade anual; foi a autonomia que libertou os docentes da obrigatoriedade da permanência por três anos nas escolas de colocação em benefício da aproximação dos professores aos locais de residência e da conseqüente reunião das famílias; e agora é de novo a autonomia que coloca os professores dos Açores em vantagem relativamente aos do continente, mesmo que aplicada na Região a solução do país atentas as possibilidades da recuperação de mais tempo de serviço e de progressão com maior rapidez.

No país as negociações entre o Governo e os sindicatos foi pródiga em impasses e conflitos, nem sequer na reunião suplementar solicitada pelos sindicatos ao Governo verdadeiramente se ponderou se as propostas apresentadas pelo executivo eram suscetíveis ou não de colocar os docentes com benefícios de progressão na carreira e de atualização salarial idênticos aos dos demais funcionários públicos, como também não se ponderou se os termos da declaração de compromisso de novembro do ano passado, entre o Governo da República e os sindicatos, preveem a recuperação total ou parcial do tempo de serviço congelado.

O Governo da República decidiu-se pela recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias de serviço congelado alegadamente para o estabelecimento de equidade entre a carreira dos professores e a dos demais funcionários públicos e porquê?

Porque os funcionários públicos progridem de 10 em 10 anos pelo que a recuperação de sete anos de serviço equivale à recuperação de 70% de um escalão, porque os professores progridem de quatro em quatro anos pelo que a recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias também equivale à recuperação de 70% de um escalão.

Presos a uma inflexibilidade extrema os sindicatos nunca contraditaram verdadeiramente este raciocínio para que melhor se aferisse da sua validade que bem pode não ser nenhuma.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Atentas às circunstâncias do processo político não nos pronunciaremos em concreto sobre a aplicação nos Açores dos dois anos, nove meses e 18 dias e no mínimo por três razões: porque o diploma ainda carece de promulgação do Presidente da República; porque se promulgado o diploma já foi anunciado vai ser discutido na Assembleia da República onde o Partido Socialista é minoritário, onde os aliados da dita gerigonça, o PCP e o Bloco de Esquerda, já expressaram o propósito de recuperação de todo o tempo de serviço, onde tudo ficará na dependência das posições do CDS e particularmente do PSD.

Portanto, como já foi pedido por um líder sindical o diploma pode bem sair da Assembleia da República consagrada a recuperação de nove anos, quatro meses e dois dias, o que no caso dos Açores corresponderá ao descongelamento de sete anos, mas não nos pronunciaremos em concreto sobre esta proposta de dois anos, nove meses e 18 dias porque ainda em sede de discussão do Orçamento de Estado a matéria pode vir a ser tratada por força dos constrangimentos de um

governo minoritário sempre dependente de sucessivos acordos de incidência parlamentar.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor é um homem crente!

O Orador: No começo da discussão deste assunto dado o teor da posição que assumimos não procedemos à abertura de um processo negocial próprio sobre o descongelamento da carreira docente. Se o não fizemos no passado não o faremos no presente quando mais se aproxima o conhecimento da decisão nacional, se bem que eventualmente dependente dos procedimentos atrás descritos.

Uma interpelação parlamentar movida por um partido da oposição releva sempre aspetos menos conseguidos das políticas governativas que no mínimo requerem uma reflexão de procedimentos e talvez também demandem uma inversão de rumos.

Apesar do nosso sistema educativo ainda não ter alcançado os patamares de excelência por que almejamos, certo é que a implementação do ProSucesso a partir de 2015-16 evidencia indicadores que transmitem esperança.

Estamos, portanto, numa interpelação parlamentar que discute direitos laborais dos professores, mas estamos numa interpelação parlamentar de longo espectro sobre a educação e a isso se reportou no início da sua intervenção o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

A esse respeito gostaria de dizer o seguinte: embora ainda provisórios, os números já disponíveis e relativos ao ano letivo de 2017-18 acabado de findar confirmam quer no ensino básico, quer no ensino secundário, a superação com razoável antecedência das metas estabelecidas no ProSucesso para 2020-21.

Referimo-nos, por exemplo, a taxas de transição de 93% no 1.º ciclo quando a meta de 2020-21 é de mais de 90; de 93% no 2.º ciclo quando a meta de 2020-21 é de mais de 86; de 87% no 3.º ciclo quando a meta de 2020-21 é de mais de 80; de 78% no secundário quando a meta de 2020-21 é de mais de 75%.

Na avaliação externa também do ano letivo de 2017-18 das provas finais do ensino básico ressalta um sabor agridoce decorrente da subida de nove pontos a português que resulta na obtenção da melhor classificação de sempre de 61.4 pontos percentuais entretanto ensombrada por uma equivalente descida na matemática a acompanhar uma tendência geral que se traduz numa média nacional negativa, um facto que nos moveu ao reforço do acompanhamento do ensino da matemática no 3.º ciclo.

Já no secundário os resultados seguem as tendências nacionais, embora a melhoria das médias em 13 das 20 disciplinas constituam um fator positivo.

Por acréscimo a coincidência entre a diminuição de 1.432 alunos de 37.604 para 36.172 e aumento de 110 assistentes operacionais, técnicos e técnicos superiores de 2.693 para 2.803 a superar o rácio legal da generalidade das nossas unidades orgânicas e a manutenção de um contingente de professores muito semelhante (4.902 em 2017-18, 4.890 em 2018-19) diz bem do apoio reforçado que conferimos à formação dos nossos estudantes que a prazo poderá vir-se a converter em melhoria de resultados.

De resto, o aumento do número de professores no quadro de 4.312 para 4.390 com a concomitante redução do número de professores precários de 818 para 732, diz bem da pretensão da constituição de um corpo docente mais qualificado e mais estável.

Embora as instalações não sejam a essência das instituições a disponibilidade de edifícios modernos e funcionais facilita certamente a ação pedagógica.

A conclusão para breve das escolas da Calheta em São Jorge e de Canto da Maia em Ponta Delgada, a prossecução da obra das Capelas, o próximo lançamento do concurso da empreitada de Rabo de Peixe, aliás muito para breve, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... depois o dos Arrifes e o início de diligências tendentes à requalificação da EBI da Lagoa encerram um ciclo de grandes empreendimentos que alterará o figurino das construções escolares no arquipélago.

Vou terminar. Antes disso quero dizer que no sistema educativo regional os estudantes são o critério e a medida de todas as coisas, porque acreditamos que todas as crianças, todos os adolescentes, todos os jovens, possuem capacidade de aprendizagem; porque acreditamos igualmente que a aprendizagem é a melhor estratégia no combate à pobreza e à desigualdade, mas se insistimos nos estudantes enquanto epicentro do sistema educativo regional, não quer dizer que enjeitemos a missão dos demais agentes e particularmente dos professores.

Aliás, como lembrou António Nóvoa: “Não há nada, absolutamente nada que substitua um bom professor.”

Com efeito se não são os únicos, são pelos menos os melhores parceiros do Governo nesta luta sem tréguas em prol do sucesso escolar e apesar da singularidade das conjunturas de hoje afetadas pela crispação laboral sempre guiámos o nosso desempenho pela concessão de maior confiança, de maior estabilidade ao exercício da profissão.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Foi assim na revisão do Estatuto, no Regulamento dos concursos e até no fim da obrigatoriedade de três anos de permanência na escola de colocação ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Resta tempo?

O Orador: ... e se foi assim no passado, agora também o será para que a democratização do ensino ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Secretário, ainda resta tempo?

O Orador: ... equivalha verdadeiramente à valorização do trabalho docente.
Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está concluída a abertura do debate. Passamos agora ao debate propriamente dito.

Está inscrito o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Tudo parece impossível até que seja feito.”

É com esta frase inspiradora de Nelson Mandela que hoje o PSD inicia este dia de plenário em que se vai falar de educação e em que um dos seus pilares vai estar em destaque, que são os professores, neste caso particularmente a contagem do tempo de serviço efetivamente prestado pelos professores.

Neste dia em que o PSD apresenta a única iniciativa que permitirá aos professores recuperarem o seu tempo de serviço, mas ao que julgamos e esperamos com o apoio da oposição pelo menos, um Decreto Legislativo Regional para que o serviço efetivamente prestado seja contado a estes profissionais do ensino.

Agora aqui nesta manhã e recuperando o pensamento de Mandela, ao iniciarmos este debate, parece impossível que consigamos fazer justiça aos professores pelas proposições já anteriormente esgrimidas nos mais diversos fóruns pelos autores aqui presentes e esperamos que quando o dia de hoje caminhar para o seu ocaso a maioria que obsta a que esta justiça seja efetuada se junte a nós, aos professores, a esta causa e permita que possamos ter nos Açores uma dignificação justa da carreira docente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Os professores merecem isso, as nossas crianças e jovens merecem isso, a nossa sociedade merece isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Muitas vezes em casos de contenda negocial tenta-se descredibilizar publicamente a outra parte, descontextualizando os dados reais, ou mesmos estudos de organismos credíveis para lançar na opinião pública o estigma de classe privilegiada para assim retirar argumentos a quem luta por melhores condições de trabalho, ou apenas para que lhes seja feita justiça, como é o caso em apreço da luta pela contagem do tempo de serviço e respetivo reposicionamento.

A fórmula é frequentemente usada em diferentes contextos. Quando um grupo resiste à perda de direitos é apresentado como uma elite privilegiada, movida por interesses egoístas, sem consideração pelo bem comum.

Na era das redes sociais não falta quem amplifique esta mensagem. O objetivo é isolar na sociedade empobrecida pelo socialismo que nos governa o grupo que protesta retirando-lhe assim legitimidade democrática e força negocial.

Objetivamente não faltam motivos à insatisfação dos docentes. Nós compreendemos muitos desses motivos e apresentamos uma proposta para a resolução de alguns desses problemas, neste caso em concreto a justa contagem do tempo de serviço que efetivamente os professores trabalharam nas escolas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ser professor é cumprir uma nobre missão, embora muitas vezes pouco valorizada na sociedade atual, pois não lhe tem sido dada e reconhecida a importância que merece.

O professor ao contrário de muitos governantes não se considera superior, não traz consigo a sobrançeria de quem tudo sabe, pelo contrário, carrega consigo

anos e anos de estudo, anos e anos de experiência, reflexão e aprofundamento da sua consciência para não prejudicar nenhuma criança ensinando e avaliando as suas capacidades com a maior honestidade.

O professor é um ser moderado que cultiva a sabedoria e a paciência, a disciplina e a rigidez, a ordem sem pressão.

O professor sabe dizer não quando é preciso sem recorrer à força, mas sim à razão.

O professor é o mediador entre os seus alunos, é a ponte entre a ignorância e a sapiência, é o canal da corrente que conduz o sucesso e à realização de sonhos.

O professor é o missionário que aponta com humildade as regras de boa conduta, a aceitação das diferentes formas de ser do aluno, as suas incapacidades para atingir as metas propostas, nunca inferiorizando ninguém, mas estimulando o que de positivo cada um possui.

O professor merece ser respeitado, não só pelos seus alunos e familiares, como pela entidade que contrata, a sua entidade patronal.

Ora aqui reside um grave problema que se arrasta e que vai retirando ao professor a consideração e o respeito que lhe são devidos por ser um dos instrumentos mais preciosos de qualquer sociedade. Uma sociedade não pode prescindir dos seus professores. Uma sociedade decente não pode maltratar os seus professores. Uma sociedade governada por gente de bem tem de devolver aos seus professores a dignidade enfraquecida.

Os professores têm razões mais do que suficientes para estarem tristes e inconformados. Os professores como outros profissionais têm todo o direito de querer o seu tempo de serviço contado e valorizado.

Não há forma de fazer justiça sem honrar a justiça e respeitar o direito dos cidadãos. O PSD está solidário com os professores, porque sabemos que lhes assiste a razão, porque honram o seu trabalho, porque honraram a sua profissão nos anos em que estiveram congelados não se poupando a esforços de nenhuma

ordem para desempenhar de forma sublime o seu papel na formação dos jovens de hoje em homens de amanhã.

Deputada Mónica Seidi e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como trata as suas crianças,” afirmava Néelson Mandela.

As crianças necessitam, em primeiro lugar, de ter professores que se sintam motivados e não injustiçados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a começar o novo ano letivo, um novo ano que é ser encarado com esperanças, com energias renovadas, um novo ano no qual as nossas escolas e comunidades investem novos esforços para um futuro melhor para as novas gerações.

Contudo, parece haver matéria para estarmos preocupados e atentos ao que se está a passar no funcionamento do sistema educativo, porque debaixo de um discurso de tranquilidade quem está todos os dias nas escolas conhece os problemas e sabe as dificuldades que enfrenta.

Um dos maiores problemas que poderemos ter para uma educação de qualidade é a desmotivação dos profissionais da educação. Todos sabemos da importância da motivação de quem trabalha numa determinada instituição. Na escola, pelo impacto que tem no dia a dia de tantas crianças, assim o é de sobremaneira.

Os professores têm um papel único não só nas aprendizagens e formação da personalidade, mas também na atitude com que as crianças vão para a escola.

Ter um Governo a desvalorizar e a desqualificar socialmente os professores é um terrível serviço ao futuro dos Açores, é maltratar a profissão que diariamente mais contribui para a qualidade do futuro da nossa Região e que não merece palavras de desonra e descrédito.

O Partido Social Democrata apresentará hoje neste Parlamento um Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa precisamente recuperar integralmente o tempo de serviço do pessoal docente.

Propomos com essa iniciativa que os sete anos de serviço prestados pelos professores na Região dos Açores e que estiveram congelados comecem já a contar a partir do dia 1 de janeiro de 2019, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... prolongando-se por cinco anos, de modo a que em 2023 este tempo de serviço possa estar totalmente recuperado e assim corrigida esta injustiça.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Este decreto como dissemos na sua apresentação é uma proposta justa e sensata. Justa, porque reconhece aos professores o direito de verem descongelado o tempo de serviço; sensata, porque do ponto de vista do orçamento da Região o descongelamento será feito à razão de um ano e meio de tempo de serviço prestado por cada ano orçamental nos próximos cinco anos, o que minimiza o seu impacto nas contas públicas da Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Em conclusão, da nossa intervenção, deixamos agora algumas questões ao Governo Regional.

Perguntamos claramente ao Governo Regional:

Tem ou não o Governo Regional autonomia para proceder à recuperação integral dos serviços dos professores?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Em caso afirmativo, porque razão está o Governo Regional à espera da decisão da República?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou será que tem autonomia formal para isso, mas estão manietados por falta de autonomia política?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Questionamos também o Governo Regional, uma vez que a questão financeira não se coloca já que o Sr. Secretário afirmou que adotaria a mesma solução que for adotada na República sem saber esta qual será, porque razão o Governo Regional não procede de imediato à recuperação integral do tempo de serviço dos professores?

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Rute Gregório.

Deputada Rute Gregório (CDS-PP): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Há pelo menos 20 anos que a Unesco promove os chamados quatro pilares da aprendizagem no século XXI que são, como todos sabemos, “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E esta difícil, desafiadora e gigantesca tarefa, qual utopia que nos alimenta na esperança de um futuro muito melhor, está muito longe de ser alcançada e exige um esforço, dedicação e ação constantes, em permanência e em continuidade. Esta difícil, desafiadora e gigantesca tarefa cabe-nos a todos

nós, é bem verdade, nos diversos papéis que desempenhamos, mas cabe muito particularmente aos principais agentes educativos que a sociedade criou e que são, naturalmente, os nossos professores, os nossos “mestres” – como já não se usa / nem ousa dizer, por receio de conotações ultrapassadas –, os nossos inspiradores – como gosto muito mais de designá-los.

Apenas com os professores, e só com os professores, enquanto mediadores profissionais dos processos de aprendizagem que são, podemos almejar a construção de um novo paradigma para o Ensino, de um novo paradigma para a Escola e de um novo paradigma para a Aprendizagem.

Cabe-lhes a eles, mais do que a ninguém, serem os agentes, os concretizadores, os homens e as mulheres no terreno, em contacto direto e permanente com os estudantes e as suas famílias, no cumprimento de uma tarefa que não tem fim à vista e que lhes exige uma constante capacidade de adaptação, de mudança e de superação (superação de si próprios e dos inúmeros obstáculos sociais, culturais e económicos com que se deparam).

Por tudo isto, pelas exigências do seu trabalho, pelas exigências da sua formação e da sua especialização contínua, e pelos desafios e responsabilidades que constantemente se lhes colocam, os professores merecem ter um estatuto profissional que os distinga, que lhes dê as melhores condições de trabalho e até os premeie nos desideratos da sua função “generosa”, essencial à nossa sociedade e à nossa economia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Por isso, para nós, grupo parlamentar do CDS-PP, é incompreensível, questionável e reprovável o folhetim de vários episódios, cheio de promessas, ou meias promessas, ambiguidades e equívocos que o Governo da República tem revelado, há cerca de um ano a esta parte, na gestão das reivindicações dos professores, e que o Governo Regional tem avalizado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para nós, grupo parlamentar do CDS-PP, **à luz do regime legal aplicável** - a Lei do Orçamento de Estado de 2018, associada aos “Requisitos” de “Progressão” do Estatuto dos Educadores e dos Docentes - **parece-nos que estão criadas as condições para a contagem de todo o tempo de serviço docente para efeitos do referido “Descongelamento” e, naturalmente, das inerentes “Valorizações Remuneratórias”.**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não obstante, depois de contraditar a interpretação dos Sindicatos em relação à Lei de Orçamento de Estado e ao compromisso assumido no dia 18.11.2017, voltou o Governo da República a renovar expectativas em junho de 2018, para finalmente lhes impor um ultimato.

E isto, tendo como pano de fundo a “má interpretação” dos propósitos governamentais e dos termos do articulado orçamental que, ao que parece e tem sido várias vezes enfatizado, é uma má interpretação dos visados – os professores -, dos seus representantes sindicais, dos partidos da oposição e, ainda, dos próprios partidos que viabilizaram o Orçamento de Estado, à exceção do PS. **E não é que ninguém sabe interpretar a Lei do Orçamento de Estado de 2018 e o Estatuto vigente dos Educadores e Professores, à exceção do Governo da República?**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas para nós, grupo parlamentar do CDS-PP, ainda é mais incompreensível, questionável e reprovável, a colagem do Governo Regional dos Açores, e do Grupo Parlamentar do PS, a esta deriva de promessas, ou meias promessas, ambiguidades e equívocos que têm pautado a ação governativa da República. Aliás, deriva de promessas ou meias promessas, ambiguidades e equívocos, assentes numa falta de ação inaceitável e na convicção – contestada sucessivamente pelos factos – de que o processo negocial da República daria bons frutos, de que os professores dos Açores só

teriam a ganhar com um processo negocial a nível nacional, ao mesmo tempo que acenavam, contraditoriamente, as grandes vantagens do estatuto docente regional construídas sob a égide do governo autonómico.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Em que é que ficamos, afinal?

O que é que dá mais garantias e, efetivamente, melhora o reconhecimento e favorece as condições de trabalho dos professores na Região Autónoma dos Açores?

- É um processo negocial conduzido de forma inábil na República, que extremou posições, pretende impor-se numa proposta unilateral do Governo e que ameaça greves até agosto de 2019?

O que é que dá mais garantias e, efetivamente, melhora o reconhecimento e favorece as condições de trabalho dos professores na Região Autónoma dos Açores?

- É a falta de resposta negocial regional, atendendo às nossas particularidades e especificidades, nomeadamente pelo desenvolvimento e aprofundamento de inequívocas condições – e não apenas parciais – de atração de uma carreira docente na Região Autónoma dos Açores?

O que é que dá mais garantias e, efetivamente, melhora o nosso sistema de ensino, promove o seu sucesso e nos descola dos últimos lugares nacionais em importantes índices e taxas em matéria de Educação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: - É a falta de garantias de um ambiente de pacificação, mais propício ao enfoque e dedicação plenos dos professores à sua missão?

- É a insatisfação latente e a sensação de “abandono” e distanciamento que os nossos professores estão a sentir com a presente atuação do Governo Regional?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do grupo parlamentar do CDS-PP, existem todas as condições legais e todas as condições estatutárias para o Governo Regional dos Açores:

- a) contabilizar todo o tempo de serviço aos professores, com as necessárias implicações remuneratórias; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: b) iniciar a negociação sobre o faseamento do processo, com base nas legítimas preocupações da solidez orçamental.

Para o grupo parlamentar do CDS-PP, a questão urgente não é o se se vai contabilizar todo o tempo de serviço; não é se deve o Governo Regional negociar uma solução com os professores da Região Autónoma dos Açores. **É apenas, a bem do ensino e dos nossos alunos, quando? Quando, Srs. Membros do Governo? Quando, Sr. Secretário Regional da Educação?**

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, diria de uma forma muito simples que nos seus primeiros três minutos de intervenção o Partido Socialista se revê na totalidade, pois a sua intervenção vem ao encontro daqueles que são os princípios que porventura todas as Sras. e Srs. Deputados desta Casa defendem e muitas pessoas fora desta Casa. Portanto, só acrescentaria, se me permite, falar do 25

de Abril, do estado democrático e juntar, porque acho que não ficaria mal, a importância do estado republicano na construção da educação dos portugueses.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Quando se fala efetivamente no investimento da educação (e falou Sr. Deputado) e que nós concordamos, queria também lhe dizer que o investimento da educação tem, como com certeza irá concordar, o resultado desse mesmo investimento.

Gostaria aqui também de partilhar com todas as Sras. e Srs. Deputados, o ano letivo que começou há menos de um mês, é um ano letivo que começou com mais 100 professores no efetivo, é um ano letivo que começou com menos 1.432. Em termos globais de entradas e saídas no nosso sistema educativo regional nós estamos a falar de um sistema onde há professores em número semelhante ao do ano passado, não obstante termos menos alunos.

E perguntar-se-ão o que é que isto efetivamente quer dizer naquele que é o sentido do Partido Socialista para um sistema educativo regional?

Ora, minhas senhoras e meus senhores, isso é claramente uma opção governamental que tem como único objetivo garantir o ensino centrado no aluno e para cada um dos alunos. Esta é a primeira nota que queria dar.

Mas também quando se fala de educação, para além da questão laboral, há efetivamente a relação dos alunos, a relação dos professores e não posso (porque não é correto) ir um pouco ao encontro de um olhar mais positivo sobre a educação e deixar de relembrar aqui algumas taxas que são importantes para nós, porque cada taxa também representa alunos, cada taxa representa o trabalho de professores, cada taxa representa o esforço do Partido Socialista ao longo destes últimos 22 anos.

Por exemplo, no ano letivo de 2016-2017, no 1.º ciclo atingimos 93.8 da taxa de progressão, mais 2.3% do que no ano anterior.

No 2.º ciclo melhorámos para 93.4. Sras. e Srs. Deputados, mais 3% do que no ano anterior e no 3.º ciclo atingimos 87.1, mais 2% que no ano anterior.

Sras. e Srs. Deputados, não é credível, não é crível vir aqui falar de maus resultados e depois a realidade estatística, a realidade dos nossos alunos, a realidade do trabalho dos nossos professores são estes números que eu aqui acabei de referenciar. Há claramente uma evolução positiva.

Queria também ainda dizer, por exemplo, na taxa de pré-escolarização, porque isto faz parte da interpelação aqui colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. Nós estamos a conseguir que todas as nossas crianças com cinco anos estejam a 100%. Nos quatro anos nós estamos com 89.6, mais 1.3 do que o ano anterior.

Isto não é bom, Sras. e Srs. Deputados?

Isto não é positivo?

Deputado Paulo Parece (PSD): E a recuperação do tempo?

A Oradora: Nenhuma das quatro intervenções que me antecederam mencionaram estes dados positivos.

Ou então, por exemplo, nos três anos que já estamos com 73.8, mais 3.4% do que no ano anterior?

Desta forma, Sras. e Srs. Deputados, reafirmamos que a educação é um bem público, é um direito humano fundamental e básico para realizar todos os outros direitos, muito em particular, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o quebrar o ciclo da pobreza e aí estamos do seu lado nesta lógica de que a educação é a ferramenta única para quebrar a pobreza.

Segunda questão: a interpelação que aqui se ouviu (e enquanto ouvia a sua interpelação com muita atenção, mas ao mesmo tempo, porque tenho bem presente as boas medidas que o Partido Socialista teve ao longo destes 22 anos) a sua interpelação com o recheio após os três minutos de conteúdos negativos, de efetivamente negligenciar de certa forma o trabalho que foi feito ao longo deste tempo, eu tive o cuidado de aqui rapidamente ir ver algumas medidas que

este Partido Socialista ao longo de 22 anos orgulhosamente e com este património aqui fez.

Por exemplo, foi e é com o Partido Socialista que se garantiu as escolas em todas as nossas nove ilhas; foi e é com o Partido Socialista que há respostas às necessidades educativas em todas as nossas ilhas; foi e é com o Partido Socialista que se investiu nos últimos anos cerca de 77 milhões de euros; foi e é com o Partido Socialista que se instituiu o regime de empréstimo de manuais, na partilha de manuais, no impacto ambiental que essa mesma medida tem. São cerca de 70 mil livros que já ocorreram.

Foi e é com o Partido Socialista que a inovação pedagógica se concretizou; foi e é com o Partido Socialista que o concurso de colocação de professores centralizado é justo, é equitativo. E podia continuar. Tenho aqui mais de 50 medidas enquanto o Sr. Deputado fez a sua interpelação.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Diga lá!

Deputado Luís Garcia (PSD): E a recuperação do tempo?

A Oradora: Estão todas aqui e quero dizer-lhe também que não serão os casos pontuais, os casos mediatizados que irão alterar esta lista de medidas positivas, porque há uma certeza inevitável: quem faz e fá-lo mais, pode sempre ainda fazer o ainda mais!

Deputado Paulo Parece (PSD): Ou menos!

A Oradora: Mas, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista não foge ao debate daquelas que são as questões hoje mais prementes e refiro-me concretamente à relação laboral.

Estamos conscientes da seriedade e da serenidade que este debate nos exige. Estamos conscientes de que esta relação laboral por outro lado nunca pode por em causa a relação educativa com o aluno, ou dito de outra forma, o processo de aprendizagem não pode nunca, em caso algum, mesmo perante conflitos

laborais, por diferenças de opinião ser posto em causa, porque estamos a falar do futuro da nossa Região.

Quero aqui recordar que nada mudou desde o debate feito pelo Bloco de Esquerda, cujo interpelante foi o Bloco de Esquerda, em julho. Absolutamente nada mudou. Isto é um debate, digamos, requeentado, porque nada mudou. Nós não temos uma solução nacional e o compromisso do Partido Socialista que aqui apresentou e foi votado é precisamente de aguardar por uma solução nacional e esta solução nacional com seriedade, com serenidade no que respeita à contabilização do tempo de serviço é aquela que nós nos comprometemos, aqui o Partido Socialista com o seu projeto de resolução que é muito simples “que garanta que no âmbito do exercício da autonomia político administrativa da Região a aplicação da solução nacional de recuperação pelos professores do tempo de serviço congelado se traduza na existência de uma carreira docente na Região diferente, para melhor, do que a carreira existente na Região Autónoma da Madeira ou do que a existente no continente.”

Ponto n.º 2 do nosso projeto de resolução que aqui foi aprovado que “no âmbito da aplicação da Região da solução nacional para a recuperação pelos professores do tempo de serviço congelado qualquer questão específica da carreira docente existente na Região Autónoma dos Açores que fruto das nossas especificidades venha a surgir seja analisada e decidida tendo em vista a realização do objetivo referido no número anterior.”

O que aqui fica é também o histórico do Partido Socialista na defesa intransigente dos professores. Foi o Partido Socialista que criou o estatuto próprio; foi o Partido Socialista que garantiu a contabilização de dois anos de serviço enquanto alguns partidos da oposição, nomeadamente o PSD, não esteve ao lado dos professores na contabilização dos dois anos de serviço; foi o Partido Socialista que criou um estatuto sem quotas; foi o Partido Socialista que

garantiu que nos Açores tenhamos o melhor estatuto do país e da Região Autónoma da Madeira.

Portanto, não haja a menor dúvida sobre aquele que é o património do Partido Socialista, ...

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não só no estatuto dos professores, mas também, Sras. e Srs. Deputados, no que realmente é importante: no ensino, na garantia da capacitação aos nossos alunos e disso não há nenhuma interpelação, nenhuma intervenção que apague o património do Partido Socialista, porque como eu disse há pouco, quem já fez o que fez ainda poderá fazer muito mais ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Professores motivadíssimos!

A Oradora: ... e os açorianos sabem perfeitamente.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Interpelamos hoje o Governo Regional sobre Educação e sobre as reivindicações dos docentes, depois de em julho, como bem lembrou a Sra. Deputada Sónia Nicolau, este mesmo assunto ter sido tema de debate realizado nesta Casa por iniciativa do Bloco de Esquerda.

Foram ainda em novembro de 2017 e também em julho de 2018 (este ano) reprovadas pelo Partido Socialista duas propostas do Bloco de Esquerda que exigiam algo tão simples como a contagem de todo o tempo de serviço congelado aos professores.

O Partido Socialista ao chumbar estas duas propostas no orçamento e um projeto de resolução desprezou assim anos de trabalho de milhares de professoras e professores açorianos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e prejudicou as suas carreiras!

O facto de novamente este assunto estar a ser debatido nesta Casa é apenas a consequência da falta de respeito do Governo Regional e do PS pelos professores e pelo seu trabalho.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Bloco de Esquerda na República?

O Orador: Há muito que esta questão podia e devia estar resolvida. Bastava para isso que o Governo Regional tivesse cumprido aquilo que está no orçamento de Estado para 2018. Mas o Governo Regional simplesmente ignorou este tempo todo aquilo que lá está escrito.

Sobre a contagem do tempo de serviço, o Sr. Secretário Regional repete (e fê-lo hoje novamente) aqui as mesmas ideias. Diz que será adotada nos Açores a solução nacional e jura também que os professores nos Açores terão uma carreira melhor do que no continente e na Madeira.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Factual!

O Orador: Sr. Secretário, o que os professores exigem hoje saber é se garante desde já a contagem de todo o tempo de serviço congelado! Nem menos um dia, nem menos uma hora! Todo o tempo de serviço! É isso a que tem de responder, se dá ou não esta garantia hoje!

Há uma fixação do Governo Regional em seguir a solução nacional nesta matéria. A realidade é que o Governo Regional prefere prejudicar os professores e abdicar do poder de decisão que tem nesta matéria para não criar problemas a António Costa e ao Governo da República.

A força da autonomia já foi subjugada ao interesse do Partido Socialista! No sentido inverso, em relação aos professores contratados e ao combate à precariedade docente o Governo Regional recusa soluções nacionais.

Nesta matéria, o Governo não cumpre a lei e não cumpre as diretivas europeias já aplicadas em todo o país, no continente e na Madeira. Desrespeita mais uma vez os docentes, mantendo mais de 500 professores todos os anos na angústia de não saber se terão emprego no ano seguinte e que nunca, mas nunca conseguem progredir na carreira. Ganham sempre o mesmo e o Governo ainda lhes retira a indemnização compensatória a que têm direito em situação de desemprego!

A solução para integrar na carreira docente mais de 500 professores é aplicar o que já acontece em todo o país exceto nos Açores.

Mas esta solução nacional o Governo Regional decide não aplicar!

A única lógica subjacente a estas duas decisões contraditórias é decidir sempre contra o interesse dos professores!

Sr. Secretário, está o Governo Regional disponível para finalmente corrigir esta injustiça, e integrar na carreira os mais de 500 professores contratados há mais de três anos no sistema educativo regional?

Ou vai continuar a permitir que existam nos Açores professores contratados há 10, há 15, há 20 ou mais anos, sem os quais as escolas não funcionam e que tanto já deram ao sistema educativo regional?

Se os professores do quadro ou os contratados são essenciais obviamente ao funcionamento das escolas e para o sucesso escolar que todos desejamos, o pessoal não docente não é ele menos necessário.

São constantes as queixas de pais, de professores e até das escolas relativamente à falta de assistentes operacionais.

Deputado Manuel Pereira (PS): E o Bloco de Esquerda?

O Orador: Eles são poucos nas escolas e as suas funções são tantas vezes desempenhadas por pessoas ao abrigo de programas ocupacionais, na mais completa precariedade.

Estes trabalhadores ficam nas escolas alguns meses. Depois de se adaptarem à função, depois dos alunos, dos professores, dos pais conhecerem esses trabalhadores são substituídos por outros e o ciclo vicioso recomeça.

Essa rotatividade não serve ninguém a não ser ao Governo Regional, que poupa assim à custa de quem trabalha e à custa da qualidade da escola pública!

Refugia-se o Governo Regional, como fez novamente o Sr. Secretário nesta matéria, relativamente aos rácios de assistentes operacionais previstos na lei dizendo que o número de assistentes operacionais está muito acima dos rácios. É verdade.

O problema é que esta lógica aritmética dos rácios, Sr. Secretário, está há muito ultrapassada.

Os rácios ignoram totalmente a realidade das escolas: ignoram os alunos com necessidades educativas especiais, ignoram o tipo de edifícios escolares, as instalações desportivas e a própria oferta educativa.

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

Deputado André Bradford (PS): Qual é o critério?

O Orador: A nível nacional estes rácios já foram revistos e melhorados para se aproximarem da realidade de cada uma das escolas, mas ainda assim têm sido criticados pelas escolas pois continuam a não responder às suas necessidades reais.

Sr. Secretário, está o Governo Regional disponível para rever também esta matéria de modo a que as necessidades reais ao nível do número de assistentes operacionais da escola pública nos Açores sejam realmente atendidas?

Está o Governo Regional disponível também para integrar as centenas de assistentes operacionais ao abrigo de programas ocupacionais que todos os dias

fazem funcionar as nossas escolas? Ou vai continuar a explorar mão de obra barata que eles representam? A importância que um Governo dá à educação também se vê pelo investimento que tem, ou não tem, em técnicos especializados para dar resposta aos alunos que deles necessitam.

É por isso chocante que um Governo que diz que a aposta na educação é o “maior investimento” na promoção do desenvolvimento só tenha na Região (e é apenas um exemplo) dois terapeutas da fala nos quadros das escolas regionais, em toda a Região, sendo os 18 restantes trabalhadores precários com contrato a termo.

Até quando, Sr. Secretário, até quando é que vai continuar a tratar o sistema educativo regional assim?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos agora fazer um intervalo.

Regressamos às dez para o meio dia.

(Eram 11 horas e 26 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 57 minutos)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Antes de responder à questão de fundo dar aqui uma resposta a um aparte da Sra. Deputada Sónia Nicolau sobre a natureza republicana ou monárquica do regime que sucedeu ao Estado Novo depois do 25 Abril.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi um aparte, foi na intervenção!

O Orador: Eu devo-lhe dizer, como é do conhecimento de V. Exa., o chefe de estado que foi derrubado na altura não era o rei Almirante Américo Tomás, era o Presidente da República Almirante Américo Tomás. Portanto, o regime que foi derrubado no 25 de Abril era uma república, uma república e uma ditadura.

Portanto, eu nessas coisas não sou nada dogmático, sabe Sra. Deputada.

A Coreia do Norte é uma república.

A Arábia Saudita é uma monarquia, uma ditadura.

Deputado André Bradford (PS): A Arábia Saudita ...!

O Orador: O regime fascista italiano era uma monarquia, governava o rei Vítor Emanuel.

O regime hitleriano, o regime nazi, era uma república, embora tivesse o nome de império, que é uma designação monárquica, mas era uma república.

Portanto, nestas questões a questão está sempre em relação aos valores e V. Exa. não me dirá que a Holanda, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Foi uma constatação apenas!

O Orador: ... ou a Noruega, ou a Suécia não são exemplos do ponto de vista dos seus projetos educativos e são monarquias, como me dirá com muita dificuldade que a Venezuela, que é uma república, é um bom exemplo de um regime democrático.

Portanto, V. Exa. não seja dogmática em relação a essas matérias, porque existem repúblicas boas e repúblicas más, monarquias que são bons sistemas democráticos e monarquias que são ditaduras.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sei bem, Sr. Deputado!

O Orador: Devo-lhe dizer também (já agora para fechar este capítulo) que é um pouco injusto, por exemplo, que não se reconheça à monarquia liberal portuguesa as reformas de, por exemplo, Passos Manuel ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): De Marquês de Pombal!

O Orador: ... que foram absolutamente fundamentais, foi quando foi criado em Portugal o ensino, veja bem, obrigatório que depois não foi concretizado, como também não foi totalmente concretizado na primeira república e no Estado Novo, mas foi quando foi criado o atual sistema do ensino secundário.

Portanto, em relação à nossa história, a história de Portugal é muito complexa e todos no âmbito destes sistemas na primeira república e na monarquia liberal podemos verificar que tiveram alguns feitos, algumas realizações importantes e obviamente também tiveram momentos menos bons e tiveram projetos em que falharam.

Devo dizer depois, Sra. Deputada, já regresso a si, agora tenho que ir aqui ao Sr. Secretário, dizer-lhe o seguinte. Sr. Secretário, não respondeu à questão que eu lhe coloquei que é a seguinte. O Sr. Secretário coloca-se nesta posição dogmática: “Eu e o Sr. Presidente do Governo Regional definimos que a nossa posição é esta: nós não abrimos uma ronda negocial com os sindicatos, porque a nossa decisão aqui será a mesma que vier a ser adotada por parte da República.”

Mas essa definição dogmática de que será a mesma tem, na minha perspetiva, dois problemas. O primeiro problema é que não respeita o Estatuto Político-Administrativo, porque a Região tem competência específica nesta matéria.

O Sr. Secretário até poderia esperar e eu até compreenderia que o fizesse e até nessa altura em que é anunciado eu não tinha nada contra, a partir do momento em que República pareceu por momentos que o que se ia adotar era integralmente a recuperação do tempo de serviço. Portanto, que os prazos coincidissem eu não tinha nenhum problema em relação a essa matéria.

Como sabe foi aprovado um projeto dos Verdes que previa a recuperação integral do tempo de serviço e o Partido Socialista lá fora votou a favor.

Diz V. Exa. (e diz muito bem) que o atual Governo depende de uma maioria parlamentar.

Deputado José Contente (PS): Mas o Governo emana do Parlamento ou não?

O Orador: É que o atual Governo da República é o único na história parlamentar do nosso país em que o Governo do país é assegurado por um partido que não ganhou as eleições, ou seja, o partido não tem mais deputados na Assembleia da República. Nunca aconteceu na história portuguesa que a governação fosse assegurada pelo partido que não ganhou, ou seja, o partido que ficou em segundo lugar e que existe um partido que tem mais deputados, que é o PSD, na Assembleia da República.

Por isso é que eu considero que sendo (eu não contesto isso) a legitimidade do atual governo uma legitimidade exclusivamente parlamentar, ou seja, uma legitimidade que depende da soma dos deputados do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, também do PCP e dos Verdes, sendo um governo que depende da legitimidade parlamentar que um projeto de resolução não seja adotado pelo governo. Não faz muito sentido. A legitimidade do governo depende exclusivamente do Parlamento na Assembleia da República.

Portanto, eu não percebo com um governo nestas condições, que sendo um governo em que as funções são assumidas exclusivamente por ministros do Partido Socialista, ou seja, o segundo partido da câmara e não o primeiro partido da câmara, que não adote aquelas que são as decisões do Parlamento, mas tem V. Exa. razão também no seguinte: é que em relação ao Bloco de Esquerda e ao PCP ainda estamos para ver se levam até às suas últimas consequências, no âmbito do acordo para o orçamento, os compromissos que assumiram perante os professores.

No caso do Bloco de Esquerda são bem evidentes. O Bloco de Esquerda disse que não aprovava o orçamento se a questão dos professores não fosse resolvida. Portanto, eu acho que há aqui um problema de credibilidade e há aqui um problema também de se fazer tudo o que está ao nosso alcance e de facto o Bloco de Esquerda e o PCP, nesta matéria, ao contrário do que acontece com o PPM infelizmente (que não temos representação parlamentar em Lisboa) claro que o Bloco de Esquerda e o PCP têm aqui uma responsabilidade fundamental também que é viabilizarem ou não este orçamento.

Se viabilizarem este orçamento estão a viabilizar como uma medida que não corresponde àquilo que foi assegurado por parte da câmara, por parte da Assembleia da República e também por parte dos vossos respetivos partidos.

Agora, o que considero ... Tem é que ter os meios para pagar, Sr. Deputado!

O que considero que é fundamental e o que eu lhe dizia é que V. Exa. não apresenta uma única razão para explicar a sua posição. Porque é que a sua posição é a de que vamos adotar aquilo que for adotado lá fora.

Veja bem: e se fossem quatro anos?

Aqui eram quatro anos.

Se fossem três, aqui era três.

Se fosse um, aqui era um.

Isso não tem qualquer lógica, nem qualquer racionalidade. Ou seja, atrelar a Região a uma posição que venha a ser tomada lá fora ... Até podiam ter decidido que não era nenhum tempo, não se recuperava nenhum tempo de serviço e a Região também seguia essa lógica.

Qual é a lógica política e objetiva de uma atitude deste tipo de seguir aquela que é a decisão que o Governo da República toma lá fora?

Obviamente eu percebo perfeitamente que V. Exa. ainda fala noutros trâmites, na discussão na Assembleia da República, a posição do Presidente da República, mas não é isso que está aqui em causa.

O que está aqui em causa é qual é a razão, razões que justificam a tomada de posição de V. Exa.?

Que razões justificam que se abdique da autonomia?

Porque é que neste processo abdicamos da autonomia de decidir por razões diferentes, até porque temos matérias específicas?

Digo-lhe uma coisa: ...

Deputado André Bradford (PS): Se decide fazer igual não é a autonomia?

O Orador: ... então agora vamos imaginar que em todas as áreas (na área do ambiente, que na área da agricultura) vamos passar a fazer a mesma coisa que V. Exa. fez agora que é: a agricultura nos Açores está com dificuldades, claro que é específica como é o sistema educativo. Não! então vamos aguardar a decisão lá fora e depois aplicamos aqui.

Nós podemos todos sair daqui, podemos ir embora.

O que é que nós estamos aqui a fazer no Parlamento dos Açores?

Não estamos aqui a fazer nada.

Deputado André Bradford (PS): Isso é o que lhe pergunto há muitos anos: o que é que está a fazer aqui?

O Orador: Se se generaliza essa tomada de posição ... Vamos fazer aquilo que entretanto for executado lá fora não tem qualquer justificação, quer do ponto de vista do debate político, quer do ponto de vista do funcionamento do nosso sistema parlamentar e do nosso sistema autonómico.

A pergunta que lhe coloquei é: à partida não considera justo que os professores tendo desempenhado aquele tempo de serviço que agora estão a reivindicar que lhes seja contabilizado, que esse tempo de serviço que foi efetivamente prestado, lhes seja contabilizado?

O Sr. Secretário pode dizer-me: “Bom, mas estamos aqui perante uma postura radical por parte dos professores.”

Não há nenhuma postura radical, porque os professores aceitaram negociar de que forma é que será implementada essa recuperação de serviço, de forma gradual.

Portanto, da parte dos professores não há nenhum ultimato, “faça-se agora e já”. Não! Adotou-se uma postura de execução faseada, negociada para aplicar esta recuperação e executar esta recuperação de tempo de serviço.

Disse o Sr. Secretário também que nenhum dos sindicatos lhe tinha explicado ainda esta questão. Pudera! O senhor não negocia com eles, o senhor não negocia com os sindicatos.

Como é que quer que lhe explique uma coisa se o Sr. Secretário não abriu o processo negocial?

É impossível que lhe possam fazer essa explicação e que o Governo Regional possa negociar com os representantes dos professores.

Por isso, é que a questão relevante para mim aqui é a seguinte: será que nós, esta câmara e os professores serão confrontados em 2020 com uma promessa eleitoral de recuperação integral do tempo de serviço?

Deputado André Bradford (PS): O senhor só pensa nisso!

O Orador: Será que nas eleições de 2020 o Partido Socialista para conseguir a reeleição vai apresentar uma proposta em que se compromete a pagar e a efetuar a recuperação do tempo de serviço?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É que se for assim o que é que nós temos?

Se for assim os senhores estão só apenas a ganhar tempo e a guardar essa proposta para utilizarem como um trunfo nas eleições, por isso é que eu lhe pergunto: o senhor concorda (eu não estou a dizer que é assim, isto é um cenário possível e eu acho muito possível, depois veremos daqui a dois anos) ...

Sr. Secretário o que eu lhe pergunto é a questão de princípio e a resposta em 2018 é importante: o Sr. Secretário está em princípio, concorda com a recuperação integral do tempo de serviço dos docentes? Sim ou não.

É porque se não concorda em 2018 não vejo porque é que irá concordar em 2020, por exemplo. Por isso é que eu lhe coloco essa questão que acho fundamental.

Tenho outras questões agora numa terceira intervenção. Para já fico à espera da sua resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A política educativa do Governo Regional pouco ou nada se distingue do pior que foi praticado pela direita, as soluções aceites e praticadas pelo PS, PSD e CDS no período da Troika são no seu essencial réplicas nos Açores: é a precariedade, a transferência de recursos de serviços públicos para privados, o agravamento das condições de trabalho, a não valorização remuneratória dos docentes, tudo marcas do governo do Partido Socialista nos Açores, marcas estas que muito bem podiam ter sido de um qualquer governo da direita.

Deputado Carlos Silva (PS): E o PCP?

O Orador: Hoje está na ordem do dia a contagem de tempo de serviço dos docentes, bem como a sua carreira.

Urge definir na Região os efeitos remuneratórios da recuperação do tempo de serviço feita no orçamento de estado de 2019, no artigo 19.º, fosse a contagem do tempo de serviço dos docentes da exclusiva competência do Governo Regional e nenhum tempo teria sido considerado já que sempre preferiram

assobiar para o lado em vez de usarem os poderes ao seu dispor para resolver esta questão.

Em julho passado a maioria absoluta do Partido Socialista aprovou uma resolução neste mesmo sentido, ou seja, prestarem o pior serviço para quem tanto fala da autonomia regional, aguardar pelas decisões de outros e não fazer diferente.

Para o PCP está mais do que na altura do Governo Regional dos Açores exercer as suas competências autonómicas nesta questão.

O projeto de resolução que foi apresentado pela Representação Parlamentar do PCP em julho deste ano recomendou ao Governo Regional dos Açores que inicie o processo negocial com os sindicatos representativos dos docentes nos Açores para o seu reposicionamento de carreiras e contagem integral do tempo de serviço prestado.

É curioso que na discussão da proposta que desceu à Comissão de Assuntos Sociais tenha sido escondida a real intenção de apagar o tempo de serviço dos docentes através de imagináveis pormenores em relação ao nosso projeto de resolução, mas pela nossa parte não será por aí que daremos azo à nossa proposta ser chumbada e teremos a possibilidade de verificar se o problema é com os pormenores a que se prenderam ou com a questão essencial.

Para nós PCP é urgente valorizar a carreira dos docentes em exercício na Região de acordo com o tempo de serviço que estes efetivamente prestam. Esta é uma questão que não deixaremos cair e à qual se necessário voltaremos em próximas oportunidades.

Hoje a nossa escola bem pode ser classificada como centro de precariedade. A esmagadora maioria das unidades orgânicas apenas funcionam recorrendo massivamente a desempregados ao abrigo de programas ocupacionais. Estes cidadãos que não recebem salário nem têm direito a ficar doentes cumprem necessidades permanentes anos sucessivos.

Os docentes contratados ano após ano são cerca de 20% no total, muitos deles desempenham funções permanentes. Podia hoje a Secretaria Regional da Educação e Cultura vincular no imediato mais de 200 docentes no sistema educativo regional que mesmo assim não satisfariam todas estas necessidades permanentes existentes. Em particular é gritante a falta de docentes em determinadas áreas sobrecarregando os docentes e diminuindo as respostas educativas das escolas. É o caso da educação especial, onde esses docentes foram substituídos por docentes do 1.º ciclo apenas porque nestes últimos têm obrigação legal de fazer mais três horas semanais.

É ainda o caso do português, da matemática ou as línguas estrangeiras, após uma tímida aposta justificada com o programa ProSucesso sucedeu que essa paixão de verão desapareceu, estando hoje nas escolas sem condições para dar respostas educativas que o Governo tanto apregou na comunicação social.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Questão de grande relevância é sem dúvida a questão de apoio alimentar fornecido nas escolas. Na área da alimentação escolar é notório o resultado da aposta do Governo Regional na privatização das cantinas: menos economia, pior qualidade, mais despesa pública.

Há mesmo absurdos de escolas que têm funcionários seus a trabalhar nas suas cozinhas, mas a refeição é paga a uma empresa privada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A autonomia que tanto gosta o Partido Socialista e o Governo de usar nos seus discursos tem de servir para fazer mais e melhor.

Pela nossa parte e porque entendemos a importância e a relevância de todas as questões relacionadas com a educação iremos continuar a batermo-nos pela sua resolução, por isso mesmo iremos apresentar propostas no sentido para a

contratação de mais funcionários não docentes que correspondam a necessidades permanentes do sistema; para a vinculação de um número de docentes que permita dar respostas educativas que são urgentes; para alocar os recursos financeiros necessários à reversão da privatização das cantinas escolares tendo essa função de volta para as escolas públicas de onde nunca deveriam ter saído; para os manuais escolares gratuitos, ao invés do pernicioso sistema de empréstimos que resulta além de discriminação dos alunos da Região perante o todo nacional, numa distinção e discriminação entre alunos com ou sem capacidade financeira para os comprarem; pela recuperação da compensação pela caducidade do contrato de termos dos docentes tal como está na lei de trabalho em funções públicas, revogando a vergonhosa norma que no orçamento regional sucessivamente tem impedido o pagamento dessas compensações exclusivamente aos docentes que, estando contratados a prazo, satisfazem necessidades do sistema educativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Membros do Governo:

No ensino estamos a crescer, temos já sinais positivos. Subscrevemos. Refletem o trabalho de muitos, mas a verdade é que estamos quase sempre na cauda dessas taxas, estamos sempre na cauda desses índices e nós, Grupo Parlamentar do CDS-PP, queremos estar no topo, queremos ser dos melhores.

Para o Grupo Parlamentar do CDS-PP a autonomia exige-o, demanda-o, obrigamos a ser e a estar entre os melhores.

Temos o melhor estatuto da carreira docente? Pois temos que o ter.

Temos tido melhores resultados? Pois temos que ter ainda melhores e superá-los.

Foi também dito aqui que nada mudou no debate, nem no discurso, nem no argumentário. É verdade, Sra. Presidente, é verdade, Sras. e Srs. Deputados, é verdade, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo. Não podem mudar nem mudam os argumentos de quem defende a contagem de todo o tempo de serviço dos professores e educadores, porque não têm de mudar. Trata-se de um imperativo legal.

Por outro lado, também nada mudou no argumentário do Governo, nem no Grupo Parlamentar do PS, mas aí não terá que mudar, é uma questão de coerência, tal como tem que haver coerência da parte, no caso do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que não acha que tem de mudar a sua posição. Quem tem de mudar é o Governo Regional.

Amiúde argumenta-se nesta câmara também com base no histórico e no património do PS. Eu não belisco minimamente a legitimidade e o papel do PS na democracia e na autonomia, do PS e de todos os partidos aqui representados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Agora, nada no histórico, nada na história tem uma causa única ou agente único e nada numa democracia se constrói sem a participação de todas as partes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... numa democracia nada se decide ou faz a solo.

Portanto, o PS não pode reivindicar-se autor de todas as medidas e políticas autonómicas que nos fazem crescer e avançar, porque quando o faz nega a própria democracia, nega o multipartidarismo, nega a participação das partes e nega o regime parlamentar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Por fim, muitas questões foram aqui lançadas. Continuamos a desejar respostas concretas a todas as perguntas. Esta é a nossa expectativa. Hoje, em breve, mas nunca para as calendas gregas.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Concretamente insisto: este clima de instabilidade e a falta de ação do Governo Regional é propício a um ensino de sucesso e empenhado em superar-se e em estar entre os melhores?

A falta de negociação regional valoriza e motiva os nossos professores e impulsiona-os na difícil tarefa, na difícil missão que têm em mãos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Vamos lá responder!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação parlamentar começou com uma intervenção, como é normal, do interpelante do Deputado do PPM, Paulo Estêvão, que teve a virtude de, embora tendo por objetivo fundamental discutir a recuperação do tempo de serviço dos docentes, começar com ideias gerais, com as quais eu também de uma forma genérica concordo.

De facto, a educação (é bom que se diga nesta câmara e é bom que se diga nesta câmara também pela voz da oposição) é o meio da construção de uma sociedade mais perfeita, é o meio de diminuir as desigualdades, é o meio de estimular o desenvolvimento, por isso temos tido sempre a preocupação e tivemo-la no início deste ano letivo de fazer passar uma mensagem, a mensagem de que vale a estudar e simultaneamente a preocupação de combater algumas falsidades, a falsidade do excesso das qualificações ou da inexistência de saídas profissionais.

As qualificações nunca são excessivas e as saídas profissionais são sempre mais difíceis para quem tem poucas qualificações.

Claro que foi para que ninguém ficasse para trás que desenvolvemos procedimentos, um deles o ProSucesso em execução há três anos.

Por outro lado, não foi dito, mas acho que vale a pena dizer (e termino já este aspeto) que é certo que ano após ano vem diminuindo o número de estudantes nas nossas escolas. É um efeito direto da contratação demográfica, mas nem por isso o ensino deixa de interessar a tanta, tanta gente, porque temos para além da formação que damos no pré-escolar, no básico, no secundário, temos uma obrigação, sobretudo nesta sociedade da globalização de fazer uma aprendizagem ao longo da vida, de aumentar a frequência no pré-escolar e quem acompanha a literatura académica, mesmo internacional, sabe que também se vai universalizando o atendimento que existe sobre o ensino que deve ser uma missão a desenvolver do nascimento até à morte, ou seja, encaixando também a faixa dos zero aos três anos que está relativamente desprotegida neste momento.

Perguntou-me o Sr. Deputado Paulo Estêvão, creio que também o Sr. Deputado António Lima, se eu concordava ou não com a recuperação do tempo total de serviço dos professores.

Srs. Deputados, obviamente que em Comissão de Assuntos Sociais não respondi nem sim, nem não a esta pergunta e continuarei obviamente no mesmo registo.

Nós assumimos adotar nos Açores a solução nacional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E viva a autonomia!

O Orador: ... e como já foi dito daquele palanque a aplicação nos Açores da solução nacional não é a solução nacional. É uma solução melhor que a nacional e que até eventualmente pode corresponder à recuperação de todo o tempo de serviço.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor vai buscar uma decisão retroativa para justificar uma decisão presente. É a chamada autonomia retroativa!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão também referiu de uma forma mais ou menos clara que para bem do serviço educativo regional havia que haver nos Açores uma carreira com vantagens e que essas vantagens podem passar efetivamente pela concessão dos sete anos de recuperação do tempo de serviço. Eu relembriaria apenas uma coisa. Nós já temos nos Açores uma carreira com vantagens, uma carreira sem quotas para efeitos de progressão, onde a progressão se faz somente à luz do tempo de serviço e da avaliação de desempenho com o mínimo de bom.

No continente os professores têm quotas para acesso aos escalões 5.º e 7.º, aulas assistidas para acesso aos escalões 2.º e 4.º.

Isto não é uma vantagem? É obviamente uma vantagem.

Temos aqui também um concurso anual, um concurso anual que também prescindiu da obrigatoriedade de permanência por três anos na escola de colocação, diploma que foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia.

Temos prevista a bonificação de meio valor por ano até ao máximo de três valores a conceder àqueles docentes que permaneçam por mais tempo em escolas periféricas.

Temos uma carreira de 34 anos para aqueles que agora a começam, mas que por via de normas transitórias existentes pode variar entre os 29 e o máximo de 37 anos, uma carreira que sendo idêntica à carreira nacional, assim o entenderam, portanto, os professores, é uma carreira que se percorre efetivamente mais depressa e podia lembrar mais, algumas coisas do passado, no tempo da Troika, no tempo enfim negro porque que passámos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Troika veio porquê?

O Orador: ... foram vários os benefícios que os professores tiveram nos Açores e não tiveram no demais país. Não estiveram sujeitos ao chamado

regime da requalificação que se traduzia primeiro numa diminuição de vencimentos, depois no enfrentamento do próprio desemprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): PEC I, PEC II, PEC III, PEC IV!

O Orador: Os professores dos Açores tiveram sempre livres da chamada prova de ingresso na profissão que serviu em muitos casos para afastar docentes do exercício da profissão e também nesse tempo poupámos, portanto, os professores, poupámos efetivamente os professores em muitos dos cortes salariais que foram aplicados na Madeira e no continente.

O Sr. Deputado Jorge Jorge na sua intervenção deu a entender que um tanto injustamente corria socialmente a informação de que os professores poderiam ser uma classe privilegiada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele disse isso?

O Orador: Se isso às vezes acontece nunca aconteceu por culpa deste Governo. Já o disse noutras circunstâncias e repito aqui hoje que ao contrário do que muitas vezes se diz os professores não têm uma carreira mais fácil, nem uma avaliação mais permissiva. Isto, efetivamente, não é verdade.

Os professores têm, por exemplo, uma avaliação tão rigorosa, tão digna quanto a avaliação dos demais funcionários públicos, seja ela feita pelo denominado SIADAP, se eles dependem da República, ou pelo denominado SIADAPRA, se eles dependem da Região.

Perguntou o Sr. Deputado Jorge Jorge se nós tínhamos ou não tínhamos autonomia. Obviamente que temos, obviamente que a usamos e na minha intervenção inicial eu fui pródigo em dar exemplos da utilização da autonomia em benefício dos açorianos, também em benefício dos professores dos Açores e é a autonomia que permite neste momento que a tal solução nacional uma vez aplicada nos Açores seja uma solução bem melhor do que a solução nacional.

O Sr. Deputado Jorge Jorge ainda falou do problema financeiro, do impacto financeiro destas medidas.

Sr. Deputado, neste tempo do pós-Troika, neste tempo em que em Portugal a credibilidade de um qualquer governo se mede muito mais pelo equilíbrio das contas públicas, ou seja, pela existência de umas finanças sãs do que propriamente pelo êxito da ação política nos setores tradicionais da governação, neste tempo claro que todas as cautelas no controlo da despesa pública são essenciais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devem, devem!

O Orador: Daí a necessidade de que todos os governos e também este nosso governo seja antes demais um provedor dos contribuintes.

Claro que o descongelamento de sete anos de serviço docente possui um impacto financeiro considerável, independentemente de ser pago de uma só vez ou por fases.

Todavia, uma coisa é certa: para nós a questão central obviamente não é a questão financeira. Não é porque nademos em dinheiro. É pelo simples facto de aceitarmos aplicar nos Açores uma solução que possa ser efetivamente a solução máxima.

Claro que há impactos que já se verificam pelo simples facto das carreiras da administração pública se encontrarem descongeladas desde o dia 1 de janeiro deste ano que nos Açores já evoluíram, até finais de agosto, 1.767, até finais do ano cerca de dois mil, com o impacto financeiro de também cerca de 2 milhões de euros.

A Dra. ... Não deixa de ser Dra. obviamente!

A Sra. Deputada Rute Gregório, aliás, numa intervenção bem construída, levantou aqui a seguinte questão, levantou aqui a questão dos professores andarem a ser enganados pelos governos.

Bem sei que deu mais exemplos da República.

Eu sei que os professores neste processo têm, senão uma razão total, têm pelo menos uma razão relativa (já o afirmei publicamente) e essa razão relativa

depende fundamentalmente de duas questões, depende do facto de se terem recuperado os anos todos dos funcionários públicos ditos gerais, estigmatizando a classe docente, coisa que já acontece não propriamente pela primeira vez e outra queixa reside no facto da declaração que foi assinada em novembro passado entre o governo e as estruturas sindicais ser uma daquelas declarações onde cada qual pode ler aquilo que muito bem quer.

Agora, asseguro-lhe uma coisa, Sra. Deputada, o Governo dos Açores nunca enganou os professores. O Governo dos Açores não teve, como é óbvio, qualquer responsabilidade na recuperação de todo o tempo de serviço para uns funcionários e não propriamente para outros, o Governo dos Açores não assinou nenhum texto com qualquer sindicato que se viesse a traduzir num texto equívoco e perante o qual todos tivessem interpretações efetivamente diferentes.

O Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, levantou aqui várias questões, uma das quais a questão da falta de assistentes, nomeadamente de assistentes operacionais, eventualmente técnicos nas escolas.

Oh, Sr. Deputado, na minha intervenção inicial tive a possibilidade de dizer que na transição de 2017 para 2018 o número de assistentes aumentou nos nossos estabelecimentos escolares de 2.693 para 2.803. Claro que estou a contabilizar neste montante os 133 procedimentos que estão em curso para inclusivamente colocar esses assistentes em lugares do quadro.

As nossas escolas registam efetivamente um número de assistentes superior aos rácios legais e os rácios legais não estão tão desatualizados quanto aquilo que o Sr. Deputado quer efetivamente fazer crer.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua intervenção disse que o governo e concretamente o Secretário Regional da Educação e Cultura não apresentavam uma única razão para assumir a posição que efetivamente assumiram. Isto também não é inteiramente verdade.

Nós sempre dissemos e dissemo-lo logo, logo em novembro passado que assumíamos esta posição também por ser ela uma garantia e uma garantia segura de que se faria melhor para os professores dos Açores do que se faz para os professores do continente.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo colocou aqui várias questões, eu vou falar nomeadamente de três delas. Falou da alimentação escolar. Eu, se calhar, guardaria este assunto para uma época um pouco mais tardia, porque está em curso no âmbito desta Casa um diploma que discute essa problemática e que discute fundamentalmente se as cantinas, se os refeitórios escolares devem ou não devem regressar ao controlo direto das escolas. Alargar-me-ia sobre esse assunto nessa altura, não me alargaria tanto hoje.

Agora, também uma coisa é certa: na última década, eventualmente nos últimos 15 anos, forma muitos os refeitórios que passaram da situação de exploração direta para exploração concessionada. Isso resultou de uma ponderação profunda, de discussões múltiplas, algumas existentes nesta Casa e resultou de vários fatores e um deles prende-se inequivocamente com a dificuldade de gestão de pessoal no âmbito das unidades orgânicas.

Quanto aos manuais escolares, Sr. Deputados, aí estamos a ganhar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma vergonha!

O Orador: ... aí em matéria de manuais escolares nós efetivamente estamos a ganhar, porque chegámos primeiro, desde o ano passado que cobrimos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por proposta de quem?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... todos os anos até ao 12.º ano e mais! O empréstimo neste caso corresponde à gratuidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Trouxemos uma proposta aqui e os senhores chumbaram!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, acho que não devia tomar essa posição de forma alguma. Aliás, estive o ano passado no Porto numa discussão sobre manuais escolares, disse às pessoas no Porto que ia fazer propaganda daquilo que nós fazíamos nos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas devia!

O Orador: ... e disse à cabeça que nos Açores essa medida se tinha devido a uma proposta do CDS-PP. Eu não escondo a verdade. Ela não deve ser escondida. Não escondo! Disse-o, pode confirmar junto de quem lá esteve.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não preciso, porque ainda acredito na palavra de um homem sério!

O Orador: Finalmente sobre a caducidade dos contratos foi também o Sr. Deputado do PCP que colocou a questão. Nós temos fundamentalmente professores que acabam contratos a 31 de agosto, que iniciam contratos a 1 de setembro. Não nos parece que sem uma efetiva interrupção, que só se interrompe na teoria, jamais na prática, seja razoável pagar uma indemnização por caducidade. Quando efetivamente os professores não obtêm emprego durante um tempo mais lato achamos que essa prestação deve efetivamente ser paga.

Peço perdão pelo atraso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário esgotou o seu tempo, de qualquer das formas já não lhe vou fazer uma pergunta, vou-lhe fazer uma referência e vou fazer-lhe uma referência da forma mais elegante possível. Tenho que lhe dizer o seguinte.

Eu perguntei-lhe porque razão não recupera, o Governo Regional, integralmente o tempo de serviço. Foi essa a pergunta que eu lhe fiz. Porque razão não recupera.

O Sr. Secretário não me respondeu a menos que queira considerar que a resposta é porque “nós vamos seguir aquilo que for decidido na República”. Uma vez que o estatuto não obriga a isso tem que me explicar porque é que toma essa decisão e o senhor não explicou.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Explicou, explicou!

O Orador: Porque é que o senhor não recupera integralmente o tempo de serviço?

A pergunta é esta.

Porque é que o senhor aqui nos Açores não recupera?

Fiz-lhe uma segunda questão: acha ou não justo os professores que cumprirem integralmente este tempo de serviço que recuperem o tempo de serviço que prestaram?

Não acha justo que os professores vejam que o tempo de serviço que prestaram seja recuperado?

Sabe qual é a sua resposta?

A sua resposta foi: “não lhe posso responder, não lhe vou responder.”

Aliás, não é não posso, não lhe vou responder.

Portanto, efetivamente, Sr. Secretário, o Sr. Secretário não me explicou, nem me respondeu à questão fundamental aqui.

A mim não me interessa se na República ... Eu não votei aquele Governo da República. Não me interessa se eles vão recuperar um ano, ou dois, ou três, ou quatro. A mim o que me interessa é uma explicação lógica de parte de V. Exa. e que V. Exa. me diga porque é que não recupera o tempo de serviço dos docentes?

Porque é que não assume esse compromisso de uma forma faseada? Porque é que não o faz?

Essa é que é a questão que eu lhe coloquei.

O Sr. Secretário terá que convir que não me respondeu a essa questão.

E a outra questão, acha justo ou não, também não me respondeu. Diz que não me irá responder.

Portanto, o que eu tenho aqui é um muro de silêncio e sabe porquê, Sr. Secretário?

Porque é muito difícil responder a estas questões.

O que é que o senhor iria dizer: “Não! Aqueles professores cumpriram o tempo de serviço. Efetivamente cumpriram o tempo de serviço, mas eu acho que eles não o devem recuperar.”

Isso não é resposta, nem é uma posição que seja assumível por parte de V. Exa., por isso é que não respondem, por isso é que não responde a esta questão, porque não é justo.

As pessoas fizeram esse tempo de serviço, porque é que esse tempo de serviço não é recuperado e não é contabilizado?

Não é justo, Sr. Secretário.

Portanto, o senhor não me responde e politicamente eu considero que Vs. Exas. (estão mandatados, têm uma maioria parlamentar) estão mandatados para tomarem uma determinada posição e assumirem politicamente, outra coisa é que fujam ao debate ...

Deputado André Bradford (PS): Ninguém fugiu ao debate!

O Orador: ... e que não assumam as vossas responsabilidades.

Digam se querem ou não querem recuperar integralmente o tempo de serviço dos professores. Se não querem recuperar expliquem as razões, porque razão não acham justo, não acham adequado.

Já disse que a questão não é a questão financeira, porque se recuperarem o tempo de serviço todo lá fora, na República, aqui também recuperam. Portanto, a questão financeira não se coloca.

Então qual é a razão para que não se recupere integralmente o tempo de serviço?

Não me explicam e, portanto, é um debate parlamentar em que por ausência de resposta eu tenho que concluir que Vs. Exas. em relação a esta questão não estão a ter uma política justa, nem estão a explicar aos professores dos Açores as vossas tomadas de posição, o que eu considero que em democracia uma postura destas é uma postura reprovável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi aqui afirmado, e concordamos com isso, que a educação é um meio de estimular o desenvolvimento e o meio de esbater as desigualdades sociais. É um princípio que nós concordamos e, aliás, é por isso também que nós nos batemos por uma melhor educação nos Açores.

Eu só queria questionar é se o PS e o Governo Regional também associam isto ao facto de 22 anos depois de estarem no Governo terem lançado um plano de emergência de combate à pobreza e à exclusão social? Se isso reflete aquilo que foi a política educativa na Região ao longo de 22 anos?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: As visitas que temos feito a várias escolas, um pouco por todo o lado, nos tem sido falado da falta de assistentes operacionais e da falta da colocação atempada dos professores e até, nalguns casos, da falta de professores em determinadas áreas ao longo do ano.

Eu bem sei que o Sr. Secretário trouxe aqui números de uma realidade que não é aquela que nós temos encontrado, por exemplo, acerca dos assistentes operacionais.

Não foi há muitas semanas que uma presidente de uma escola dos Açores veio dizer que não tinha assistentes profissionais e que até já estavam a pedir aos pais das crianças que tivessem a disponibilidade na hora do almoço irem ajudar a tomar conta, a dar comida e a tratar das crianças mais jovens.

Deputado André Bradford (PS): Oh, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isso foi público, é uma notícia pública que não foi desmentida. Portanto, temos aqui duas realidades.

Por outro lado, também, e isso estava no próprio ProSucesso, a necessidade de formação do pessoal docente e não docente.

Sobre a formação do pessoal docente ou a falta dela eu já falei aqui e não vou trazer neste momento, neste debate, mas sobre a formação do pessoal não docente a mim preocupa-me, porque muitas destas vagas que estão em falta nas escolas, que as escolas necessitam de pessoas e que têm sido colmatadas por pessoas nos programas de emprego e que têm ocupado esses postos de trabalho ao longo de vários anos, estas pessoas não têm formação para as escolas, para trabalhar com as crianças, para trabalhar numa escola.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Pergunto: então aquilo que estava no ProSucesso era ou não era essencial?

Era ou não era essencial que os assistentes operacionais, que as pessoas que trabalham nas escolas tivessem a formação adequada para lá trabalhar?

De repente parece que não é necessário que se tenha essa formação e qualquer pessoa que fique colocada num programa que seja colocado nas escolas está

apto a poder trabalhar com crianças. Era preciso ter alguma parcimónia muitas vezes naquilo que se afirma.

Depois o Sr. Secretário apenas me respondeu à primeira questão, ao reconhecer que a Região tinha autonomia para resolver a questão da recuperação do tempo de serviço dos professores.

Esta questão de dizer que tem autonomia então eu coloco aqui uma questão geral: então porque é que não o faz?

O Sr. Secretário disse que não ia responder se era contra ou a favor a recuperação dos sete anos, mas eu volto a fazer a pergunta ao Governo e também ao Partido Socialista se puder e quiser responder: se tem autonomia porque é que não o faz?

Não considera justo?

Porque é que em 2008 consideraram justo os dois anos e agora não consideram justo os sete anos? O que é que mudou entretanto?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não! O que é que mudou da vossa parte?

O Orador: Sra. Deputada, só não muda de opinião ... Vou ficar por aqui.

Não consigo é perceber ... Não havendo problemas de ordem financeira ...

Mais uma vez eu volto a dizer, Sr. Secretário: se o Governo dos Açores se cola à decisão que vier a ser tomada a nível nacional e não sabendo ela qual é não terá problemas de pô-la em prática aqui, nos Açores, pode ser dois anos, pode ser cinco, pode ser sete anos ... Portanto, problema financeiro não é.

Se considera que tem autonomia para resolver e nesta questão o Sr. Secretário disse que sim senhor, tinham autonomia para resolver, então porque é que não fazem? Porque é que não o fazem?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vão ter uma oportunidade à tarde. Talvez façam isso à tarde!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção dizendo que o Partido Socialista e o Governo Regional teceram aqui loas, elogios aos recentes resultados educativos que anunciaram.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Reconheça isso pelo menos!

O Orador: Estaríamos muito mal se não houvesse qualquer evolução nos resultados educativos, mas deixe-me dizer que esses resultados educativos que agora apresentam acontecem não devido às políticas do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista, mas apesar delas, apesar do Governo Regional não ter até agora assumido contabilizar todo o tempo de serviço dos professores, os sete anos que faltam contabilizar e reconhecer aqui na Região; apesar da precariedade existente na classe docente, dos mais de 500 professores que têm mais de três anos de serviço na Região e continuam contratados; apesar, como disse o Sr. Secretário deles irem para o desempregado e se for só um mês não faz mal, já não têm direito a indemnização; e apesar da falta de funcionários, Sr. Secretário, eles existem, todos nós ouvimos nas escolas, as pessoas queixam-se, as escolas queixam-se, os próprios funcionários queixam-se, toda a gente sabe, o Partido Socialista e o Governo Regional, neste caso, não querem reconhecer. Esses resultados acontecem apesar de enorme falta de técnicos como na primeira intervenção referi em que terapeutas da fala existem

dados da própria secretaria, deste ano, existem 18 em que 16 são trabalhadores com contratos a termo resolutivo.

No que diz respeito à recuperação do tempo de serviço o Sr. Secretário afirma que não quer tomar uma posição, não quer dar uma opinião e que (reafirmando a sua posição de sempre) a posição será a decisão que for tomada pelo Governo da República será aplicada à Região.

Esta posição é o assumir de que quem manda relativamente aos professores nos Açores é o Governo da República, é a força da autonomia que já foi subjugada à força do Partido Socialista a nível nacional.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem dito!

O Orador: Relativamente e voltando ao pessoal não docente.

Referiu o Sr. Secretário que a legislação regional não está assim tão desatualizada.

A legislação regional relativamente ao pessoal não docente está definida num decreto regulamentar de 2007 em que prevê para o 1.º ciclo um assistente operacional para cada 50 alunos ou fração; no 2.º e 3.º ciclos há uma gradação progressiva, um lugar para 60 alunos até 600, 12 lugares de 600 a mil alunos e por aí em diante.

Acontece que estes rácios só têm em conta um único fator e esse fator é o número de alunos. São rácios totalmente cegos, ignoram quase toda a realidade. Deixe-me dizer que a Portaria 272-A de 2017 a nível nacional, já que quer valorizar tanto as decisões nacionais, se calhar tinha aqui uma que podendo ainda ser redutora e não ser a solução ideal vai mais no sentido de ter em conta a realidade das escolas.

A portaria que define a nível nacional os rácios tem como critérios a tipologia dos edifícios escolares, as instalações desportivas, o regime de funcionamento da escola, a prática de contratação de empresas de prestação de serviços de limpeza, o número de alunos (como não podia deixar de ser) e as unidades de

ensino estruturado e ensino especial, ou seja, para o Governo Regional só existe uma coisa, é o número de alunos, é uma mera aritmética, mas afinal há outra forma de fazer as coisas embora certamente com muitas falhas como tem sido notícia a nível nacional.

Uma última palavra, porque não respondeu, sei que não tem mais tempo, relativamente aos professores contratados como é que ficamos?

Vai o Governo Regional finalmente adaptar a solução que foi adotada em todo o país, no continente e na Madeira de integrar os professores com mais de três anos de serviço?

É esta a questão que também tem de ser respondida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Paulo Estêvão não levará a mal que eu lhe diga que eu, republicana, me confesso. Não levará com certeza a mal que diga, não obstante o contexto histórico, geográfico, monárquico, republicano em todo o nosso país, em todo o nosso mundo, mas não levará a mal que naquela que é a minha posição dogmática diga-lhe precisamente que eu, republicana, democrática de um 25 de Abril livre me confesso aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Laica!

A Oradora: Isso é outra conversa.

Gostaria aqui de ir ao encontro de algumas posições manifestadas pelos diferentes partidos e sem qualquer (como com certeza compreenderão) ordem, mas sim pela forma como as intervenções aqui foram feitas dizer desde logo à Sra. Deputada Rute Gregório, com apreço, que efetivamente não poderia deixar de ir ao encontro da sua alusão àquele que é o papel do Partido Socialista e

também de outros partidos na construção da democracia, da autonomia e da importância do multipartidarismo.

Aliás, também não levará a mal com certeza que eu também diga isto, se assim não o fosse a Sra. Deputada Rute Gregório cá estaria, porque efetivamente partiu do Partido Socialista uma proposta da reforma do estatuto para incluir o círculo de compensação e, portanto, se há partido que efetivamente veste em si a presença, o respeito e o contemplar das diferentes propostas dos diferentes partidos com certeza reconhecerá que é o Partido Socialista e, portanto, dá-lhe aqui de volta aquilo que efetivamente disse.

Deputada Rute Gregório (CDS-PP): E reconheci!

A Oradora: A Sra. Deputada e o Sr. Deputado do PSD fizeram aqui uma alusão e eu vou juntar as duas sem qualquer demérito, mas numa lógica que foram semelhantes, referia-se ao Governo da República, à forma como este Governo Regional trata (e deixe-me utilizar assim este termo) os professores ... Eu tenho que lembrar, porque não seria sério nem da minha parte, nem da nossa parte, nem da parte de todos os professores que nos ouvem lembrar aos Srs. Deputados do CDS-PP e do PSD como efetivamente mandaram emigrar os professores na última legislatura ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

Deputado Paulo Parece (PSD): E a contagem de tempo dos professores?

A Oradora: ... e isso nós não podemos esquecer ...

Eu sei que efetivamente incomoda, mas mais, Sras. e Srs. Deputados, do que me incomodar a mim, incomodar a Sra. Deputada Rute Gregório ou outras Sras. e Srs. Deputados, incomoda com certeza as famílias que ficaram desmembradas e que foram todas elas emigradas por via do conselho do PSD e do CDS. Esta era uma nota.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as famílias açorianas desmembradas que tiveram de andar de um lado para o outro!?

A Oradora: Uma nota também, Sr. Deputado Jorge Jorge, logicamente ouvi a sua intervenção com muita atenção, mas digo-lhe que cada vez mais regozijo-me pela opção dos açorianos em escolher o Partido Socialista para governar esta Região, porque a sua intervenção que alude a dois adjetivos e substantivos que a mim me incomodam fervorosamente e que têm a ver com o associar a palavra rigidez ao sistema educativo regional, ou ignorância ao sistema educativo regional.

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas não é essa a questão: é a contagem do tempo de serviço!

A Oradora: Pois bem, se dúvidas existissem nesse vernáculo ultrapassado que o PSD utiliza de um sistema educativo do séc. XIX que não faz, não colhe nos alunos e nos professores do séc. XXI.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Queria também aqui referir aquela do PCP ... (muito obrigada, Sr. Deputado, não está presente, mas teria muito gosto - e aqui também não vai ser possível, porque não está presente, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é normal, também os Srs. Membros do Governo às vezes também não estão!

A Oradora: Efetivamente o Partido Socialista colocou, como os Srs. Deputados podem comprovar, uma série de dúvidas relativamente à resolução do PCP. Por um lado, primeiro a incapacidade de ouvir e posteriormente a ausência do Sr. Deputado em sede de comissão que não permitiu esclarecer o Partido Socialista e, portanto, não percebo efetivamente aquela que foi a alusão do PCP.

Continuar ainda e dizer Sr. Deputado do PSD, a abordagem do PSD ao que diz ser um plano de emergência de combate à pobreza, não só a sua epígrafe está errada, como é um desmerecimento àquela que é a atitude que nós devemos ter

sobre o fenómeno da pobreza, quer nos Açores, quer em Portugal, quer em todo o local deste mundo, em qualquer país deste mundo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores não desmerecem os pobres, os senhores incentivam os pobres!

A Oradora: A pobreza é um assunto muito sério e o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez de certa forma uma alusão na relação da pobreza com a educação. É realmente um assunto muito sério, é um assunto que nos deve convocar a todos, é um assunto que ninguém deve ficar de fora, porque há uma coisa que eu lhe tenho que dizer, Sr. Deputado Jorge Jorge: entre apoiar um Governo orgulhosamente que apresenta um Plano de Combate à Exclusão Social e à Pobreza e esconder essa pobreza por debaixo do tapete eu confesso que eu prefiro a primeira parte e com muito orgulho acompanho a implementação do Plano de Combate à Exclusão Social que irá dignificar famílias, crianças, que precisam do apoio social e que nelas o Partido Socialista tem a obrigação democrática, autonómica e acima de tudo naquele que é o conceito humanista que caracteriza o Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Ainda no que diz respeito ao Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado António Lima, o Partido Socialista, se há alguns deputados e forças partidárias que nesta Casa possam optar por esta determinação eu muito me estranha o Bloco de Esquerda se assumir assim e eu vou contextualizar, explicando.

O Bloco de Esquerda esteve e bem (se me permite esta alusão) ao lado do Partido Socialista ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Só está bem quando está ao lado do Partido Socialista!

A Oradora: ... numa série de iniciativas quer no âmbito do regulamento do concurso, quer no âmbito do estatuto da carreira docente, entre outras. Portanto,

com certeza concordará comigo que dizer a frase que o Partido Socialista decide contra os docentes não bate uma coisa com a outra, como dizia a saudosa Zuraida Soares, “não bate a bota com a perdigota”, portanto, não faz sentido o que este Bloco de Esquerda aqui está a dizer.

Porque há aqui uma coisa que eu lhe tenho que dizer: há pouco dizia que as políticas que o Partido Socialista implementa o sucesso educativo que releva é apesar delas. Eu juntava-me aqui à Sra. Deputada Rute Gregório: se a componente do sucesso educativo é de todas as Sras. e Srs. Deputados também temos aqui que ver aquelas que são as questões que por ventura possam não ser também, mas na lógica do multipartidarismo então é responsabilidade de todos. Portanto, não se pode é defender por um lado e por outro lado defender o seu contrário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a lógica do PS! A responsabilidade é de todos! É uma lógica fantástica!

A Oradora: Mas ainda há uma coisa que eu tenho que lhe dizer, Sr. Deputado: querer associar a contabilização do tempo de serviço ao sucesso educativo, deixe-me que lhe diga, é uma ofensa aos professores. É uma ofensa aos professores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Sr. Deputado António Lima, os professores nesta Região, como noutras, exercem a sua função com a maior dignidade, empenho, dedicação pela causa que é ser professor.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sem dúvida! Não recebem é por isso!

A Oradora: Posso, neste momento, aqui dizer-lhe: os professores não fazem uma relação direta entre a sua entrega para o sucesso educativo naquela que é a

pretensa justa contabilização do tempo de serviço. Não fazem, Sr. Deputado! E o que o Sr. Deputado fez aqui foi querer fazer esta relação que ela é injusta, incorreta e ofensiva para os professores ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e os professores dos Açores não merecem essa sua referência.

Deputado Paulo Parece (PSD): Nem merecem que não lhes contem o tempo!

A Oradora: Continuando, há pouco tive aqui oportunidade de listar um conjunto de boas medidas que o Partido Socialista já apresentou. Aliás, as Sras. e os Srs. Deputados, em diferentes momentos apoiaram de forma unânime votos de congratulação aos nossos alunos. Eles também são o resultado do bom sistema educativo que nós temos. Se nós temos que melhorar, se há melhorias a fazer no ProSucesso, claro que há; se há melhorias a fazer no enquadramento dos professores colocados, claro que há; mas é negado, é possível negar aqui nesta Casa que nós temos um percurso crescente, quando depois noutras sessões votam votos de congratulação a favor de prémios ganhos por alunos no âmbito do sistema educativo?

É que uma coisa tem de ser coerente com a outra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas é que eles são mesmo bons!

A Oradora: Isto para nós é extremamente importante.

Para terminar, quero aqui realçar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, naquela que foi a interpelação que fez da parte do Partido Socialista não há nenhuma indecisão, não há nenhuma indefinição quanto à contagem do tempo de serviço.

O Partido Socialista (e vai me permitir aqui que repesque de certa forma uma sua intervenção na Comissão de Assuntos Sociais, sem que não levará a mal) definiu aqui em julho de 2018, dois anos antes das eleições, qual era o seu rumo. O Governo suportado pelo Partido Socialista definiu o seu rumo, que eu admito que possam discordar, em novembro de 2017, se me permite, três anos dos atos eleitorais e, portanto, Sr. Deputado, também concordará comigo, nem

que seja pela linha cronológica, que não é possível associar a posição do Partido Socialista tem, a posição que o Governo teve, com atos eleitorais. Isto não é possível devido à distância temporal. Parece que é visto, entra pelos olhos a dentro!

Deputado André Bradford (PS): Só pensa nisso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a falar para mim, Sra. Deputada? As eleições são em 2020!

A Oradora: E por fim, ...

Se me permite, Sr. Deputado, se não se importar com certeza.

Faltam três anos! Faltam três anos!

Dois anos não! Sr. Deputado, eu penso que ainda tenho algum tempo e vou-lhe permitir esclarecer.

Sr. Deputado, o Governo Regional a 21 de novembro de 2017 tomou a sua posição. Isso no comparativo até às eleições de 2020 são três anos, quer queiramos fazer contas é assim que é. Três anos!

Não se pode acusar o Governo Regional de um ato eleitoralista. Portanto, para nós a contagem de serviço é claramente uma questão de justiça, mas nunca, nunca uma troca de votos, Sr. Deputado.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos interromper para o almoço, uma vez que ainda temos uma inscrição para a tarde e tempos também que o Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de anunciar.

Secretário: O Governo esgotou o seu tempo; o Partido Socialista tem 12 minutos e 10 segundos; o PSD tem 11 minutos e 2 segundos; o CDS-PP tem 5 minutos e 37 segundos; o Bloco de Esquerda tem 20 segundos; o PCP tem 3 minutos e 43 segundos e o PPM 7 minutos e 6 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 31 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Está então inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não estava naturalmente para intervir neste debate depois das brilhantes intervenções da Sra. Deputada Rute Gregório que aqui esteve em defesa da classe docente e dos Açores, com total legitimidade de deputada eleita, mas não posso deixar passar uma afirmação da Sra. Deputada Sónia Nicolau em branco e com a consideração que tenho à Sra. Deputada permita-me que lhe diga o seguinte e vou citá-la. V. Exa (e passo a citar) na sua intervenção que fez em

resposta à Deputada Rute Gregório “também não levará a mal com certeza que eu também diga isto: se assim não o fosse a Sra. Deputada Rute Gregório cá não estaria, porque efetivamente partiu do PS uma proposta de reforma do estatuto para incluir o círculo de compensação.”

Sra. Deputada, o CDS não vive da caridade, não vive da bondade caritativa do PS, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não percebeu!

O Orador: ... nem o PS é dono das leis desta Casa. E devo-lhe dizer mais, Sra. Deputada, se me permite que lhe diga a Sra. Deputada naturalmente enganou-se, porque não se queria referir ao estatuto, queria naturalmente referir-se à Lei Eleitoral.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não percebeu!

O Orador: Portanto, não é ao estatuto que prevê isto, é a Lei Eleitoral, Sra. Deputada, para o seu esclarecimento, para ficar esclarecida e não cometer erros de futuro. A Lei Eleitoral é que permitiu a criação do círculo da compensação.

Deputada Sónia Nicolau (PS): É verdade!

O Orador: E Sra. Deputada, também permita-me que lhe diga, que essa Lei Eleitoral, Sra. Deputada, foi votada por dois partidos e permita-me que lhe diga se quiser ir ver o texto da Anteproposta de Lei, da quinta alteração à Lei Eleitoral dos Açores, há dois autores do texto inicial, o autor é o Partido Socialista e o outro autor, embora pequenino, é o CDS-PP, Sra. Deputada.

Portanto, democracia, da sua democracia, ...

Deputado Francisco César (PS): Sua, de quem?

O Orador: ... estamos nós conversados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, no tempo que me resta, queria apenas responder à Sra. Deputada Sónia Nicolau dizendo que o Bloco de Esquerda apoia as propostas que entende serem positivas e serem para bem da população dos Açores e isso não invalida que rejeite outras e rejeite aquelas e critique aquelas opções do Governo Regional e do Partido Socialista que neste caso em concreto têm sido prejudiciais aos interesses dos professores e aos interesses da educação em geral nos Açores.

Relativamente àquilo que a senhora não conseguiu explicar, o que a senhora não conseguiu explicar foi porque razão é que o Governo Regional e o Partido Socialista, por quem falou, não abdicou ... neste caso abdicou do seu poder de decisão em benefício dos interesses do Partido Socialista e em prejuízo da classe docente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretário Regionais:

Sr. Deputado Artur Lima, muito obrigada pela sua intervenção, muito obrigada pela sua correção no que diz respeito ao instrumento legislativo, ter sido o sistema da Lei Eleitoral e não o Estatuto Político Administrativo, mas penso que naquela que é a sua alusão que faz à minha intervenção faltará, porventura, aquela que foi a ligação que eu fiz também com a resposta que dei à intervenção da Sra. Deputada Rute Gregório.

A minha intervenção na alusão ao círculo de compensação esteve longe, como com certeza deve fazer valer, de se personificar alterações próprias, quer do Partido Socialista por si próprio.

A minha intervenção, Sr. Deputado, falta essa parte, peço desculpa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cá não estaria!

A Oradora: Falta essa parte, Sr. Deputado!

Com a mesma humildade e seriedade com que eu estou a dirigir-me a si para esclarecer, peço que também tenha em conta isso.

A Sra. Deputada Rute Gregório referiu a questão da importância do multipartidarismo, da importância de todos trabalharmos, de todos os partidos trabalharmos para a criação de algo num conjunto total e o que eu disse nesse contexto é que o Partido Socialista se associa a esta questão do multipartidarismo, tanto é que o Partido Socialista, e efetivamente disse, criou a lógica do círculo de compensação. Foi neste âmbito Sr. Deputado Artur Lima, agradecendo as correções que fez à questão do instrumento legislativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vou-lhe fazer mais uma!

Deputado Carlos Silva (PS): Faça bem feito!

A Oradora: Á vontade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Boa referência fez a Sra. Deputada aqui ao multipartidarismo, mas Sra. Deputada Sónia Nicolau devo corrigi-la em mais uma coisa: o CDS não entrou para esta Assembleia com a revisão da Lei Eleitoral, foi seu coautor e o CDS tem assento nesta Casa desde a primeira hora. Nesta Casa, desde a primeira hora!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Eu não disse isso! Foi o círculo de compensação!

O Orador: Portanto, não foi preciso multipartidarismo para o CDS aqui estar.

A sua referência foi provavelmente descontextualizada e quis obviamente dar um ar de democraticidade que era perfeitamente desnecessário no debate em questão e até para desviar o assunto sobre o qual não falarei mais.

Deputada Sónia Nicolau (PS): O círculo de compensação!

O Orador: O assunto é, Sra. Deputada, os senhores não são donos da democracia nos Açores, ainda não são os donos disto tudo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Nem queremos ser donos!

O Orador: ... nem devem querer ser.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não esteve bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo que para a participação no debate não há mais inscrições, sendo assim dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar esta interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No âmbito desta interpelação eu não obtive as respostas que tentei alcançar ao perguntar repetidamente ao Sr. Secretário Regional da Educação para justificar os motivos, pelos quais não pretende recuperar integralmente o serviço prestado pelos docentes.

Repeti reiteradamente, pedi-lhe que me desse uma explicação racional.

Já sabemos que o Governo em relação a esta matéria não tem nenhuma condicionante do ponto de vista financeiro.

O Sr. Secretário repetiu muitas vezes que a questão não é a questão financeira. Então se não é a questão financeira, porque é que não se recupera o tempo de serviço que os docentes efetivamente desempenharam?

O Sr. Secretário não me respondeu.

O que o Sr. Secretário me respondeu foi o seguinte: nós sabemos que o senhor tem razão do ponto de vista do número de professores que estão disponíveis no âmbito do nosso sistema educativo e que vamos ter problemas no futuro. Reconheceu isso não neste debate, mas num debate que tivemos na comissão.

Quero dizer, quero anunciar a esta câmara, que recolhi estes dados hoje: por exemplo, inglês do 1.º ciclo do ensino básico, estamos no mês de outubro, sabem quantos professores estão na lista?

Três professores!

Português e francês, o grupo 210, sabem quantos professores temos na lista?

Zero! Se adoecer alguém, por qualquer razão, como é que esse professor é substituído? Não temos ninguém já nas listas para colocar.

Português e inglês, dois professores. Em outubro temos dois professores.

Educação visual e tecnológica, grupo 240, cinco professores.

Educação musical, três professores. Três professores é o que nós temos neste momento.

Francês, grupo 320. No grupo 320 dois professores.

Em relação ao inglês, cinco professores, no grupo 330.

Em geografia, no grupo 420, temos apenas dois ... não, peço desculpa ... três professores por colocar, ou seja, que estão nas listas.

A mesma coisa em relação a educação tecnológica, até grupos como história, que eram grupos em que existiam um enorme número de professores disponíveis nas nossas listas por colocar, sabem quantos é que existem neste momento?

Quatro, quatro professores e estamos em outubro.

Ou seja, nós este ano vamos ter muitas dificuldades em preencher um grande conjunto de lugares, que vão aparecer ao longo do ano, muito mais do que as pessoas que estão por colocar nas nossas listas de concurso na Região Autónoma dos Açores.

Dizia-me o Sr. Secretário: “Bem, mas nós mantendo esta diferenciação, se lá aprovarem três, nós aprovamos três, se lá aprovarem quatro, nós aprovamos quatro, mantendo esta diferenciação resolvemos o problema.”

Não está a resolver esta diferenciação, Sr. Secretário. O tempo de serviço que temos a mais e a carreira que o Sr. Secretário está a dizer que é a melhor do mundo já não está a ser suficiente para atrair para a Região Autónoma dos Açores os professores que nós necessitamos. É ou não é?

É inegável! Alguém contesta que vamos precisar de professores nos próximos meses e que não os vamos ter?

E nalgumas escolas já não temos alguns professores de alguns grupos neste momento, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Quais?

O Orador: ... já temos colocações em que já não existem professores disponíveis nas listas e é preciso verificar que estas listas também depois estão desatualizadas, porque alguns professores já aceitaram até colocações na Região Autónoma da Madeira ou no território continental. Portanto, estamos aqui perante um problema gravíssimo, Sr. Secretário.

O que é que há a fazer?

O que há a fazer é valorizar a carreira docente. E como é que se valoriza a carreira docente?

Valoriza-se a carreira docente recuperando integralmente o tempo de serviço. É isso que cria as condições para que a nossa carreira nos Açores seja atrativa.

Eu penso que isto é incontestável. Incontestável! É de justiça!

Não há nenhuma razão, mas mesmo nenhuma razão para que o tempo de serviço dos professores não seja recuperado. Ponto número um.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau não concorda que se recupere integralmente o tempo de serviço dos docentes? Não concorda, discorda?

Eu penso que não discordará que é uma questão de justiça.

Então e o segundo ponto que eu aqui apresentei e já tenho apresentado ao longo destes meses todos que é a necessidade, além de ser uma questão de justiça, é uma questão de necessidade e de inteligência e de necessidade da Região. Nós temos realmente que legislar neste sentido. Nós temos que criar as condições para que a nossa carreira docente seja atrativa. Não é suficientemente atrativa neste momento.

Nós provavelmente no mês de novembro vamos ter alunos que não têm professor e alunos que provavelmente vão fazer exames, como o ano passado já tivemos alunos que não tiveram professor para o qual teriam que fazer o exame no final do ano letivo.

Portanto, meus senhores, é uma questão de justiça, mas também é uma questão de nós decidirmos com inteligência e decidirmos a favor da Região e decidirmos a favor dos nossos alunos, porque por muitas melhorias que se façam no sistema educativo há algo que vos posso garantir: o sistema educativo nunca será bom, um sistema educativo que não tenha professores para lecionar nas nossas escolas e em que os alunos estejam prejudicados por não ter professor colocado.

Portanto, esta é uma questão deste ano, mas que será ainda mais grave no ano que vem e no ano a seguir ainda será mais grave. Nós muitas vezes discutimos aqui que é necessário criar as condições em termos de carreira para atrair médicos para a Região, que é uma batalha que durante muito tempo perdemos, mas temos neste momento a capacidade, temos o mecanismo de decidir a tempo em relação à questão dos docentes.

Não se diga daqui a uns anos, daqui a um ano, dois anos, ou se calhar daqui a seis meses, que o Governo fez tudo para contratar os professores que nós necessitamos. Que não se diga isso! Porque a verdade é que não se fez e tem que se fazer com tempo.

Portanto, a medida de recuperação do tempo dos docentes é algo justo e é algo necessário, é algo estratégico, é algo que vai sustentar no futuro as necessidades que a Região necessita, porque a grande notícia na Região Autónoma (e vou terminar), no país seria que os Açores de facto se compromete a recuperar o tempo de serviço. Eu acho que isso tornaria a Região Autónoma atrativa para os docentes e era uma boa notícia para os nossos docentes, valorizar o trabalho que eles estão a realizar na escola e depois podemos enfrentar essa batalha juntos, que é a batalha de melhorar o sistema educativo. Melhorando o sistema educativo tornamos a nossa sociedade mais justa, damos aos nossos alunos a possibilidade de integrar uma sociedade de conhecimento com as ferramentas necessárias e podemos conseguir a prosperidade da nossa Região.

Eu não tenho nenhuma dúvida que o sistema educativo e esta é a grande batalha ... O Sr. Presidente do Governo Regional dizia ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que temos que combater a pobreza e as desigualdades na Região. Estou de acordo, mas há uma decisão que é fundamental que é valorizar a carreira docente e é permitir que o nosso sistema educativo funcione com eficiência. Se não funcionar com eficiência não há mais nenhuma medida que permita combater de forma eficaz as desigualdades e (termino, Sra. Presidente) que no fim de tudo dê aquilo para o qual nós todos estamos a trabalhar, estou certo disso, que é dar a todos iguais oportunidades na nossa sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos o ponto um da nossa Agenda.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes os pontos dois e três da nossa ordem de trabalhos serão debatidos respetivamente na quarta e quinta-feira de manhã, pelo que avançamos para o ponto quatro ...

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 20 minutos.

Eram 15 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 24 minutos.

Entramos agora no ponto quatro da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI – “Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta nesta Casa da democracia o Projeto de Decreto Legislativo Regional para recuperação do tempo de serviço do pessoal docente, porque como já ficou de sobremaneira vincado ao longo do dia de hoje pretende que se faça justiça aos professores e que lhes seja contado efetivamente o tempo que trabalharam.

Para o PSD a aposta na educação não se resume a um conjunto de intenções e promessas de boa vontade. Apostar na educação é fomentar o crescimento

económico da Região; apostar na educação é fomentar a coesão social e construir uma cidadania solidária; apostar na educação é garantir o futuro.

Mas só teremos futuro se apostarmos no presente, só teremos futuro se apostarmos na educação mobilizando todos os açorianos e definindo ações concretas por mais e melhor educação.

Os objetivos da educação mudaram muito e com isso mudaram também os desafios que a escola enfrenta nos dias de hoje.

O professor desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Valorizar o papel do professor é um fator decisivo para uma educação de qualidade.

O Partido Social Democrata dos Açores entregou no passado mês de junho, neste Parlamento, o Projeto de Decreto Legislativo Regional que agora estamos a discutir e que visa recuperar integralmente o tempo de serviço do pessoal docente, porque temos autonomia nos Açores para o fazer e porque acreditamos nos professores e no seu trabalho.

Propomos com esta iniciativa que os sete anos de serviço prestado pelos professores na Região comecem já a contar a partir do dia 1 de janeiro de 2019, prolongando-se por cinco anos, de modo que em 2023 este tempo de serviço possa estar totalmente recuperado e assim corrigida esta injustiça.

Do debate da manhã já percebemos que o PS continua a acompanhar o Governo Regional na espera do que se vier a passar na República. É um direito que se lhes assiste, embora não tenha a nossa concordância, mas ainda não conseguimos perceber se por princípio pelo menos são ou não a favor da recuperação integral do tempo de serviço por parte dos professores.

Esta subjugação ao PS nacional e a demissão de exercer autonomia consagrada no nosso estatuto é algo que não percebemos. Os professores não entendem e os açorianos não entendem também.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando que o Orçamento de Estado para 2018 prevê o descongelamento da progressão nas carreiras da administração pública pretende o PSD garantir que todo o tempo de serviço prestado pelos professores na Região Autónoma dos Açores releve para efeito de progressão na carreira e, consequentemente, a respetiva valorização remuneratória.

Consideramos que não existe nenhuma razão válida para que não se proceda ao descongelamento imediato das carreiras dos docentes, nem sequer a questão financeira. Fazendo fé nas palavras do Sr. Secretário como hoje já ficou demonstrado e também o havia já sido em sede de comissão não percebemos porque se continua a aguardar pelo que se vier a passar na República.

A Região Autónoma dos Açores dispõe de autonomia política com competência sobre educação, existindo um estatuto de pessoal da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários próprios que permite ao Governo Regional, em concreto à Secretaria Regional da Educação e Cultura em particular, definir os termos e a forma como se pode processar a recuperação do tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017.

Tendo em conta que esta autonomia permite à Região avançar com o devido processo para a contabilização destes anos de serviço reivindicados pelos docentes, sem que se tenha de esperar pelo desfecho das negociações nacionais não percebemos porque tal não acontece.

Considerando a necessidade de se proceder à contabilização integral do tempo de serviço dos docentes para efeitos de progressão e respetiva valorização remuneratória, de forma faseada e que a recuperação do tempo de serviço permitirá valorizar e dignificar a classe docente, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores nos termos estatutários e regimentais aplicáveis resolveu apresentar à Assembleia Legislativa o projeto de decreto legislativo regional

que permitirá aos professores da Região recuperarem faseadamente o seu tempo de serviço que prestaram efetivamente entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De seguida e de uma forma resumida apresento o diploma.

Este diploma é aplicável aos docentes integrados na estrutura da carreira prevista no Estatuto do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários.

Para efeitos do presente diploma releva apenas o tempo de serviço docente prestado durante os períodos referidos no artigo 1.º em estabelecimentos públicos de educação e dos ensinos básicos e secundários na dependência da Secretaria Regional da Educação e Cultura prestado com qualificação profissional e avaliado com a menção qualitativa mínima de bom.

É igualmente considerado o tempo prestado em regime de contrato a termo resolutivo nas condições referidas no número anterior designadamente para efeitos de posicionamento ao abrigo do n.º 2, do art.º 61 do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários.

A recuperação do tempo de serviço não contabilizado realiza-se através do aditamento de tempo de serviço para efeitos de progressão nos seguintes termos: 545 dias a 1 de janeiro de 2019, 2020, 2021 e 2022 e 377 dias a 1 de janeiro de 2023.

A recuperação do tempo de serviço termina quando o docente já não possua tempo de serviço a considerar ou no final do prazo estabelecido no número anterior.

É obrigatória a permanência de um período mínimo de um ano antes da progressão ao escalão seguinte.

Nos casos em que os docentes não cumpram o período previsto no número anterior permanecem provisoriamente no escalão em que se encontrem até perfazerem aquele requisito.

O tempo de serviço de permanência provisória no escalão anterior para efeitos do cumprimento do período mínimo releva para efeitos de progressão no escalão seguinte.

A entrada em vigor e produção de efeitos do presente Decreto Legislativo Regional entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os professores do ensino básico e secundário e os educadores açorianos são um grupo essencial ao progresso e ao desenvolvimento desta Região.

Durante o período da crise económica e financeira decorrentes da bancarrota resultaram restrições generalizadas de despesa no âmbito da administração pública. Deram à semelhança de outros cidadãos um grande contributo à solução das dificuldades sofrendo sem grande contestação face ao quadro nacional cortes e reduções salariais, aumento da carga fiscal, agravamento das condições materiais de trabalho resultantes dos efeitos sociais da crise nas escolas, das dificuldades materiais e de funcionamento e da falta de recurso das mesmas. Não é aceitável que não vejam repostos os seus direitos.

O PSD apresenta uma solução que julgamos justa e sensata, aberta ao contributo de outros partidos, porque reconhece aos professores o direito de verem descongelado o tempo de serviço.

Sensata, porque do ponto de vista do orçamento da Região o descongelamento será feito à razão de um ano e meio de tempo de serviço prestado por cada ano orçamental nos próximos cinco anos, o que minimiza o seu impacto nas contas da Região.

Estamos com os professores dos Açores que adotaram na sua justa luta a divisa de Ciprião de Figueiredo: “Antes morrer livres do que em paz sujeitos.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao contrário de alguns que provaram as mercês várias não de Filipe II de Castela, mas de António “chefe da gerigonça e da vida do Terreiro do Paço” e manietam o Governo e o Partido Socialista nos Açores para que estes abdicuem de exercer autonomia e não ponham em causa a solução nacional, o PSD está com os professores dos Açores quando afirmam que se revêm em Ciprião de Figueiredo e na valentia de Briana Pereira e que não renegam ao basalto negro que lhe corre nas veias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD não deixará cair esta justa pretensão dos professores. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de DLR aqui apresentado pelo PSD de certa forma, como com certeza todos aqueles que presenciaram esta manhã, já foi debatido e esvaziado naquele que é o seu princípio, o princípio da contabilização do tempo de serviço.

Portanto, este debate efetivamente foi feito na parte da manhã e de certa forma o Partido Socialista entende que irá expressar a sua posição sob a componente da especialidade do DLR pelas razões que há pouco referia.

Não obstante, gostaria aqui de colocar dois ou três pontos. O primeiro tem a ver com aquela que é a decisão do PSD em apresentar um DLR. O DLR é apresentado a 26 de junho e este DLR é apresentado e é precisamente igual ao DLR que é apresentado na Região Autónoma da Madeira a 11 de junho.

Esta é a primeira nota que nós aqui queríamos deixar, portanto, temos um PSD/Açores que apresenta um DLR idêntico ao DLR da Madeira 15 dias depois.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é bom ou mau para os professores?

A Oradora: Em segundo lugar, não deixa de ser estranho naquela que é a leitura que o Partido Socialista faz, legítima, como qualquer leitura que nesta Casa pode ser feita, é que o PSD apresenta este DLR (e repito com toda a legitimidade que tem) ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Já está a patinhar aí!

A Oradora: ... sete meses após a decisão do Governo dos Açores na sua forma de entendimento, de aplicação, de contabilização do tempo de serviço.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se pode discutir, nem discordar!

A Oradora: Portanto, há aqui um tempo de espera que não só o Partido Socialista faz uma análise sobre esse tempo de espera, como qualquer professor que está a ouvir este debate também fará o porquê de apenas sete meses depois, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E?

Deputado Paulo Parece (PSD): A Deputada Susana Costa já não está cá!

A Oradora: ... curiosamente num tempo que foi de paz na Região Autónoma dos Açores até ao dia 4 de junho, o PSD decide se solidarizar com os

professores e estar ao lado deles naquela que é a contabilização do tempo de serviço, numa cópia do DLR da Madeira.

Não quero acreditar que há uma incapacidade política por parte do PSD/Açores em criar um DLR próprio.

Uma terceira questão tem a ver com o histórico e isto não deixa de ser curioso, Sras. e Srs. Deputados, o PSD que aqui apresenta uma proposta copiada do Governo Regional da Madeira para contabilizar o tempo de serviço congelado, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa é que é essa!

A Oradora: ... é o mesmo PSD que não esteve ao lado dos professores açorianos, que não esteve ao lado do Partido Socialista em 2008 aquando da contabilização dos dois anos.

Deputado Marcos Costa (PSD): Os senhores imitam o que o PS da República faz!

A Oradora: O PSD que hoje aqui apresenta esta contabilização do tempo de serviço é o mesmo PSD que não votou favoravelmente a norma que permite no âmbito do orçamento de Estado tudo aquilo que até hoje se discutiu.

O PSD que hoje apresenta aqui este Projeto de DLR é o mesmo PSD que não votou favoravelmente a Resolução 1/18 que garante esta mesma contabilização.

Deputado Paulo Parece (PSD): É a favor ou é contra?

A Oradora: O que nós temos aqui é um PSD que apresenta um Projeto de DLR copiado do Governo Regional da Madeira (e repito: claramente uma nota da incapacidade política do PSD) é o que nós aqui garantimos na análise que fazemos (e queremos aqui e vamos justificar) o que nós consideramos ser um Projeto de DLR, na nossa leitura, ardiloso e passo a explicar porquê e daí passar imediatamente para a especialidade.

Desde logo aquele que nós consideramos ser um conjunto de incorreções, de falsas expectativas geradas aos professores e de claramente discriminação entre professores.

Nós tivemos oportunidade de perguntar ao PSD e nessa altura fizemos um debate claro de esclarecimento em sede de comissão e as respostas que nós tivemos foram não respostas, não houve qualquer resposta.

Deputado Jorge Jorge (PSD): O pior é que não respondem!

A Oradora: Aliás, deu-se uma atitude muito curiosa, uma situação muito curiosa: foi preciso vir de certa forma um sindicato defender a proposta do PSD para que efetivamente tentasse explicar, porque na prática também não conseguiu explicar aquela que é a proposta do PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A proposta do PS não resolveu o problema dos professores!

A Oradora: Indo mais a concreto, ora vejamos. Nós começamos se calhar por aquilo que porventura poderá ser do menos importante para o mais importante, mas todas as questões devem ser postas aqui para esclarecimento total da situação.

Desde logo no art.º 2, do ponto 2, é referido que a progressão é com a qualificação profissional e avaliado com a menção qualitativa de mínimo de bom. Como sabemos no nosso estatuto há aqui a ligação que não é despiciente que é a questão dos créditos da formação. Portanto, está em falta aqui para aquela que é a efetiva progressão não só ligar a questão da avaliação, como dos créditos.

O art.º 3, não obstante o Sr. Deputado Jorge Jorge na sua apresentação ter introduzido este conjunto de palavras, a verdade é que aquilo que o Sr. Deputado Jorge Jorge diz na sua apresentação não valerá, no caso de uma aprovação, de lei. O que conta é aquilo que está efetivamente escrito e o conta e que está no ponto um do art.º 3 é que “a recuperação do tempo de serviço [e

estou a ler] não contabilizado realiza-se através do aditamento de tempo de serviço para efeitos de progressão.”

Ora, esses efeitos de progressão têm que estar associados numa valorização da carreira e se dúvidas existissem lembremo-nos de dois exemplos: na Região Autónoma da Madeira em 2007, também de uma forma artilosa, o Governo de então criou uma legislação para a progressão da carreira e efetivamente não colocou a questão relativa à valorização remuneratória e o que aconteceu foi que os professores, como isto foi sabido na altura, foi bastante noticiado, progrediram, mas não viram os seus vencimentos regularizados. Esta é uma questão.

A segunda questão é bem recente. Em 2008, quando aqui nesta Casa, foi votado o DLR que o PSD não votou favoravelmente a conta contabilização dos dois anos, o Partido Socialista propôs a inclusão das palavras valorização remuneratória, porque faz toda a diferença. Algo é contar o tempo e outra coisa é contar o tempo valorizando na remuneração. Portanto, esta é a segunda que nós consideramos gerar falsas expetativas aos docentes.

E a terceira, que quanto a nós é a mais grave e nós colocamos esta questão em sede, não obtivemos qualquer esclarecimento que a nós nos convencesse, e que também gerou dúvidas no outro sindicato que foi ouvido, a dúvida não é só do Partido Socialista, a dúvida é de efetivamente quem olha para estes instrumentos com a responsabilidade que tem de fazê-los após instrumentos legislativos, tê-los em conta na prática.

O ponto um do art.º 4, que é o mais grave de todos, é que o PSD coloca uma norma travão às progressões. O PSD no seu art.º 3 vem dizer que os docentes, de uma forma muito simplista (simplista da minha parte), recuperam em cinco anos.

Ora, no ponto um do art.º 4 é dito que cada docente após estar no escalão seguinte deverá estar obrigatoriamente um ano.

Isto quer dizer algo que nos parece que a todos é muito simples de perceber em que após a primeira contagem, na segunda contagem quando estiver no escalão seguinte, terá que estar um ano, ou seja, na prática não serão garantidos os cinco anos. Poderão ser garantidos oito ou até o máximo de nove anos.

Portanto, esta proposta e daí nós dizermos que é uma proposta ardilosa, é uma proposta que dá a entender no seu enquadramento legislativo e no seu articulado legislativo, que os professores vão recuperar em cinco anos, mas uma leitura atenta, como com certeza as Sras. e os Srs. Deputados também fizeram, verificam que a ausência da palavra remuneração da carreira, portanto, a valorização da remuneração não integrada, o que faz é com que os professores possam progredir, mas não vêm os seus ordenados efetuados e a norma travão que está no ponto um do n.º 4 e que foi dito por um dos sindicatos é claramente o impedimento à concretização do princípio deste DLR que o PSD traz aqui.

Portanto, não obstante o Partido Socialista ter a sua posição bem definida, bem definida desde julho de 2018 a que se junta com certeza num limite temporal anterior a posição do governo socialista a 21 de novembro de 2017, esta posição que o PSD aqui nos apresenta, da forma como aqui está, sendo uma cópia do DLR da Madeira, é algo que no nosso entendimento cria uma norma travão e não garante que os professores possam progredir com os cinco anos que aqui estão referidos.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): E umas palminhas!? Falta a Deputada Susana Costa!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E as palmas?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PSD tem um objetivo com o qual obviamente nós estamos de acordo e esse debate foi hoje já feito, hoje de manhã, durante toda a manhã e parte da tarde e foi feito também durante o mês de julho, no plenário de julho, também por um debate por iniciativa do Bloco de Esquerda e com uma proposta do Bloco de Esquerda e outra também que surgiu do Partido Socialista.

A recuperação de todo o tempo de serviço dos professores é obviamente da mais elementar justiça e é algo pelo qual nós nos iremos continuar a bater caso esta proposta hoje não seja aprovada, como parece ser obviamente o cenário mais provável.

Julgamos que e tendo em conta também a nossa posição que já tivemos anteriormente no orçamento para 2018 em que propusemos uma norma que mandava o Governo Regional negociar com os sindicatos a forma de reposição desse tempo de serviço e a reposição remuneratória desta progressão na carreira que iria acontecer e no projeto de resolução que apresentamos também em julho temos sempre a preferência, neste caso, porque também é a vontade dos sindicatos e dos professores que haja uma negociação efetiva dos professores com o Governo Regional para que haja essa valorização remuneratória e a contabilização de todo o tempo de serviço. Isso não invalida obviamente que a Assembleia, perante a intransigência do Governo Regional e do Partido Socialista em não seguir por este caminho pela via negocial, possa tomar uma decisão e estabelecer um mecanismo e a forma como essa valorização remuneratória e a contabilização do tempo de serviço seriam feitas.

Em comissão na análise deste projeto de resolução foi curiosa e evidente uma crítica por parte de todos os partidos à intransigência do Partido Socialista e hoje esse debate foi também novamente feito e essa crítica foi várias vezes feita, mas não deixa de ser curioso que também houve críticas de certa forma,

não muito evidentes, do Partido Socialista a essa intransigência do Partido Socialista e do Governo Regional, porque a Deputada Graça Silva na comissão diz o relatório “questionou o proponente [neste caso o Deputado Jorge Jorge] sobre o facto do Projeto de Decreto Legislativo Regional não prever o processo negocial que todos os outros partidos, o Bloco de Esquerda e o PCP já apresentaram posteriormente, procuram que o Governo Regional faça.”

Parece que no Partido Socialista também há uma evolução de pensamento, porque criticam este Projeto de Decreto Legislativo Regional por não prever negociação com os sindicatos. Veremos até onde esta evolução irá chegar.

Relativamente às questões de pormenor da proposta do Partido Social Democrata há também uma norma que gostaria de referir que temos algumas dúvidas e algumas dúvidas sérias e por isso vamos apresentar uma proposta de alteração, neste caso de eliminação, nomeadamente do art.º 5.

O art.º 5 refere que o disposto nas normas orçamentais aplicáveis à Região prevalece sobre todas as disposições previstas no presente diploma.

Nós achamos que esta norma pode por em causa, caso este projeto fosse aprovado, direitos adquiridos que estão previstos no próprio projeto, ou seja, uma contabilização de todo o tempo de serviço.

Para além disso, pode ainda abrir a porta a uma lógica de quotas para progressão. Não havendo disponibilidade orçamental, não haveria progressão, ou seja, nós achamos que este artigo não deveria constar e por isso mesmo vamos apresentar uma proposta de eliminação do art.º 5.

Havendo obviamente outras questões relativamente a este Projeto de DLR, elas poderiam, se houvesse debate e votação na especialidade, ser melhoradas, caso fosse vontade da maioria. Já vimos que não, é pena. Poder-se-ia ir mais longe, poder-se-ia fazer um caminho de encontrar uma solução que fosse de encontro àquelas que são as reivindicações dos docentes. Infelizmente o Partido Socialista não quer.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Tivemos oportunidade de facto esta manhã de enfatizar a difícil, a desafiadora, a enorme tarefa que cabe aos nossos professores e tivemos oportunidade de o fazer no âmbito dos tais quatro pilares, que eu não deixo de insistir e continuar a insistir, da aprendizagem do século XXI: aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender viver com os outros e a aprender a ser. Vamos ficar todos a saber estes quatro pilares.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Tivemos também a oportunidade de neste contexto ressaltar as exigências de trabalho, de formação, da especialização contínua dos nossos professores. Também enfatizámos a responsabilidade que lhes cabe e que está nos ombros, uma constante superação de si próprios, numa constante superação de obstáculos externos.

Tivemos também oportunidade de considerar por tudo isto que os professores merecem a valorização do seu estatuto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... merecem a valorização da sua condição e merecem a valorização das suas condições de trabalho.

Também tivemos oportunidade de enfatizar que em termos legais entendemos que estão criadas todas as condições para o descongelamento, para a progressão da carreira e respetiva valorização remuneratória.

Também é nosso entendimento e continuamos a expressar que deve ser feita a contagem de todo o tempo de serviço dos docentes para efeitos de valorização remuneratória.

Dizemos, frisamos e insistimos: trata-se de um imperativo legal com base na lei do orçamento de Estado e no estatuto dos educadores e dos docentes.

Portanto, é nosso entendimento que a presente iniciativa do PSD e no entendimento deste Grupo Parlamentar é um contributo muito positivo e é uma via possível de concretização deste desiderato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau eu ainda não consegui perceber e vou insistir: o PS defende ou não a recuperação integral do tempo de serviço dos professores prestado entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017?

O PS é ou não a favor?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A Sra. Deputada disse que de manhã já se tinha debatido, que o debate estava de alguma forma vazio. Em algumas coisas se calhar está, noutras não. Nós ainda não conseguimos perceber, nem de manhã, nem de tarde, qual é a posição do PS.

Deputada Sónia Nicolau (PS): A iniciativa é do PSD!

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas diga se concorda ou não?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não concordo!

O Orador: A Sra. Deputada deve ter feito qualquer confusão, porque disse que o PSD teve sete meses depois da decisão do Governo. Ora, o Governo Regional dos Açores não tomou decisão nenhuma. O Governo dos Açores está à espera do que se vai fazer na República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, nós não estivemos sete meses à espera de nenhuma decisão.

Sra. Deputada, quando acusa o PSD de ter incapacidade de produzir um DLR não me diga que é por isso que estão à espera da República. Será que é por isso?

Deputado José Contente (PS): O PSD está à espera do que vão fazer na República!

O Orador: Sra. Deputada, nós não temos essa incapacidade. O PSD/Açores também vota o orçamento da República. Nós distinguimos o orçamento da Região, ou o PSD regional e o PSD nacional. Nós temos autonomia. Foi para isso que lutámos, pela autonomia dos Açores ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e em relação a este Decreto Legislativo digo-lhe uma coisa: “a César o que é de César, e ao PSD o que é do PSD.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada também diz e com razão que aqui no Decreto Legislativo não está a palavra da valorização remuneratória que é devida pelo reposicionamento na carreira. É logo o nosso primeiro considerando. No primeiro considerando, e só para ler a parte final, diz assim: ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Já vou lá chegar.

“Progressão na carreira e conseqüentemente a respetiva valorização remuneratória.”

Mas, oh Sra. Deputada, se é por causa disto que o PS não aprova, nós alteramos o nosso Decreto Legislativo, venham cá esses contributos, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... que não vai ser por isso que o PS não aprova.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Quer esse, como quer os outros contributos que a Sra. Deputada falou. Estamos abertos a mudar aquilo que considerarmos que no final vai resultar melhor para a progressão e para a recuperação do tempo dos professores.

Este documento não está fechado, aliás, eu sinalizei isso na comissão e tanto não está fechado que depois de ouvirmos os sindicatos na comissão e os restantes partidos que tiveram assento e depois de ouvirmos aqui hoje também o Deputado António Lima no mesmo sentido em relação ao ponto quinto, que nós vamos apresentar uma proposta de alteração a este Decreto Legislativo Regional ...

Deputado André Bradford (PS): Já vão mudar isso tudo!

O Orador: ... para que não haja nenhum entrave a que ele possa ser aprovado e que os professores vejam o seu tempo contabilizado.

Da nossa parte não terão esse entrave.

Termino como comecei: o PS é ou não a favor da recuperação integral do tempo dos professores?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Jorge, quisesse a fala não ter falhado no dia da comissão quando as questões foram todas colocadas e o Sr. Deputado não foi capaz de responder a nenhuma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ainda vão a tempo de tirar as dúvidas!

A Oradora: Sr. Deputado, o Partido Socialista, não consigo precisar o dia, mas no mês de julho, em sessão plenária, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Um dia triste!

A Oradora: ... levantou-se aqui no âmbito de uma interpelação do Bloco de Esquerda e disse claramente que entende que a recuperação do tempo de serviço dos docentes é justa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah! Então vão aprovar!

Deputado Paulo Parece (PSD): Já que o Governo não tem coragem, tenha pelo menos o grupo parlamentar!

A Oradora: Nós não precisamos que o PSD nos venha interpelar para essa matéria. Aliás, em matéria de contabilização de tempo de serviço o PSD não dá

qualquer lição ao Partido Socialista e o passado dá bem nota disso. Foram os senhores que votaram contra, não votaram favoravelmente a recuperação dos dois anos. Portanto, na matéria de quem está a favor dos professores da contabilização do tempo de serviço, o Partido Socialista em 2008 com um procedimento político idêntico ao de hoje esperou por uma solução nacional e decidiu.

Deputado Paulo Parece (PSD): E o Governo dos Açores? E 2018?

A Oradora: Primeira questão, Sr. Deputado Jorge Jorge, deve estar mal informado.

O Governo dos Açores decidiu para aquele que é o seu instrumento de comunicação qual era a sua posição sobre a contabilização do tempo de serviço e a sua relação com a solução nacional a 21 de novembro e o Partido Socialista em julho de 2018 também decidiu, a não ser que o Sr. Deputado considere que um projeto de resolução aprovado nesta Casa não valha nada, que um projeto de resolução aprovado nesta Casa não tenha qualquer peso.

Portanto, primeira questão, questão da decisão: ela foi tomada pelo Governo dos Açores no seu tempo, está a ser cumprida.

Decisão relativamente ao Partido Socialista também está a ser cumprida no seu tempo e foi aqui apresentada e votada.

Deputado António Almeida (PSD): Está toda baralhada, Sra. Deputada!

A Oradora: Quanto à questão da cópia do DLR.

Oh Sr. Deputado, da mesma forma que o Partido Socialista não precisou de qualquer cópia para fazer um DLR lamentamos é que o PSD apresente uma cópia de um DLR ...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: É claro que pode não ser agradável, mas o PSD apresentar algo que se diz tão inquieto pela solução, apresentar uma cópia de um DLR da Madeira ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não interessa os professores! O que interessa é esse chavão!

A Oradora: ... em nada bonifica para a boa prestação do PSD. Aliás, acrescento aqui uma coisa muito curiosa: apresentou um diploma com tanta certeza que ele vai recuperar em cinco anos, com tanta certeza que ele vai efetivamente garantir a valorização remuneratória, mas numa discussão de menos de 20 minutos já aqui estão uma série de alterações a ser feitas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma série? A senhora que é professora não sabe o significado?

A Oradora: Portanto, não têm confiança nenhuma no vosso Projeto de DLR. Esta é que é a questão.

Os Srs. Deputados não confiam no vosso Projeto de DLR. E mais! O vosso Projeto de DLR engana os professores. O Projeto de DLR do PSD engana os professores!

O Projeto de DLR do PSD que se compromete com cinco anos sabem, Sras. e Srs. Deputados do PSD, que isso não é verdade o que aqui está. Ao fim de cinco anos os senhores professores não vão recuperar os sete anos. É o que está aqui, é o que está no artigo ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é verdade! A senhora está a querer baralhar!

A Oradora: Sr. Deputado, esta é a questão.

Portanto, por fim, Sr. Deputado Jorge Jorge, dizer-lhe que as dúvidas foram colocadas em comissão, os esclarecimentos faltaram em comissão e o Partido Socialista o que faz aqui é colocá-las também de forma a obter e o Sr. Deputado não é capaz de responder.

Quanto ao princípio da contabilização do tempo de serviço. Sr. Deputado, o Partido Socialista já definiu há quase três meses aquele que é o seu entendimento sobre a justiça da contabilização do tempo de serviço e como a mesma deve ser feita.

Muito obrigada.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): O que é um instrumento de propagação?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No ano passado, assistimos à aprovação de um Orçamento do Estado que, fruto da luta dos trabalhadores e da ação do PCP, resultou em conquistas perdidas há vários anos. Entre elas, encontra-se a possibilidade dos trabalhadores da Administração Pública voltarem a ter valorizações remuneratórias fruto da evolução na sua carreira. Surge nessa altura a necessidade de definir o que aconteceria ao tempo que estes trabalhadores prestaram nos períodos de congelamento, tendo-se, e bem, conseguido recuperar esse tempo para a maioria dos trabalhadores da Função Pública. Ficaram de fora, e mal, os trabalhadores das carreiras especiais, pelo motivo absurdo de que, na sua carreira, o tempo prestado não é convertido em pontos.

Entre os profissionais discriminados negativamente com esta solução encontram-se, entre outros, os docentes. Numa exemplar defesa da sua dignidade profissional e da sua carreira, professores e educadores uniram-se nesta luta, na qual se juntaram outras questões essenciais: por medidas que reduzam o rápido desgaste profissional, horários de trabalho justos e legais e o

combate à precariedade, onde a cada necessidade permanente deve corresponder um lugar de quadro efetivo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que agora debatemos é resultado da luta dos docentes! Surge, não por acaso, mas sim após a greve da Função Pública, de 27 de outubro, e após as manifestações e as greves dos docentes, nomeadamente as de 15 de novembro, de março, de 19 de maio e às avaliações de junho e julho. Esta última foi bem o espelho da determinação, firmeza e unidade dos docentes, que inclusive resistiram às maiores pressões por parte da DRE, na Região. Recordamos que muitas das ações da DRE foram mesmo contrárias à legislação que o próprio Governo Regional fez aprovar nesta Casa e às práticas pedagógicas que tantas vezes gostam de afirmar na Comunicação Social e nas escolas.

O que é curioso é que o PSD tente passar uma esponja pelas suas responsabilidades na situação hoje vivida. Preferem esquecer o facto de terem apoiado o PS no congelamento das carreiras, em 2011 ou assumindo a brutal perda salarial e o congelamento das carreiras, no triste período do Governo PSD/CDS. Preferem fingir a falta de memória, nomeadamente com o seu voto contra o Orçamento do Estado que descongelou as carreiras. Preferem apostar na falta de memória, e fazer esquecer que na Assembleia da República se abstiveram no Projeto de Resolução d'Os Verdes, que recomendava a negociação com os Sindicatos do prazo e do modo da recuperação do tempo de serviço prestado pelos professores nos períodos de congelamento. Lá se arrependeram depois, nos corredores, quando perceberam que perderam a oportunidade de fazer melhor figura...

Não, não há dois PSD – não há o PSD da Região e o PSD da República. É o mesmo, da política de direita e do empobrecimento. Não há qualquer crítica pública do PSD/Açores ao PSD nacional por esta postura.

Deputado António Almeida (PSD): Isso está ultrapassado, Sr. Deputado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso está desatualizado!

O Orador: O que daqui concluímos é que, se fosse o PSD Governo, nunca esta proposta teria surgido, porque entre PS e PSD, muito mais é o que os une, do que os separa. Basta ver a política da maioria absoluta do PSD/CDS e compará-la com as maiorias absolutas do PS, para se extrair essa conclusão.

O que sabemos é que em boa altura os Trabalhadores e o Povo, com a luta e o voto decidiram apertar o PSD e o CDS da governação e dar condições ao PS para governar, mas obrigado a analisar a política orçamental com o PCP. É dessa análise que surge o artigo 19.º do Orçamento do Estado, que obriga à negociação com os Sindicatos do prazo e modo da recuperação do tempo que agora analisamos.

Deixo aqui a pergunta à bancada do PSD: já criticaram os deputados do PSD na Assembleia da República, pelas posições que aqui referi? Ao menos já criticaram os deputados eleitos pelos Açores? Seria a melhor prova de coerência da vossa parte..., mas duvido que ela surja.

Sim, porque esta proposta do PSD é de facto fruto da luta dos docentes, mas também do oportunismo da bancada social democrata, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... tentando aproveitar a incapacidade do Governo Regional, que já criticámos, em negociar na Região os termos da recuperação – do prazo e do modo. Triste figura, a de uns e outros. Uns dizem querer esperar por outros – bonita autonomia! Outros preferem parecer diferentes do que são, esperando que ninguém note a sua incoerência!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queríamos deixar passar em branco neste debate as incoerências que acabei de descrever. No entanto, não deixamos que elas influenciem o nosso sentido de voto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Afinal vai votar a favor!

O Orador: Por isso analisamos em concreto o exposto no diploma.

Esta proposta pretende recuperar a maior parte do tempo de serviço prestado pelos docentes na Região, mas deixa uma parte importante do problema por resolver, nomeadamente as situações que ficaram excluídas da recuperação feita em 2008 e 2009. Há serviço prestado nos Açores e noutros sistemas que não foi considerado nessa altura, que importa corrigir rapidamente.

Outras críticas podem ser feitas: obriga um docente a esperar pelo menos um ano, entre duas progressões, mesmo que tenha condições para progredir em menos de um ano. Faz depender do Orçamento Regional cada módulo de recuperação do tempo de serviço – deixando a porta aberta para que nada possa ser recuperado! Por último, salta um passo que, para o PCP, é essencial: a negociação com os sindicatos! Esta é matéria de negociação obrigatória! Sabemos que as estruturas sindicais foram ouvidas na Comissão dos Assuntos Sociais, mas uma coisa é negociar, outra coisa é ser ouvido...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: O PCP já apresentou um projeto de resolução, recomendando a negociação regional do prazo e do modo de como se fará a concretização do tempo de serviço prestado nos congelamentos, tal como está definido no artigo 19.º do Orçamento do Estado – que, recordamos mais uma vez, só existe pela luta dos docentes e pela ação do PCP. É o exemplo do que costumamos afirmar: o PCP, na sua intervenção institucional, dá voz à luta dos trabalhadores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As críticas que aqui fizemos não nos fazem ignorar um aspeto essencial – a nossa abstenção ou voto contra retiraria força à luta dos docentes, pois este diploma surge em seu resultado. Por esse motivo, iremos dar o nosso voto favorável a esta proposta, sem desistirmos de resolver todo o problema.

Disse.

Deputado António Almeida (PSD): Tanta coisa para isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, incoerência há muitas. Incoerência foi o Sr. Deputado dizer na noite em que foi eleito que não vinha para aqui falar em nome de nenhum partido e foi aquilo que acabou de fazer neste momento.

Deputado João Corvelo (PCP): Mentira!

O Orador: Incoerência é o passado do PCP e estar a suportar um governo que tem impostos superiores àqueles dos anos do governo do PSD e do CDS.

Deputado Francisco César (PS): É preciso estar mal informado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que é incoerência.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, o PS é a favor ou contra a recuperação do tempo integral dos professores?

É porque isso ainda não conseguimos perceber.

Deputado André Bradford (PS): Não quer perceber!

O Orador: A única coisa que percebemos é que vão fazer aquilo que fizer o Governo da República. Portanto, essa é a vossa única frase que daqui sai: “faremos e apoiaremos aquilo que for feito pelo Governo da República.”

Também ainda não percebemos se o problema está no DLR, se pelo facto do DLR dos Açores e da Madeira terem algumas semelhanças, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): São iguais!

O Orador: ... ou se será pelo simples facto do PS não querer apoiar a recuperação integral do tempo de serviço. Decidam-se!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Enganam os professores!

Deputada Mónica Seidi (PSD): A senhora é que está enganada!

O Orador: Oh Sra. Deputada, nós achamos que não engana ninguém, mas já lhe disse: venham até nós, tragam assuas propostas para que no fim do dia de hoje o tempo de serviço dos professores possa passar a ser contabilizado. Venham até nós!

O nosso documento não é fechado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Fazem um diploma mal feito e depois nós é que temos de corrigir!

O Orador: Vou-lhe dizer uma coisa: destrave! Diz que temos aqui uma norma que trava. Pois, destrave que nós estamos aqui para aceitar que o documento seja destravado.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A similitude das questões conduz necessariamente à similitude das respostas.

Terei obviamente de repetir coisas já hoje ditas e ditas também noutros contextos e obviamente que noutros dias.

Em novembro de 2017, há praticamente um ano, quando se colocaram as questões do descongelamento das carreiras a partir de 1 de janeiro de 2018 e da recuperação de todo o tempo de serviço prestado entre 2011 e 2017, o Governo dos Açores perante os sindicatos dos professores da Região adotou uma posição formal e inequívoca segundo a qual nas ilhas adotaríamos a solução nacional

decorrente das negociações entre o Governo da República e as estruturas sindicais.

Até hoje nunca enganámos os professores. Não assinámos qualquer declaração de compromisso de cuja leitura se deduzisse qualquer compromisso. Também não inscrevemos no orçamento da Região Autónoma dos Açores qualquer norma que pretensamente nos obrigasse à recuperação de um determinado tempo de serviço.

Mas em novembro de 2017 dissemos mais, dissemos que a adoção nos Açores da solução nacional se traduziria em benefício dos professores dos Açores e por duas ordens de razões: porque já viram descongelados mais de dois anos de serviço prestados entre setembro de 2005 e dezembro de 2007 e porque possuem uma carreira mais favorável destituída de quotas, logo mais facilitadora da progressão.

Convém que evidenciemos alguns exemplos bem práticos, exemplos bem práticos da vantagem ou das vantagens dos professores dos Açores comparativamente aos seus colegas do continente: se a solução nacional vier a ser a da recuperação de dois anos, nove meses, 18 dias, os professores do continente recuperarão pouco mais de 30% do tempo que possuem congelados, que é de nove anos, quatro meses e dois dias. Ficar-lhe-ão retidos sete anos.

Os professores dos Açores pelo contrário recuperarão mais de 40% do tempo congelado que é de apenas sete anos, ficar-lhe-ão ainda retidos somente quatro anos.

Quanto à progressão da carreira os professores do continente e até os demais funcionários públicos dos Açores estão sujeitos a um regime de quotas para efeitos de progressão.

Enquanto que os professores dos Açores possuem uma carreira completamente livre, alheia ao regime de quotas para efeitos de progressão que fica

essencialmente dependente da sucessão do tempo e da avaliação do serviço com uma classificação mínima de bom.

O Governo da República é certo que se decidiu pela recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias de serviço congelado. Alegadamente para o estabelecimento da equidade entre a carreira dos professores e as dos demais funcionários públicos. Porquê?

Já o expliquei esta manhã, mas repito. Porque os funcionários públicos progridem de 10 em 10 anos pelo que a recuperação de sete anos de serviço equivale a uma recuperação de 70% de um escalão, porque os professores progridem de quatro em quatro anos, pelo que a recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias também equivale à recuperação de 70% de um escalão.

Presos a uma inflexibilidade extrema é pena que os sindicatos nunca tenham contraditado verdadeiramente este raciocínio para que melhor se aferisse da sua validade ou da sua falta de validade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Atentos às circunstâncias do processo político nós não nos pronunciaremos em concreto sobre a aplicação nos Açores de dois anos, nove meses e 18 dias de tempo de serviço e não nos pronunciaremos em concreto e em definitivo essencialmente por três razões: porque o diploma ainda carece de promulgação do Presidente da República; ...

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque se promulgado o diploma (já foi anunciado) vai ser discutido na Assembleia da República onde o Partido Socialista é minoritário, onde os aliados da dita geringonça, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: ... o PCP e o Bloco de Esquerda, já anunciaram o propósito, a recuperação de todo o tempo de serviço e onde tudo ficará na dependência das posições do CDS e particularmente do PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E a gente resolve aqui muito fácil!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos lá em comissão pedir a eles para aprovar!

O Orador: Portanto, como já foi pedido por um líder sindical o diploma bem pode sair da Assembleia da República consagrado à recuperação de nove anos, quatro meses e dois dias, o que no caso dos Açores corresponderá ao descongelamento de sete anos.

Mas há mais! Há uma terceira razão que nos obriga a não assumir uma posição definitiva hoje.

Deputado Paulo Parece (PSD): É porque não lhe deixam!

O Orador: Em sede de discussão do orçamento de Estado a matéria pode vir a ser tratada e porquê?

Por força dos constrangimentos de um governo minoritário sempre dependente de sucessivos acordos de incidência parlamentar.

No começo da discussão deste assunto dado o teor da posição que assumimos não procedemos à abertura de um processo negocial próprio sobre o descongelamento da carreira docente. Se não o fizemos no passado não o faremos no presente quando, apesar de tudo, mais se aproxima o conhecimento da decisão nacional se bem que eventualmente dependente dos prosseguimentos que atrás acabei de descrever. Não significa isto que tenhamos qualquer pejo no uso dos nossos atributos autonómicos. Aliás, já o disse por diversas vezes foi a utilização da autonomia que no passado poupou muitos funcionários públicos, também muitos professores aos cortes salariais cegos que foram aplicados no continente e na Madeira.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi a autonomia, a sua utilização, que no passado libertou os nossos docentes e só os nossos da permanência na escola durante a componente não letiva sem alunos em benefício de uma gestão mais racional e proveitosa do seu

tempo. Foi a utilização da autonomia no passado que garantiu a aprovação de um estatuto da carreira docente mais favorável do que no resto do país, também a aprovação de um melhor sistema nacional de avaliação encarado ainda hoje como hipotético modelo pela Madeira e pelo continente e ainda a aprovação de um regulamento de concursos mais amigo dos professores muito por força da sua periodicidade anual ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e foi a utilização da autonomia no passado que anulou ainda bem recentemente a obrigatoriedade da permanência por três anos dos professores na escola de colocação em proveito da aproximação dos professores aos locais de residência e da conseqüente reunião das famílias.

E agora é de novo a autonomia que coloca os professores dos Açores em vantagem relativamente ao continente mesmo que aplicada na Região a solução do país atentas as possibilidades de recuperação de mais tempo de serviço e de progressão com maior rapidez.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso fica-lhe muito bem!

O Orador: Nos Açores a decisão nacional não é propriamente a decisão nacional. Repito: nos Açores a decisão nacional não é propriamente a decisão nacional, é sempre melhor, isto é, mais vantajosa do que no continente, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Misericórdia!

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor está desorientado!

O Orador: ... porque corresponde à recuperação de mais tempo, porque se traduz numa progressão efetivamente mais rápida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a assumir que lá não contabilizam o tempo todo!?

O Orador: A propósito desta proposta do PSD obviamente que todos os partidos representados neste hemiciclo têm o direito, têm mais do que isso, o dever, de apresentar propostas e as propostas que muito bem entendem.

Porém em matéria de crítica, e nomeadamente de crítica, atuação do Partido Socialista, creio que devia haver maior comedimento por uma única razão, porque na República, no termo da anterior legislatura da responsabilidade do PSD, a despesa com educação cifrava-se em 3.8%. Era a mais baixa da União Europeia. Mais! A educação era tratada como se viu como um custo, jamais como um investimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é cativo! Agora põe lá muito dinheiro e cativam!

O Orador: De facto, durante quatro anos de governação do PSD entre 2011 e 2015 assistiu-se ao aumento do número de alunos por turma contra o progresso das aprendizagens, ao aumento do horário de trabalho de docentes e assistentes técnicos e operacionais, ...

Deputado António Almeida (PSD): Mas isso é porquê, agora?

O Orador: ... ao despedimento de milhares de professores, o que motivou o acréscimo do desemprego docente em mais de 150%. Assistiu-se também ao desrespeito pela gestão democrática da escola visível no reforço do poder dos diretores na criação de uma espécie de escola de eleitos e de excluídos.

Assim, assiste pouco o direito ao PSD/Açores para criticar o PS/Açores que se sempre se bateu por uma escola para todos ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Era o que mais faltava!

O Orador: ... mesmo nesses anos aziagos sem nunca hipotecar o futuro às contingências de qualquer presente.

Mas há mais! A propósito da recuperação de tempo de serviço congelado aos professores a posição do PSD é curiosa, mesmo muito curiosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a sua?

O Orador: Já o disse aqui atrás em julho, gerou um sururu demasiado grande que oxalá que não se repita.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso foi um dia triste para si!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o senhor vai repetir!

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor gosta muito de Rui Rio!

O Orador: O Presidente do PSD nacional, o Dr. Rui Rio, com muita, pouca ou sem alguma razão critica o Governo da República por ter criado falsas expectativas à classe docente, mas ao mesmo tempo o Presidente do Partido Social Democrata nacional ao reconhecer a necessidade e o equilíbrio das finanças públicas duvida da possibilidade de recuperação de todo o tempo de serviço congelado aos professores e ainda de premeio quando reuniu com dirigentes sindicais disse tudo e não disse nada.

Deputado Luís Garcia (PSD): É como o senhor!

O Orador: Entre nós bem sabemos que o PSD/Açores é muito mais pródigo: promete tudo efetivamente a todos.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor é que disse que não havia problema de orçamento!

O Orador: A diferença estará certamente numa coisa: o PSD nacional tem esperança de chegar ao poder eventualmente antes do PSD/Açores.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Não diga isso! Depois fica registado!

Deputado André Bradford (PS): Já está dito!

O Orador: Mas na posição do PSD/Açores há uma contradição maior, há uma contradição mais profunda: hoje reivindica todo o tempo de serviço prestado pelos professores. Todavia em 2008, como aqui já se disse, quando por iniciativa do Partido Socialista se procedeu à recuperação de dois anos de serviço ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai esgotar o seu tempo!

O Orador: ... ou algo mais respeitante ao período de 30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007, o PSD/Açores não concordou, não votou a favor. Em vez disso absteve-se ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vocês façam o mesmo hoje! Se vocês fizerem o mesmo hoje fica resolvido!

O Orador: ... e muito mais recentemente, em 15 de dezembro de 2017, quando na Assembleia da República se aprovou uma resolução para que o Governo fizesse a contagem de todo o tempo de serviço para progressão na carreira qual foi o resultado?

Todos os partidos a favor à exceção do PSD e do CDS.

Mais! Em dezembro passado, na Assembleia da República, aquando da aprovação que já se viu que foi por maioria da resolução sobre a recuperação de todo o tempo de serviço congelado dos professores, qual foi o sentido de voto (isto já foi aqui perguntado, mas repito) dos deputados do PSD eleitos pelos Açores?

Sim, como é que votaram a Dra. Berta Cabral e o Dr. António Ventura?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Engenheiro!

O Orador: Votaram a favor dos professores?

Não, não votaram! Então afinal quem é que está vendido a Lisboa e aos partidos nacionais?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Afinal qual é a posição do PSD/Açores: é uma nas ilhas e outra no continente?

Deputado Luís Garcia (PSD): A posição está aí!

Deputado Paulo Parece (PSD): Chama-se autonomia!

O Orador: Se não é, é exatamente aquilo que parece.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a relevância desta intervenção?

O senhor está quase a ser candidato à República!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo agora porque é que o Governo dos Açores diz que vai fazer o mesmo que o Governo do continente, é porque o Sr. Secretário abdicou de governar para se transformar num comentador político pela intervenção que aqui agora vimos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Mas vou fazer, porque já é a segunda vez hoje aqui, pelo menos a segunda vez, que de uma forma genérica se fala daquilo que se passou nos anos do Governo PSD/CDS de se ter dito aos professores para emigrarem, António Costa disse em junho em 2016 o mesmo, mas porque se falou agora na percentagem que era destinada à educação do PIB eu também vou recordar a câmara do seguinte: em 1994 era de 4,39%, ...

Deputado André Bradford (PS): A gente não pode falar de 96, mas os senhores podem falar de 94!

O Orador: Espere, espere!

... Governo PSD; em 2002, Governo do PSD, 5,10%; em 2013, Governo do PSD/CDS, 4,17%; em 2014, 4,01; em 2015, 3,75; e em 2017, 3,74.

Boa tarde.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem razão o Sr. Secretário Regional da Educação quando disse que se iriam repetir neste debate os argumentos que já foram utilizados no anterior debate e o que nós vimos aqui da sua parte, Sr. Secretário Regional, é alimentar uma guerrilha partidária, que é o PS já decidiu mal em 94, nós em 2000 já decidimos de outra forma. Essa guerrilha partidária de atribuir culpas uns aos outros eu penso que não conduz à resolução do problema, nem as pessoas querem saber, nem os professores querem saber quem é que já prometeu antes e não fez e quem é que prometeu e fez, porque a seguir também falhou nessa ação, de certeza absoluta, porque os portugueses sabem bem que os partidos decidem (todos os partidos, o meu também) pressionados pelo calendário eleitoral. Não deveria ser assim. Deviam tomar-se decisões pensadas, estruturadas, que dissessem respeito ao interesse nacional e também ao interesse dos grupos profissionais em questão.

Quando me dizem que na Madeira aquela decisão pode estar pressionada pelo facto do PSD estar em dificuldades após tantos anos de governação e, portanto, aquela decisão sendo uma decisão que beneficia um grupo numeroso, que são os professores, que são significativos e podem ser decisivos do ponto de vista eleitoral, eu concordo que na base dessa decisão pode estar de facto esse calculismo eleitoral. Eu não tenho nenhuma dúvida. Não vamos ser ingénuos.

Mas também lhe posso dizer que aqui na nossa Região se está a passar a mesma coisa, porque eu acho que o que os senhores estão é a tentar ganhar tempo,

porque em 2020 também os senhores, o Partido Socialista, estaremos cá para ver isso; em 2020 os senhores, no vosso programa eleitoral, vão contemplar a recuperação integral do tempo de serviço só que entretanto já ganharam mais dois anos em que isso não foi feito. Tenho certeza disso! Tenho a certeza que estará essa posição.

E sabe porque é que estará?

Porque os professores são cinco mil. É muito voto. Mais as respetivas famílias, mais a influência social que os professores têm e, portanto, como têm essa influência quando se aproximar o momento eleitoral serão decisivos.

Mas mais importante, para mim o mais importante, porque o PPM não aspira a ganhar qualquer tipo de eleição, eu nesta matéria apenas me preocupa a justiça e racionalidade das decisões e devo dizer-lhe o seguinte: do ponto de vista da justiça há pouco, no anterior debate, chamei-lhe a atenção para o facto de ser incontestável que é justo recuperar o tempo de serviço que os professores realmente exerceram. Isto não pode ser rebatido. É justo ou não é justo?

Muitas vezes falam-me do interesse nacional. Eu já sei o que é que é o interesse nacional. O interesse nacional é financiar os bancos com milhões e milhões de euros. Portanto, não me falem mais no interesse nacional. Não me falem mais, porque depois é para resgatar bancos, é para resgatar ... e são os contribuintes portugueses que pagam tudo. Não foram as despesas que foram feitas na administração pública e nas políticas sociais. Se compararmos esse esforço que foi feito com o esforço dos resgates dos bancos e do sistema financeiro, aí é que nós podemos ver onde é que foi gasto o dinheiro. Eu não estou a ser populista. É fazer as contas. Não foi por causa das despesas que se fizeram na educação e na saúde que o país entrou na derrapagem que entrou.

O que é que provocou o desequilíbrio total do país?

O resgate, os sucessivos resgates financeiros?

Portanto, não me falem no interesse nacional. Aqui o que há é o interesse de fazer justiça e fazer justiça é recuperar o tempo de serviço que os professores exerceram e os senhores ainda não tiveram a coragem política de me dizer isto: “Ah não, não é justo! O que é justo é recuperar dois anos ou três anos.”

Não! Os senhores não tiveram a coragem de me dizer: “Não é justo recuperar integralmente o tempo de serviço dos professores.” Não mo disseram, porque sabem que não o podem dizer, não podem cometer essa injustiça.

E depois há o segundo ponto que eu considero fundamental. Sr. Secretário, eu tenho que lhe dizer o seguinte, tenho que lhe dizer que o Sr. Secretário teve a honestidade intelectual de reconhecer que temos um problema em relação ao futuro do nosso sistema educativo. Não vamos precisar de professores como hoje precisamos de médicos. Nós temos os melhores alunos das universidades e muitos alunos têm outras opções, já não vão para os cursos via ensino. Porquê? Porque a nossa carreira, a carreira dos professores, está degradada, está destruída em parte, perdeu prestígio e as condições em que é exercida são condições que já não atraem a maior parte dos jovens universitários que integram as carreiras universitárias e fazem opções em termos de curso.

O que eu lhe quero dizer é que estes números, não quero repetir-lhe, o Sr. Secretário já os conhece, estes números são de outubro. São números muito preocupantes. Nós neste momento se tivermos, ... Veja bem, música, neste momento, existem dois professores em música por colocar. Na informática temos um professor. Em diversos grupos disciplinares já não temos sequer ninguém para colocar. Se adoecer alguém, se, entretanto, existir qualquer tipo de mobilidade, ninguém irá substituir esse docente.

Portanto, temos aqui um problema grave. Como é que se resolve este problema? Diz-me o Sr. Secretário que a nossa carreira nos Açores já é melhor do que no resto do país.

Bem, eu devo-lhe dizer o seguinte: não é isso que está a inverter este ciclo de necessidade cada vez maior de professores. Veja bem: cada vez que faltar numa escola e vamos ter exames, isto significa que vamos ter exames de 9.º ano, vamos ter exames do 12.º ano os alunos que não tiverem professor serão alunos que terão que realizar os exames à mesma, mesmo que tenham menos dois ou três meses de aulas.

Portanto, o que irá acontecer é que estamos a criar condições de desigualdade e sobretudo vamos começar por ter mais problemas nas ilhas mais periféricas e nas ilhas mais desfavorecidas.

Portanto, vamos criar desigualdade dentro do nosso sistema educativo para além daquela que já existe.

É ou não racional atacar este problema criando uma carreira docente que seja mais atrativa aqui, nos Açores, e que possa resolver o conjunto de questões que temos de enfrentar já este ano, mas para o ano muito mais, daqui a dois anos ainda pior, daqui a quatro anos ainda pior e depois vamos fazer o quê, Sr. Secretário?

Vamos fazer o quê? Vamos criar os tais subsídios de 25%, de 30%, de 40%?

É que depois vamos gastar mais dinheiro por gente que provavelmente nem quer ficar aqui nesta carreira e, portanto, irá sentir-se atraído para vir em circunstâncias mais favoráveis, quando o que nós queremos é dar estabilidade ao corpo docente, criando uma carreira que seja atrativa nos Açores e que os professores se sintam realmente valorizados. É esta a questão.

Portanto, vamos responder com justiça, Sr. Secretário, e vamos responder com racionalidade a um problema político que temos de responder desde já. Como é que se responde?

Valorizando a carreira docente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos na fase final do debate sobre uma proposta legislativa efetuada pelo PSD nesta Casa, uma proposta que o PSD sempre afirmou desde o início ser uma proposta justa e sensata.

Justa, porque reconhece o papel essencial do professor no sistema educativo; justa, porque reconhece de inteira justeza (perdoe-me o pleonasma) a recuperação integral do tempo de serviço dos professores.

Sensata, porque o PSD é um partido responsável e propõe neste Projeto de Decreto Legislativo Regional que essa recuperação seja feita de forma progressiva, mais concretamente em cinco anos.

E o que é que nós assistimos no fim deste debate?

Assistimos a uma intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação que falando muito não disse nada ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não disse nada sobretudo à questão essencial: porque é que o Governo dos Açores não está de acordo a que esta Assembleia se decida pela recuperação integral do tempo remuneratório dos professores?

O senhor falou muito, mas não disse nada, não explicou porque razão o Governo e o Partido Socialista não estão de acordo com a reposição integral do tempo dos professores.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: A proposta do PSD foi aqui acusada de ser uma proposta semelhante à apresentada na Madeira, mas a grande diferença Sr. Secretário Regional da Educação, Sras. e Srs. Deputados, é que a Madeira exerceu as suas prerrogativas autonómicas e o Governo dos Açores demitiu-se de as exercer podendo aqui responder ao anseio mais que justo dos professores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Essa é que é a diferença.

Seria de esperar do Partido Socialista e do Governo na verdade Sr. Secretário Regional uma autonomia de conteúdo e não uma autonomia de forma, porque a autonomia de forma foi o discurso formal que o senhor aqui fez. A autonomia de conteúdo seria o senhor reconhecer, aceitar a recuperação integral do tempo dos professores. Isso é que era uma autonomia de conteúdo!

Deputado André Bradford (PS): Isso é que era autonomia! Autonomia é fazer aquilo que os senhores querem!

O Orador: Indo ao encontro daquilo que são as legítimas aspirações dos professores.

Aliás, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Srs. Membros do Governo, quem lê a moção apresentada ao congresso do Partido Socialista, cujo primeiro subscritor é o Presidente do Governo do qual V. Exa. faz parte, e que no primeiro capítulo designado de “Afirmar os Açores”, diz no terceiro parágrafo: “O PS/Açores não busca uma autonomia confortável, mas sim uma autonomia arrojada.”

Deputado André Bradford (PS): Fez bem ler. É um grande documento!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, o que aqui acabámos de assistir é um PS conformado com a decisão da República, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor anda com boas leituras!

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

O Orador: ... à espera sentado que a República decida por si e em vez de serem arrojados numa decisão própria nos Açores sentam-se de forma confortável à espera que outros decidam por vós.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falou-se aqui na questão de existirem algumas condicionantes na proposta do PSD que levem a que o tempo de recuperação dos docentes não seja efetivamente de cinco anos e possa ser superior e é efetivamente verdade.

Eu devo dizer também em abono da verdade que apesar de tudo a diferença é que a proposta e a iniciativa do PSD de facto permitirão a recuperação integral do tempo de serviço.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Em 9 anos! Nem copiar sabem!

O Orador: Não dos cinco anos que aqui estão, porque de facto o mecanismo que está aqui criado pode prolongar em alguns casos o tempo de recuperação dos docentes, essa é uma verdade, mas também é importante dizer o seguinte: é que a proposta do Governo da República que já é conhecida ainda é pior, ainda levará a maiores atrasos, Sra. Deputada.

Deputada Sónia Nicolau (PS): O senhor não sabe!

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor já adivinha!

O Orador: Porquê?

Porque aquilo que se sabe é que o tempo de serviço só será recuperado no momento da transição do escalão, ou seja, imagine que o escalão é de quatro anos.

Quando é que o Sr. Professor irá receber o tempo de serviço? Irá integrar o tempo de serviço recuperado?

Só quando chegar ao escalão, ao final do escalão, ou seja, dali a quatro anos.

Portanto, quem critica o atraso de um ano que aquela barreira pode criar, que é verdade, pois ainda fica pior na fotografia, porque em alguns casos o mecanismo criado pelo Governo da República poderá levar a um atraso de quatro anos, portanto, superior.

A questão aqui tem a ver com o seguinte: como é que nós vamos aplicar aqui, na Região?

Nós na Região (e eu gostava de ter essa garantia da parte do Sr. Secretário, pelo menos isso) podemos aplicar de imediato, ou seja, que a recuperação seja feita de imediato. Nós, aliás, podemos ter ... A nossa autonomia permite-nos recuperar integralmente todo o tempo. Os senhores não o querem fazer agora, estou convencido que o farão mais tarde, mas de qualquer das formas eu espero que o mecanismo que foi criado para ganhar tempo a nível de Lisboa não venha a ser replicado na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM esgotou o seu tempo para este debate e passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo não está sem solução para este problema. O Governo anunciou a sua solução em primeiro lugar: recuperar em função da solução nacional pelo facto da aplicação da solução nacional nos Açores ser mais favorável aos professores dos Açores e será mais justa quanto mais favorável for, naturalmente.

Há aqui um assunto que eu gostaria até de discutir consigo, mas esse assunto requeria mais algum tempo e julgo que o tempo não abundará, terminou para si, para mim também não será elástico, que é a questão dos professores.

Eu reconheço, portanto, o problema, mas o problema tem de ser relativizado. Nós não incorreremos nunca numa situação de recuo àquilo que aconteceu há décadas atrás. Obviamente que não. Porque é que isso acontecerá?

Isso acontecerá porque o sistema vai reagir e o sistema hoje (estou a falar fundamentalmente do ensino superior) é mais forte do que efetivamente foi no passado.

Eu não sei se este problema dos professores se resolve tão facilmente como o Sr. Deputado pensa, ou seja, através da recuperação dos sete anos de serviço, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não digo que é fácil!

O Orador: ... porque se se quiser atrair professores jovens aos Açores, esses professores não vêm cá recuperar tempo nenhum, como não recuperarão em qualquer parte e também é verdade uma outra coisa: as soluções que nós conhecemos de recuperação do tempo de serviço dizem respeito à recuperação de tempo de serviço no sítio onde ele foi prestado. É o que acontece na Madeira e é o que acontece na proposta do PSD.

Portanto, essa questão não é a solução de todos os males como tem sido apresentada.

O problema da falta de professores é um problema mais geral. Decorre do facto de durante décadas neste país universidades, particularmente as mais novas, e politécnicos, terem vivido da formação de professores e para a formação de professores e toda a gente ficou feliz durante muito tempo. As instituições universitárias e politécnicas porque preenchiam as suas vagas e prestavam ao país um serviço efetivamente relevante e também felizes ficavam os candidatos que no fim de um esforço tinham direito a uma empregabilidade digna.

Todavia, estávamos numa época de extensão, ou melhor, de democratização do sistema de ensino e estávamos numa época em que a contração demográfica ainda não se fazia sentir, mas também uma coisa é certa: tanto tempo desta forma conduziu a uma outra conjuntura, a uma conjuntura de superabundância de professores no mercado de trabalho, numa conjuntura em que os cursos de formação de professores deixaram de ser cursos que formavam para a empregabilidade, os candidatos afastaram-se dos cursos de formação de professores, as universidades e os politécnicos procuraram outras soluções.

Conheço isso, porque vivi isto efetivamente na pele.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é tudo verdade! Concordo!

O Orador: Efetivamente é de crer que depois de 15/20 anos de pouca formação de professores, às vezes de quase inexistência de formação de professores começa a haver pontualmente falta de professores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é pontualmente!

O Orador: ... eventualmente cada vez mais. Aceito. É natural que isso aconteça, porque o corpo docente vai envelhecendo e vai transitando para a reforma e se calhar dir-me-à o Sr. Deputado: “E vai transitar cada vez mais pelas medidas que se anunciam no orçamento de Estado.”

Tudo bem! A situação é uma situação que tem de ser estudada com mais cuidado, com mais profundidade. A solução está muito do lado do ensino superior. Nós já falámos com a Universidade dos Açores a esse propósito, mas o problema não é só da Universidade dos Açores, porque os estudantes formam-se nos cursos de formação de professores em todas as universidades do país e para todo o país, portanto, a questão tem de ser vista nesta perspetiva.

A questão tem de ser perspetivada no sentido de sabermos o impacto que efetivamente vai ter. É certo que nos últimos dois anos temos menos candidatos na maioria dos grupos de recrutamento, claro que a questão da carreira não é uma panaceia para todos os problemas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se melhorar a carreira ninguém sai!

O Orador: Claro que uma carreira mais vantajosa nos Açores é benéfica, mas nós efetivamente já temos uma carreira mais benéfica nos Açores. Não quer dizer que no futuro não a venhamos eventualmente a melhorar em função de diversas circunstâncias, eventualmente dessa.

Julgo que não tenho muito mais tempo e vou terminar já. Vou terminar reportando-me a uma questão que acho que foi colocando também pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que é a forma de aplicação nos Açores da solução nacional. Foi por si, não foi? Levantou esta questão.

Efetivamente anuncia-se (não se isso é verdade ou não, se se concretizará ou não) que na República os dois anos, nove meses e 18 dias serão somados à conta de cada professor quando esses professores mudarem de escalão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Eu julgo que essa é uma má solução. Essa é uma má solução, porque vai virar professores contra professores e vai fazer uma coisa que nós temos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que o senhor vai adotar!

O Orador: ... e vai gerar uma coisa que nós temos evitado sempre nos Açores: que haja ultrapassagens dos mais velhos pelos mais novos, respeitando a hierarquia natural das coisas.

Nós efetivamente poderemos vir a aplicar nos Açores a solução nacional, que nos Açores será sempre melhor do que a solução nacional, mas aplicá-la-emos à nossa maneira e teremos em consideração todos estes problemas que agora se começam a vislumbrar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu participo nesta fase que presumo ser final do debate, confesso que um pouco por estímulo gerado pela intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi um prazer!

O Orador: ... porque a ideia que o Sr. Deputado procurou transmitir a esta Casa, a esta câmara, e por essa via aos açorianos seria a de que o PSD tem nesta matéria uma posição coerente, ponderada, rigorosa e de muitos anos e o PS tem uma enorme má vontade, é incoerente e presta um mau serviço à autonomia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é nada disso!

O Orador: Pois eu acho que é exatamente o contrário e vou procurar muito rapidamente transmitir porquê.

A primeira questão é que os senhores confundem o exercício das prerrogativas autonómicas com o fazer o que os senhores querem que se faça. Os senhores acham que só é autonomia se nós decidirmos (nós, enquanto maioria que apoia o Governo) fazer exatamente aquilo que a oposição diz que deve ser feito.

Nós temos um entendimento diferente. Nós achamos que a autonomia é dinâmica e contextual e, portanto, deve ser exercida de acordo com cada contexto, em cada momento.

Depois nós também achamos que a autonomia não é fazer qualquer coisa, não é fazer só porque se pode e o que os senhores trazem a esta Casa é um diploma que é a materialização dessa ideia, de que a autonomia é fazer qualquer coisa e os senhores é que o admitiram.

Os senhores chegam aqui a esta Casa e dizem: “Nós temos aqui a solução para o problema.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores estão ofendendo os professores!

O Orador: Este diploma é a solução justa para o problema.” Mas perante as críticas ao diploma por parte da bancada do PS, por parte do Bloco de Esquerda os senhores dizem: ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Façam propostas de alteração!

O Orador: “Pronto, se está mal feito então faça-se outra coisa qualquer. Nós estamos aqui perfeitamente disponíveis para aceitar que seja outro diploma completamente diferente do nosso. Portanto, isto está em aberto, é um diploma em aberto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Todos são nesta Casa!

O Orador: Os senhores fazem o que quiserem com o diploma” e consideram os senhores que isso é que é o exercício responsável, coerente da autonomia, rigoroso. Nós consideramos que não.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ficámos a saber a sua opinião sobre as propostas de alteração aos diplomas que vêm a esta Casa, Sr. Deputado!

O Orador: Mas há mais! É que este PSD que diz que exerce a autonomia de uma forma rigorosa, empenhada e arrojada e que diz que não se sente de forma nenhuma obrigado a fazer o que o PSD a nível nacional diz que deve ser feito, é o mesmo PSD que ainda há menos de um ano atrás, através dos seus deputados na Assembleia da República votou contra aquilo que agora diz ser a garantia justa das pretensões dos professores. Há menos de um ano votaram na Assembleia da República contra os descongelamentos no tempo de serviço.

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos aqui, Sr. Deputado! Estamos na Assembleia Regional!

O Orador: Há menos de um ano atrás dois deputados que foram eleitos pelos Açores, que fazem parte e são dirigentes do PSD/Açores e agora menos de um ano depois vêm tentar fazer crer aos açorianos que esse mesmo PSD, de forma coerente, dinâmica é que quer resolver de forma justa as pretensões dos professores.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está a contradizer a sua argumentação!

O Orador: Depois é muito fácil perceber o que eu procuro dizer, Sr. Deputado e com três perguntas apenas se vai perceber.

Quem é que manteve o tempo de serviço congelado durante quatro anos enquanto foi Governo?

O PSD.

Quem é que subindo ao Governo decidiu descongelar o tempo congelado dos professores?

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem é que levou o país à bancarrota? Diga lá!

O Orador: O PS.

Quem é que votou contra esta decisão, particularmente no último orçamento de Estado e particularmente através dos deputados dos Açores?

O PSD.

Portanto, quem é que quer descongelar e quem é que ajudou a manter congelado?

Está esclarecido, Sr. Deputado, muito facilmente esclarecido. Nas decisões que disseram respeito ao congelamento do tempo de serviço dos professores, da carreira dos professores, o PSD votou sempre a favor; nas decisões que dizia respeito ao descongelamento da carreira dos professores o PSD votou sempre contra.

Portanto, nós estamos aqui de uma forma clara, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos aqui, Sr. Deputado! Não confunda os lugares!

O Orador: ... empenhados na resolução do problema, mas da forma que nós entendemos ser a mais correta. E mais!

Deixo só esta última nota no ar: vamos ver como é que vai votar o PSD quando este assunto for novamente a debate parlamentar na Assembleia da República por iniciativa do Bloco de Esquerda e do PCP.

Cá estaremos à espera de ver como é que vota e particularmente os deputados do PSD/Açores.

Portanto, da nossa parte ...

Deputado Luís Maurício (PSD): A diferença é que nós não esperamos pela posição dos nossos deputados na Assembleia da República! Apresentámos aqui uma proposta antes de ser votada na Assembleia da República! Isso é que é exercer a autonomia! Essa é que é a diferença!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, eu só queria exercer a autonomia mais um bocadinho, Sra. Presidente. Se for possível exercia só mais um minuto de autonomia.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado.

Eu estava mesmo a terminar.

Achava que era importante ter feito, nesta fase do debate, este ponto de situação, para que as pessoas percebam que não é por se chegar à última da hora se perceber que é uma questão que pode ou não incomodar o Governo e o PS, se perceber que há aqui um potencial eleitoral a aproveitar em relação à classe docente que agora se apaga todo um passado de combate ao descongelamento da carreira dos professores e de favorecimento do congelamento da carreira dos professores. Portanto, quem queria o descongelamento está aqui, quem votou sempre a favor do congelamento da carreira está desse lado.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo inscrições vamos então passar à votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi chumbado ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Chumbado! Que fique registado!

Secretária: ... foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Jorge Jorge, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou uma proposta sensata e razoável para atender às justas reivindicações dos professores açorianos. Esta iniciativa do PSD garantia já a partir de janeiro de 2019 o início da recuperação integral do tempo de serviço dos professores a efetuar de forma faseada nos próximos cinco anos.

Ao apresentar esta proposta o PSD fez uso das competências deste Parlamento, porque o Governo Regional e a maioria preferiam despachar para Lisboa o futuro dos professores dos Açores.

Ao contrário de outros entendemos que as justas reivindicações dos professores são justas não apenas em anos eleitorais.

O PSD mostrou com esta iniciativa que está com os professores açorianos, porque tempo trabalhado é tempo contado.

Em contrapartida o Governo Regional desprezou as justas reivindicações dos professores e ignorou as competências da nossa autonomia.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra esta proposta do PSD pela simples razão que o Partido Socialista tem desde julho deste ano apresentada uma proposta na qual configura todo aquele que é o princípio que enforma a contabilização do tempo de serviço.

O Partido Socialista votou contra esta proposta porque entende que é uma proposta que engana os professores, é uma proposta que engana os professores, porque tem no seu enquadramento legislativo a promessa de contabilizar em cinco anos o que na prática não acontece.

O Partido Socialista tem nesta matéria da contabilização do tempo de serviço, no descongelamento das carreiras, um histórico que nem o PSD, nem outros partidos o conseguem acompanhar e tal como aqui foi dito o Partido Socialista esteve sempre ao lado dos professores, o Partido Socialista esteve sempre ao

lado da necessidade do descongelamento das carreiras e efetivamente foi o PSD que votou sempre contra ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por acaso aqui na Região abstivemo-nos!

A Oradora: ... quer a contabilização dos dois anos de serviço aqui na Região, quer o Orçamento de Estado em 2017, quer a resolução que contabilizava o tempo de serviço congelado.

Portanto, não haja a menor dúvida que o Partido Socialista está ao lado da contabilização e da justiça pelo tempo congelado. O PSD não pode dizer o mesmo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que votámos favoravelmente porque esta iniciativa, este diploma garantia a recuperação integral do tempo de serviço. Isso é absolutamente incontestável. Pelo contrário, a solução que neste momento foi comunicada por parte do Governo da República é uma solução que não recupera integralmente o tempo de serviço.

Aliás, foi agora noticiada há dois ou três minutos, o Presidente Marcelo disse que nem sequer recebeu a proposta do Governo da República, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Porquê?

O Orador: ... nem espera receber tão depressa esta iniciativa do Governo da República da recuperação do tempo de serviço que está anunciada. Portanto, não recebeu e não espera receber tão depressa.

Em relação a esta matéria existe muita coisa por definir, mas também ficou por definir de que forma é que o Governo Regional irá aplicar aqui a recuperação de serviço, porque o Sr. Secretário respondeu-me utilizando uma frase da

famosa canção de Frank Sinatra “à minha maneira”, mas eu venho dizer que isso não me diz absolutamente nada em relação à forma como o Governo irá nem informou os docentes, nem quem acompanhou este docente em relação à forma como efetivamente o Governo pensa aplicar a medida de recuperação de tempo de serviço aqui, na Região Autónoma dos Açores. “À minha maneira” pode significar muitas coisas.

De qualquer das formas terminando esta declaração dizer o seguinte: é uma oportunidade que se perdeu de exercer a nossa autonomia.

Eu mantenho a minha opinião que é uma das formas de permitir que pelo menos o grupo de docentes que neste momento desempenha serviço nos Açores com uma recuperação integral de serviço, eu penso que se criariam as condições para não termos nenhum abandono por parte da nossa classe docente que como se sabe é uma classe docente com uma média etária mais baixa do que aquela que existe no território continental.

Portanto, era uma medida favorável, era uma medida racional e eu penso que se perde uma boa oportunidade de começar a criar as condições para garantir a estabilidade do pessoal docente na nossa Região.

Vamos ter problemas no futuro e devo dizer-vos que esses problemas resultam muito da responsabilidade que o Governo Regional tem neste momento de não adotar as medidas corretas para impedir que a falta de pessoal docente possa afetar gravemente os Açores já este ano e nos próximos anos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais declarações de voto.

Vamos fazer agora um intervalo de 30 minutos.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 54 minutos.

Entramos agora no ponto cinco da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI que “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto”.**

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Antes de mais uma nota prévia: por um impedimento de última hora de ordem pessoal a Sra. Secretária Regional do Transporte e Obras Públicas não pode estar aqui hoje presente e por esse facto peço desde já desculpa à Câmara pela sua ausência.

Assim, cabe-me apresentar a este Parlamento a Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o regime jurídico da alteração da operação portuária na nossa Região. Uma alteração e uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que além de algumas conformações de ponto de vista de construção legal, de ponto de vista de logística, de adaptação de valores que antes estavam em contos e agora passam a estar em euros, tem uma alteração digamos mais, profunda, alterando o limite temporal para processos de concessão passando de 30 para 75 anos, sendo que este prazo é estabelecido em função do período de tempo necessário para amortização e remuneração em normais condições de rentabilidade da exploração do capital investido pelo concessionário, ou seja,

além e apesar desta alteração legislativa, que consagra alteração do limite temporal, no âmbito de possíveis processos de concessão, aquilo passa a estar definido no âmbito dos processos de concessão tem que estar ancorado, digamos assim, e tem que estar comprovado que o tempo definido tem que ver com a capacidade de retorno dos investimentos privados que venham a ser feitos. E esta alteração surge também num contexto global que as Sras. e os Srs. Deputados, com certeza que conhecerão e saberão, que tem que ver com a considerável competitividade e alterações permanentes e constantes que existem nesta área. E, portanto, esta alteração do limite temporal, julgamos também que, contribui significativamente para o aumento da atratividade de possíveis interessados no âmbito de processos de concessão do serviço público de movimentação de carga, agora segundo a nossa proposta, com um limite temporal mais alargado. E a verdade também é que na nossa perspetiva, tendo em conta este contexto que acabo de referir, os 30 anos revelavam-se e revelam-se atualmente, restritivos para a materialização de possíveis interessados e até numa estratégia de potenciar as infraestruturas portuárias da Região que, no âmbito do modelo de concessão, tem que ter também ancorados a si próprios alguns investimentos, que na nossa perspetiva devem ser assumidos pelas entidades privadas, que tenham interesse nestes modelos de concessão, desde logo investimentos como dragagens, como alargamento de molhes de proteção, como investimentos nessas infra estruturas multiusos. Portanto, desta forma, julgamos que não só garantimos essa atratividade, mas asseguramos também, que no âmbito de qualquer processo de concessão possamos também impor, digamos assim, no âmbito das negociações que sejam realizados investimentos e desta forma e alterando este limite temporal possa ser mais fácil que as entidades privadas tenham esse retorno.

Chegamos também à data, ao limite de 75 anos, porque essa é também a indicação e a conclusão que temos, no âmbito de uma avaliação e do estudo que

foi feito, contratualizado pela Portos dos Açores que nos indica que este é o limite adequado no âmbito de um processo de concessão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Louvo-lhe o esforço!

O Orador: E entronca também nalgumas orientações e questões do ponto de vista internacional que são importantes ter em conta e que não são de escorar, que tem que ver com o contexto existente noutras infraestruturas e o modelo de operação portuária que temos noutros países. O caso por exemplo, de Espanha, que em 2014 determinou a possibilidade desse alargamento, desse limite temporal e também aquilo que se verificou hoje em alguns países que têm portos com uma dimensão e com um movimento de cargas considerável, como são os casos de Roterdão, Antuérpia e Hamburgo.

Além disso também, a questão dos 75 anos, tem que ver também, além deste contexto económico que referi, com aquelas que são as recomendações do Tribunal de Contas, que no âmbito do trabalho realizado, do relatório sobre a gestão, monitorização e fiscalização dos contratos de concessão de serviço público das Administrações Portuárias, recomenda e cito: “Dada a especificidade competitiva do setor portuário e do seu papel para o desenvolvimento da economia, pondera alteração do quadro legal, no que concerne à duração das concessões a fim de permitir que em futuros contratos de concessões de serviço público deste setor, possam ser celebrados com os prazos de referência em vigor nos ordenamentos jurídicos dos principais países com correntes internacionais, tendo em conta também as legislações nacionais e europeias”.

E portanto, deste ponto de vista julgamos que esta é, neste momento, a melhor solução e a melhor forma, de desta forma podermos também no âmbito de um conjunto de avaliações, que fizemos e no âmbito de um concurso de processos no âmbito das operações portuárias nas nossas infraestruturas portuárias, julgamos que desta forma, através desta proposta que apresentamos em Decreto

Legislativo Regional, nesta Câmara, estão criadas as condições para aumentar a atratividade de possíveis interessados para este serviço público de movimentação de cargas, sendo importante também referir, porque por vezes há alguma confusão de conceitos, que estamos aqui a falar de um modelo de concessão e não de um modelo de privatização total e absoluta e, portanto, um modelo de concessão que obedece também a um conjunto de regras, de negociações e de definição de pressupostos que possam materializar uma possível concessão caso existam interessados.

E, portanto, tendo em conta estes pressupostos, entendemos ser esta a melhor opção e é por isso que apresentamos aqui, ao Parlamento, esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Vou passar agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário, registo que ao longo da sua intervenção falou na palavra concessão, falou em exemplos internacionais, curiosamente nunca falou no porto da Praia da Vitória.

E atendendo a este diploma, aqui em análise vou obviamente aproveitar esta oportunidade, para falar do porto da Praia da Vitória.

E inicialmente gostaria de lembrar que à semelhança de outros aspetos direcionados à ilha Terceira, este assunto também já leva alguns anos, e espero que não seja como os outros, que por vezes demoram quase uma década, até nós termos algo em concreto.

Recordo por exemplo, que em maio de 2017, o Sr. Presidente do Governo teve uma declaração pública, numa nota que se pode ler no GaCS, afirmando que de

facto o executivo se preparava para lançar um concurso público internacional de concessão de exploração e operação comercial.

Mais recentemente, sua Exa., o Sr. Secretário Adjunto para os Assuntos Parlamentares, em maio deste ano, teve também declarações neste sentido, disse que tinha sido autorizado, portanto, tinham sido dadas instruções à empresa Portos dos Açores, para que o concurso fosse lançado, mas que efetivamente primeiro, teria um prazo para que ficasse definido o modelo de concessão do terminal de transbordo dos contentores, bem que fosse obtida uma declaração de impacte ambiental, que penso que até já estará concluída.

Mas há algo que me faz uma certa confusão, Sr. Secretário, é que entre o tempo que decorreu o anúncio por parte do Sr. Presidente do Governo, em maio de 2017, e a sua declaração, em maio de 2018, passou exatamente, nada mais nada menos, que um ano.

Um ano...Um ano de atraso entre a intenção e o anúncio da instrução dado à empresa Portos dos Açores.

E o mês passou, após fim dos quatro meses previstos para que o concurso fosse finalmente lançado.

Será isso mau planeamento? Má gestão? Ou simplesmente pretende-se iludir os terceirenses?

Certo, é que o porto da Praia da Vitória é sem dúvida um dos motores do desenvolvimento da Terceira, e curiosamente, também dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é exclusivo, Sra. Deputada!

A Oradora: Mas também é certo que são 22 anos de atraso, 22 anos de governação socialista e que nada, até agora, a não ser oportunidades perdidas para aquele porto.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, mas isto vale tudo?

A Oradora: Mas agora que esperamos nós que se vislumbre finalmente, a luz ao fundo do túnel, gostaria de perguntar, Sr. Secretario, duas questões muito

simples: Primeiro, se compromete ou se pode comprometer, aqui nesta Assembleia com uma data para o lançamento do concurso da concessão a privados do porto e gostaria também, uma vez que, ainda em julho do ano passado foi negociado por um jornal da Região que já existiriam potenciais interessados, nomeadamente um grupo turco, de perguntar se o Governo tem alguma proposta ou alguma intenção de proposta relativamente à concessão do porto.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Bem, em primeiro lugar gostaria de, e apesar da justificação dada pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, acerca da ausência da Sra. Secretária Regional com a tutela dos Transportes, começar por indicar e salientar aquela que é a postura do Governo Regional perante uma proposta que não é de somenos importância.

E digo isso porquê? Porque vejo uma bancada do Governo composta neste momento por, é certo, quatro Secretários, mas uma proposta com este significado convinha que estivesse presente, não só a Sra. Secretária da tutela dos Transportes, mas também, porque não, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Presidente do Governo. Isto porquê?

Deputado André Bradford (PS): Então não era! E mais alguns!

O Orador: Isto não é propriamente uma questão de pormenor, que aqui nos trazem.

Trazem-nos o quê?

Uma pequena proposta de alteração, a um regime jurídico que tem implicações muito mais sérias e muito mais significativas para o futuro da nossa Região. Porque trata-se, evidentemente, da transferência do monopólio natural da esfera do Estado, neste caso da Região, para privados.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Deputado, a propriedade fica na Região! É concessão, exploração!

O Orador: E fá-la como?

Não através de uma privatização pura e simples. Como, teve ocasião o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência de justificar, mas através de uma concessão.

Ora, e uma concessão que não é uma concessão de cinco, dez anos, nem de vinte nem de trinta anos. É uma concessão que se pretende que seja por 75 anos, ou seja uma vida.

Deputado Carlos Silva (PS): Não! Até 75 anos!

Deputado José Ávila (PS): Até 75 anos!

O Orador: O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que muito provavelmente, mesmo tendo em conta que eu tenho quase 40 anos de idade, eu não verei, provavelmente, o fim de futuras concessões a serem feitas na Região.

Deputado Carlos Silva (PS): Que pena!

Deputado João Paulo Ávila (PS): A gente não se esquece de si!

O Orador: E também muito provavelmente, espero que tenha vida longa, o meu filho também não verá o fim de uma concessão deste género. Isto se ela se prolongar durante 75 anos, que é aquilo que se pretende, com esta proposta de alteração.

E por isso mesmo, nós entendemos que todo este debate deve ser clarificado, porque na realidade o que se pretende na prática é uma privatização, perante um prazo tão prolongado no tempo de uma concessão deste género.

E é claro que não se trata de arrecadar de imediato um capital, que seria, aquilo que seria arrecadado no caso de uma privatização. Trata-se de arrecadar rendas de ano para ano.

Portanto a diferença aqui é muito ténue, entre uma privatização pura e dura, e uma concessão quase *ad eternum*. Neste caso, 75 anos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é uma asneira que o senhor está a dizer!

O Orador: Aliás, além do modelo de concessão que se pretende aqui, de alguma forma, fazer passar, como se fosse algo muito distinto de uma privatização, na realidade, o proveito desta concessão será decerto, sempre superior às rendas.

Caso contrário, não seria concessionado.

Portanto, a questão que aqui levantamos, é se, a exploração de portos nos Açores, poderá ser no futuro assim tão proveitosa, porque é que não é a Região a explorar esses proveitos?

E aqui, chamo também a atenção dos Srs. e Sras. Deputadas para as implicações para o interesse público na concessão, ou na possibilidade no futuro de virmos a ter portos nos Açores concessionados. Que tem a ver com a possibilidade, mais do que certa, de um porto concessionado, vir a trazer problemas, no que diz respeito à conciliação entre aquele que é o interesse privado e aquele que é o interesse público.

E passo a explicar: Um privado, é claro, que vai tentar atender sempre aquele que é o seu próprio interesse, que é o quê? A obtenção de lucro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é horrível!

O Orador: ...e, portanto, se de alguma forma, o interesse público, estiver em causa, e se o privado puder escolher entre aquilo que é o seu próprio interesse, ou seja, a obtenção de lucro, e aquele que é o interesse público que poderá não ser coincidente com os seus próprios interesses, é claro que o privado vai escolher o quê? Vai escolher o cumprimento daquele que é o seu interesse, e não daquele que é o interesse público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe a Albânia!

O Orador: Esta alteração prende-se, unicamente, com a necessidade de conformar a legislação àquele que é o interesse privado. Porque na exposição de motivos, desta proposta de alteração a este regime jurídico, o que nós assistimos, ao contrário do que seria de pensar, não é propriamente uma exposição de motivos que se prenda com a defesa do interesse público, mas sim do conformar a legislação àqueles que poderão ser os interesses dos privados. Para quê? Para atrair o interesse de privados para explorarem os nossos próprios portos.

Ora, parece-me que está tudo deturpado neste processo. Se somos de facto zeladores daquele que é o interesse público, as alterações legislativas, todo o trabalho legislativo deve ser feito em prol disso mesmo, da defesa do interesse público.

Deputado Carlos Silva (PS): Há um caderno de encargos depois!

O Orador: Por enquanto desconhecem-se quais os interessados e muito menos, as suas motivações. E aqui, quiçá, estão aqui entre as várias motivações, a exploração e a mineração do subsolo marinho, porque podem aproveitar estes portos com plataforma para isso mesmo.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Muitas possibilidades, muitas possibilidades, se avizinham com esta alteração, aliás, esta alteração é apresentada pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, como sendo uma forma de proporcionar oportunidades

aos privados que, certamente estarão interessados na exploração dos nossos portos.

Surpreende-me, ou talvez não, a posição do PSD.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a posição?

O Orador: Porquê? O Sr. Deputado Duarte Freitas e Líder da Bancada do Grupo Parlamentar do PSD, já teve ocasião de explicar aqui nesta Assembleia aquele que é o seu conceito social de democracia.

É uma social democracia que varia consoante o espaço.

Portanto, se a nível internacional a social democracia está um bocado desatualizada, o que importa mesmo é liberalizar tudo. Já quando se passa para o plano nacional, já temos que ser mais moderados. E quando chegamos aqui à Região, calma aí, que aqui temos que ser verdadeiros sociais democratas e, portanto, há que haver pelo menos uma maior capacidade de regulação por parte da Região e mais do que regulação, mesmo intervenção.

E aqui estamos perante aquele que é um monopólio natural, ou seja, portos. Ainda mais numa Região ultraperiférica, arquipelágica e insular.

Eu bem sei, que todos nós, se calhar, gostaríamos que o porto da Praia da Vitória atingisse uma dimensão de importância a nível internacional.

É verdade, mas não nos podemos esquecer que esse mesmo porto fica nesta Região, nos Açores. E que tem que atender também àquele que é o interesse público desta Região, que é o interesse público que é muito específico, muito peculiar mesmo. Tanto é que merece um estatuto diferente, até por parte da União Europeia, como região ultraperiférica que é.

Ora, o porto da Praia da Vitória, apesar de nós todos querermos que seja um porto de referência internacional, não pode ser gerido da mesma forma como o Porto de Roterdão, Antuérpia ou Hamburgo.

São realidades completamente diferentes, e eu julgava que o Partido Social Democrata já tinha entendido isso e que pelo menos aqui na Região, queria aplicar um modelo verdadeiramente social democrata.

Eu fico desiludido neste momento com aquele que é o vosso sentido de voto, quanto a esta proposta.

Mas estava aqui o Sr. Deputado Artur Lima a recordar a Albânia e outras realidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Albânia!

O Orador: Por acaso nunca estive na Albânia apesar de ter curiosidade de conhecer as suas praias. Isso é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vale a pena! Já lá estive!

O Orador: Agora, esta posição, pelo menos de alguma reserva quanto a esta pretensão do Governo Regional e do Partido Socialista, apoiada pelo Partido Social Democrata, (não sei até que ponto será apoiada pelo CDS) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já vai ver!

O Orador: ... é uma alteração que até merece algumas reservas, não por parte do Bloco de Esquerda, nós já temos e já apresentamos, mas até pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores que reconhece, surpreendentemente reconhece.

Portanto, não são os radicais de esquerda, do Bloco de Esquerda, os únicos a terem reservas sobre esta concessão.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Aliás, é a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores que salienta que, se trata de um setor, os portos, normalmente atribuído ao setor público. E o que se pretende aqui na realidade é privatizar, perante um prazo tão prolongado de concessão. Setenta e cinco anos, já viram bem isto?

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que diz no fim, Sr. Deputado (mais abaixo)!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que o senhor tanto critica!

O Orador: Nós, Bloco de Esquerda, nunca iremos passar um cheque em branco, porque é isso que se trata. O Governo Regional trouxe a esta Casa, hoje, uma proposta de alteração a este regime jurídico, que não é mais do que passar um cheque em branco, para a gestão de um qualquer porto dos Açores.

Pode muito bem ser o da Praia da Vitória, pode até ser o de Ponta Delgada, pode ser qualquer um dos portos dos Açores.

Mesmo desconhecendo, e é um cheque em branco porquê? Porque nós desconhecemos qualquer projeto a concurso. Há várias possibilidades, a Sra. Deputada Mónica Seidi referiu algumas, mas não temos nada de concreto, nem isso.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não há concurso!

O Orador: Mais, não se sabe sequer se é para concessionar um porto, dois portos ou até mais portos. Não sabemos e além disso, além de ser um cheque em branco é também um atestado de menoridade ao verdadeiro gestor da coisa pública, que deveria ser a Região. E porque não a sua empresa pública que gere os portos dos Açores, a empresa Portos dos Açores.

Obrigado, Sra. Presidente

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de esclarecer o âmbito desta discussão, uma proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo dos Açores que pretende alterar o Decreto Legislativo que adapta à Região, o Regime Jurídico da Operação Portuária, mas que prevê a atividade de movimentação de carga, não para a mineração e para outras coisas que possamos querer trazer aqui para o

debate e fugindo à matéria que está efetivamente em análise e como projeto de alteração.

E esta legislação que está a ser adaptada, tem a ver com a atividade de movimentação de carga poder ser prestada ao público mediante concessão de serviço público, a qual também pode integrar uma concessão de obras públicas a atribuir por concurso, cujo prazo na legislação ainda atual, e que ainda não foi alterada, não pode exceder os 30 anos.

Portanto, acho que é um pouco abusivo trazer assuntos como a mineração para uma questão que tem a ver com a movimentação de carga nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Para além destas adaptações, e desta alteração dos 30 anos para os 75, há um conjunto de alterações e adaptações feitas à legislação, algumas só de semântica e jurídicas, outras relativas às competências conferidas a cada um dos Membros do Governo, à questão, também aqui, de que as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de carga terão que ser aprovadas por Decreto Legislativo Regional, a definição clara que na Região Autónoma dos Açores se aplica o Decreto-Lei 324/94 sobre estas mesmas bases gerais da concessão do serviço público de movimentação de cargas, exceto o Capítulo IV, onde se aplica o Diploma da Contratação Pública Regional e subsidiariamente o Código de Contratos Públicos a nível nacional.

E isto respondendo também ao Bloco de Esquerda, em relação porque é que se adapta só as questões legislativas, para a questão do privado. Porque esta outra adaptação que é feita, no artigo 2, já está a parte pública e o interesse público salvaguardados na contratação pública e nas bases gerais das concessões. E isto é legislação, que é verdade, que pode ser aplicada para todos os portos da Região, mas seremos francos Srs. Deputados, face à nossa insularidade e face à nossa pouca movimentação de carga, será pouco atrativo para a maioria dos

portos da Região, haver essa concessão. E nesse caso a Portos dos Açores, e bem, irá fazer essa mesma prestação de serviço.

Agora isso não quer dizer, que haja um porto, ou dois portos que tenham capacidade de uma forma de parceria, através de uma concessão, em que haja investimento privado na melhoria da qualidade da prestação desses serviços, nesses mesmos portos. Nomeadamente, por exemplo, o porto da Praia da Vitória, que é aquele que é mais falado, por ter a capacidade de ter a questão transeuropeia e fazer parte de uma cadeia logística mundial. E, portanto, uma coisa não implica a outra.

A questão também da alteração deste prazo, já foi, julgo eu, bem explicada pelo Sr. Secretário, e também em comissão, porque consideram, e não é só nos Açores, o Tribunal de Contas também em relatório sobre a gestão, monitorização e fiscalização dos contratos de concessão de serviço público às movimentações portuárias, reconhecem isso mesmo, reconhece que até o Governo da República, e por consequente também as Regiões Autónomas, devem adaptar esse mesmo prazo para garantir, e posso ler outra vez o ponto 112 das recomendações do Tribunal de Contas, onde diz: “Dada a especificidade competitiva do setor portuário, do seu papel para o desenvolvimento da economia, o Governo pondera alteração do quadro legal em Portugal, no que concerne à duração das concessões, a fim de permitir que em futuros contratos de concessões o serviço público deste setor possam ser celebrados com prazos de referência em vigor nos ordenamentos jurídicos dos principais países concorrentes internacionais, tendo em conta a legislação nacional europeia aplicável.”

Dito isto tudo, cumpre o Governo, apresentar nesta Casa, estas mesmas adaptações que permitem, face às especificidades regionais, as condições de mercado e a sua localização, e face também à necessidade de por vezes, estamos a falar de portos, de haver investimentos avultados, de garantir que

haja uma viabilização dessas mesmas concessões, que permitam uma regular amortização e remuneração dessas concessões, garantindo assim também que haja capital privado investido num bem que irá prestar um serviço de interesse público e que irá servir também todos os Açorianos.

E é para isso que cá estamos, e também através do programa do Governo, nota-se claramente que isto é uma medida que está devidamente enquadrada, naquilo que foi o programa que foi a votos para todos os Açorianos escrutinarem. Onde nós dissemos que iríamos enquadrar os portos Açorianos nas redes transeuropeias e desenvolver um esforço contínuo de atração de parceiros ou investidores, na implementação de cadeias logísticas mundiais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Ou seja, Srs. Deputados, aquilo que estamos aqui a analisar é sobre movimentação de carga, concessões públicas que podem existir, ficando a infraestrutura pública, que podem ser concedidas a privados. Esses privados terão a responsabilidade de fazer investimentos avultados, terão também de garantir qualidade da prestação de serviço às nossas populações, garantindo assim, também, a competitividade deste setor dos transportes, nomeadamente nos nossos portos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é o que diz aqui!

O Orador: ... relativamente aos nacionais e europeus e garantir por essa via o cumprimento de mais um compromisso que o Partido Socialista e o Governo dos Açores assumiram para com os Açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que foi? Qual compromisso?

O Orador: E é nesse sentido que, iremos continuar o trabalho de reforma e de adaptação do quadro legal que potencie e valorize a competitividade dos transportes, nomeadamente dos nossos portos, de forma coordenada e conjunta com os parceiros privados. E isto tudo sempre com um objetivo final: Melhorar

a competitividade da nossa economia e melhorar a qualidade de vida dos nossos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, embora poucos, aqui na perspetiva do Bloco de Esquerda.

Quase metade do Governo...

Sobre este assunto eu queria dizer o seguinte: Eu sinceramente, a exploração do porto da Praia, para quem vem aqui exortar a bondade pública da exploração de algumas infraestruturas, eu queria saber, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda me pode explicar, por exemplo, o investimento público que foi feito na reparação naval, no porto da Praia que está sobre gestão pública. Portanto, naturalmente que foi feito um grande investimento de gestão pública naquele porto da Praia, na sua perspetiva, que V. Exa. tanto defende.

Queria que me explicasse qual foi o impulso dado pela gestão pública no porto da Praia da Vitória, no porto de Ponta Delgada e, segundo alguns, asneiras no porto da Horta. Aliás, segundo o Sr. que até critica isso, e, portanto, eu queria que o Sr. me explicasse a gestão pública que mais valias é que teve. E depois porque é essa aversão a privados e essa aversão ao lucro? Essa coisa horrível! Um privado não pode ter lucro! Uma empresa privada é para dar prejuízo! Tem que ser tudo público!

Mas os Srs. só são avessos quando não lhes toca, porque os Srs. quando lhes toca, depois... Eu vou-lhes dar os exemplos... Os Srs. só são avessos aos cargos, e vou começar pelos cargos, e aos donos disto tudo que os Srs. tanto criticavam e que até o Louçã escreveu um livro, onde até indicava aos donos disto tudo, e enumerava lá vários. Mas agora como ele já faz parte dos donos disto tudo e é administrador do Banco de Portugal, calou o bico. Já não fala. Já está do lado de lá da posição.

Ouça, eu vou-lhe dizer mais.

E, portanto, agora já não critica os donos disto tudo. Já está do lado do capital, do Banco de Portugal, que os Srs. nunca mais criticaram. Portanto os Srs. também vinham sobre o imobiliário e sobre os ganhos, não sei quê. Apareceu Robles e, portanto, os Srs.: “Eh, pá! Vamos mais devagar que o senhor hoje teve um lucrozito de cinco milhões de euros com uma casa comprada na habitação social.” Isto é que é grave.

Mas esse aí está certo, que ele é do Bloco de Esquerda não pode ter lucros. Nisso aí os Srs. são coerentes.

Mas, Sr. Deputado, se todo o problema ... e depois uma concessão, ou uma privatização pura e dura.

Bem, os Srs. têm que escolher o que é que querem. Ou querem uma coisa pura e dura, ou querem uma coisa mais macia.

E, portanto, uma concessão e uma privatização... O que é que os Srs. querem?

Se é uma concessão, e de facto eu acho que o prazo é exagerado.

Acho que o prazo é exagerado. Mas, no continente são 30 anos.

Poderiam ser 50.

Não sei porquê o Governo optou por 75.

Deputado Carlos Silva (PS): Pode ser 50! Diz lá até 75!

O Orador: O que me interessa saber, é um prazo mínimo que dê às empresas garantias do seu investimento, e o retorno do seu investimento.

Essa é que é a regra que tem que ser feita.

Mas, com 75 anos, eu parece-me que já dá retorno do investimento para netos. Já não é aos próprios acionistas, mas aquilo é capaz de ir até aos netos. Mas foi o prazo que o Governo escolheu.

Agora, que pode trazer criação de emprego privado na Região Autónoma dos Açores. Pode.

Que pode trazer emprego diferenciado para a Região Autónoma dos Açores. Pode.

Deputado Carlos Silva (PS): É esse o objetivo!

O Orador: Que pode trazer emprego, não dependente do emprego público. Pode.

E aí muito bem. Nós apoiamos essa iniciativa. Apoiamos a criação de emprego. E Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, quem cria emprego e devia criar emprego e cria efetivamente emprego e riqueza, são as empresas. E são a essas que devemos dar condições, como tem que reconhecer o Governo tem dado, a algumas, e algum investimento, devidamente a sermos uma Região ultraperiférica.

Por isso é que há empresários nesta terra que felizmente têm lucros e investem na sua terra e criam centenas de postos de trabalho. É pena é não terem mais apoios e mais investimentos. Isso é que é pena. O que é pena é ainda estar muita coisa no setor público, porque senão...Veja o exemplo dos transportes aéreos. Esta grande revolução que foi feita por um Governo do PSD e do CDS.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto veja lá, o desenvolvimento que deu ao turismo, à restauração, às lavandarias, aos restaurantes, enfim, a tudo. Mas isso é mau para o Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva (PS): Diga lá a outra parte!

O Orador: Isto o que é bom é a bendita tirana, lá na Albânia, que fica ali sossegadinha, ninguém lhe mexe.

E, portanto, os vossos ódios de estimação, ao lucro, ao empresário que trabalha todos os dias, que luta para que a sua empresa crie postos de trabalho, que tenha lucro.

Isto já não se justifica.

A vossa obstinação com isto...cada vez mais são apanhados nas vossas contradições. E as vossas contradições, são cada vez mais visíveis, de Catarina Martins e afins.

Deputado António Lima (BE): Quem é a Catarina Martins?

O Orador: Não sabe quem é a Dra. Catarina Martins, a sua líder nacional? Que num dia diz uma coisa, Robles diz outra e Louçã cala-se. Quer dizer, vamos lá a saber! Os Srs. tem que ser coerentes e portanto os Srs. é que tem que defender aqui, o mesmo que defendem lá fora. E isso nem sempre acontece.

E, portanto: privatização são contra, concessão são contra. E de facto, há aqui uma crítica da Câmara do Comércio que isto é pouco, as condições nós não sabemos, mas o que é interessante aqui saber é quais são as condições do contrato de concessão. E isto é que é importante saber e isto aqui não está e, portanto, o que nós podemos pôr dúvidas é nessa altura, mais à frente, numa outra fase do processo, quais são as condições que garantem o investimento do porto da Praia, investimento no porto da Horta, investimento no porto de Ponta Delgada. Olha e até no porto das Poças das Flores, que agora, passado 40 anos é que estão lá a ver se põem um portozinho lá. Quer dizer, o investimento público que os Srs. tanto defendem tem sido muito interessante.

E era a isso que eu gostaria que os Srs. respondessem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A proposta que temos hoje aqui em apreço, visa alargar de 30 anos para 75 anos, o prazo da vigência de contrato de concessão de serviço público, de movimentação de carga nos portos comerciais dos Açores.

De 30 para 75 anos.

75 anos Sras. e Srs. Deputados, o espaço de quase três gerações. De forma algo vaga, justifica o Governo na sua proposta, que tal alargamento do prazo se deve à necessidade de maior tempo para amortização e recuperação do capital investido pelos concessionários.

Para o PCP a concessão pelo espaço temporal de quase três gerações, quase que se passa e que se poderá dizer, trata-se de uma privatização dos portos comerciais dos Açores.

Será que é isto que o Governo se presta para fazer privatizar a exploração dos portos dos Açores? Entregar às mãos de interesses privados aquelas infraestruturas de primordial importância, estratégicas para a nossa Região?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No plano laboral, a Representação Parlamentar do PCP questiona o Governo Regional sobre qual ficará a ser a situação profissional dos trabalhadores das empresas públicas dos portos que atualmente tem funções com os guindastes, empilhadores e outras máquinas portuárias, se acontecer alguma concessão a entidade privada de gestão aeroportuária e das infraestruturas Açorianas?

Temos então em causa uma boa prestação de um serviço público, seriamente prejudicados os direitos dos trabalhadores portuários. Será que estamos na antecâmara da privatização do trabalho portuário na nossa Região?

De notar ainda, que existe bloqueio à concessão coletiva, que graça entre os estivadores e os trabalhadores portuários, encontram-se estes trabalhadores lançados num ciclo vicioso de precariedade, de baixos salários, tendo vindo a ser alimentada a existência de um efetivo portuário com trabalhadores e

recuperação estável, e substituído por um efetivo portuário composto por trabalhadores precários.

Tal é para o PCP inaceitável.

Para o PCP a atividade portuária deve constituir uma alavanca estratégica para o desenvolvimento dos Açores, assim devendo estar ao serviço da Região e deve ter gestão pública.

Temos a concessão de que as estruturas e infraestrutura portuária regional, devem ser colocadas ao serviço dos interesses dos Açorianos e não ao serviço do interesse dos lucros desta ou daquela empresa privada.

E mais, temos a perceção e a conceção de que esta é também a única forma de salvaguardar os interesses dos Açores e os interesses dos trabalhadores que colaboram naquelas infraestruturas portuárias.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que me custa acreditar que o Partido Socialista seja o Governo, seja o responsável pelo apoio a este Governo, também socialista, e que traga uma proposta deste tipo aqui, a este Parlamento.

Porque devo dizer-vos, se analisarmos contratos deste tipo temos que recuar (períodos de exploração tão longos) ao Canal do Suez e do Panamá, cujos contratos de exploração moravam 99 anos. 99 anos!

Deputado Francisco César (PS): Por favor, Sr. Deputado!

O Orador: Uma simples investigação do que é que está a acontecer em relação à concessão dos portos e quem é que está a entrar, e quem é que está a adquirir esse direito de exploração, permite-nos verificar que existem interesses muito consideráveis, do ponto de vista de várias potências, nomeadamente da China,

que está adquirir os direitos de exploração em vários sítios do mundo. Às vezes por 99 anos, também, por exemplo no Sri Lanka...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso também não é difícil!

O Orador: ... há pouco tempo, ou também na Grécia, em relação ao porto do Pireu. E depois vejam as descrições do que significa o capital chinês e do que é que significa a influência da China na exploração desses portos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Capital chinês?! Oh, João Paulo!

O Orador: ...e, portanto, o que há aqui, é uma ingenuidade tremenda, por parte do Partido Socialista e é uma entrega dos direitos de soberania do nosso país.

Eu não tenho qualquer tipo de dúvida.

Quando se concede a exploração de portos que o Governo Socialista da Região e também o Governo Socialista a nível nacional, dizem que tem um enorme potencial no futuro e se lhes concede a exploração por um período máximo de 75 anos, acho que isso é vender os interesses nacionais, acho que isso é vender os interesses da Região e acho que é de facto ceder a interesses de potências externas.

Ou quem é que acham que domina estas empresas que estão a obter... Basta fazer uma pesquisa rápida na internet e poderão verificar, quem é que domina grande parte do capital destas empresas que estão a adquirir estes tipos de concessões, noutras zonas do planeta.

E, portanto, os Srs. colocam-nos ao nível do terceiro mundo com propostas deste tipo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é o dono da EDP?

O Orador: ... que asseguram um período de exploração muito grande por parte de interesses externos e de interesses, que de privados tem pouco, são interesses estatais da China.

Portanto, passam a incluir-se dentro da chamada Rota da Seda Chinesa.

Portanto, meus Srs. eu considero que, da parte do Governo do Partido Socialista, isto é uma irresponsabilidade tremenda.

É uma irresponsabilidade tremenda.

Considero que é também uma proposta antipatriótica.

É uma proposta que vende os interesses dos Açores ao exterior.

Que vende os interesses de Portugal ao exterior.

Não tenho, a este respeito, qualquer dúvida.

E, portanto, na minha perspetiva, esta proposta do Partido Socialista é inaceitável.

Porque os Srs. durante 75 anos, colocam interesses estratégicos muito importantes, por um potencial que todos advinham que é extraordinário, nomeadamente no quadro da expansão da jurisdição portuguesa, como se sabe, se for aceite a nossa proposta, no âmbito dos limites da plataforma continental, Portugal passa a ter uma jurisdição de quatro milhões de km².

Para se poder efetuar essa jurisdição, necessitamos de ter os portos sobre a nossa jurisdição e não sobre a jurisdição de potências externas que vão estar por trás desses interesses privados.

A vossa proposta é inaceitável e é uma vergonha...

Deputado João Vasco Costa (PS): Vergonha é o que o senhor está a dizer!

O Orador: ... porque os Srs. estão a abrir as portas à exploração de interesses externos e de facto em relação a esta matéria, as críticas que aqui foram feitas em relação ao aumento de exploração são na minha perspetiva, críticas certeiras.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Ora, começo pelo início.

Sr. Deputado André Rodrigues, pelo que percebi tem plena confiança no código de contratos públicos como um instrumento para salvaguardar aquele que será o interesse público nesta área, ou seja, nos portos.

Deputado André Rodrigues (PS): Eu também!

O Orador: Sim, certamente, a confiança será plena por parte do Sr. Deputado e exclusiva quer do Sr. Deputado, quer do seu grupo parlamentar.

Isto porquê?

Porque infelizmente, nós já temos mais do que provas suficientes, que demonstram que o código dos contratos públicos também pode ser desastroso e lesivo do interesse público.

Basta lembrar, por exemplo, os vários exemplos de derrapagens orçamentais nesta Região.

Bem, quanto à caricatura feita aqui pelo Sr. Deputado Artur Lima, acerca da esquerda, é uma caricatura que é sempre interessante como qualquer caricatura, tal como também podem ser feitas caricaturas à direita.

Ora, mas como qualquer caricatura, alinha pelo exagero. Exagero e pelo preconceito.

Em primeiro lugar, a ideia de que, qualquer bloquista é contra...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que disse!

O Orador: ...é contra, a iniciativa privada, é uma ideia preconceituosa e claramente errada.

Vou mais longe para concretizar. Se de hoje para amanhã me der na cabeça ser empresário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cai o “carmo e a trindade”!

O Orador: ...é claro que terei que ver. Primeiro tenho que ver se é incompatível com o meu cargo, como é óbvio.

Mas, qual é o problema de um bloquista ter o seu próprio negócio? É incoerente com a sua própria posição? Não é em nada incoerente. Agora será incoerente é

se tiver um negócio concorrencial com um setor estratégico. Isso sim será total incoerência.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas se der lucro tem de ser nacionalizado!

A geringonça na República é que tem que ser concessionalizada!

O Orador: Ora, para nós Bloco de Esquerda, por exemplo, um restaurante, ou a restauração, não é certamente um setor estratégico e, portanto, não deve ser nacionalizado, não deve ser do Estado, como é óbvio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a EDP?

O Orador: Ora, a obtenção do lucro, na iniciativa privada é mais do que legítima, é expetável. Eu se me metesse num negócio é claro que eu queria obter lucro, e por isso mesmo é que se o objetivo primordial da iniciativa privada é ter lucro e se essa iniciativa privada vai ter a concessão daquele que é um setor estratégico, neste caso os portos, é claro que vai ter como objetivo, como meta, a obtenção de proveitos.

E se tiver que escolher entre obtenção de proveitos ou de lucro e aquele que é o interesse público, é claro que vai escolher aquele que é o seu proveito. Nunca o interesse público.

Também esta ideia que o investimento público não cria emprego e que só o investimento privado é que cria.

Ora, temos mais do que provas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O porto da Praia!

O Orador: ...do que não só nesta Região como em todo o país o investimento público tem criado emprego. Mais do que isso tem criado condições para também os privados criarem emprego. Sem qualquer problema.

Ora, e também há esta ideia, também preconceituosa, de que o interesse público, ou o investimento público, é sempre mau. Qualquer iniciativa pública, será sempre feita de forma danosa. Que a gestão pública será sempre feita de forma danosa.

Ora, esse também acaba por ser um atestado de incompetência a todos nós aqui nesta Casa, porque até parece que nós não somos os principais zeladores e fiscalizadores daquela que é a iniciativa pública.

Deputado Carlos Silva (PS): Mesmo que seja o contrário, Sr. Deputado!

O Orador: E, portanto, quando diz que: “Ai não, o público está a mais e que vamos entregar tudo ou quase tudo aos privados.”

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que é que estamos a fazer na realidade? Também estamos a passar aquele que é um atestado de incompetência a nós próprios. Bem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...a sua intervenção de facto para clarificar campos. Já sabemos que o CDS é a favor da privatização dos portos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

O Orador: Já sabemos que o CDS é a favor da concessão de portos.

E sabemos também que o CDS, só não é a favor da gestão pública.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe, só sei que sou a favor da privatização do Bloco de Esquerda, e é para a eternidade, não é por pouco tempo!

(Risos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos**

Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Caros Colegas:

Eu penso que muitas das questões que foram referidas agora, com exceção das questões concretas sobre o porto da Praia da Vitória, que a Sra. Deputada Mónica Seidi, fez e que eu responderei mais à frente, penso que, todas as questões referidas eu tive oportunidade de explicar quando fiz a apresentação do diploma, explicando aquilo que estava em causa, uma alteração do limite temporal para, até, até 75 anos...

Deputado Carlos Silva (PS): Até pode ser 50!

O Orador: ...em linha com aquelas que são as práticas existentes em portos que, julgo eu, não se encontram em países de terceiro mundo, como é o caso de Roterdão, de Antuérpia e de Hamburgo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E do Sri Lanka!

Deputado Carlos Silva (PS): E em Espanha também!

O Orador: E se nós, queremos potenciar as infraestruturas que temos e acreditamos que temos infraestruturas nos Açores que devem ser potenciadas pela sua qualidade e pela sua localização, podem ser enquadradas neste contexto internacional, fazemos e entendemos que agora é possível aplicar, desta forma, essa integração nesse contexto internacional.

E também não posso deixar de recordar o seguinte, porque percebo, Sras. e Srs. Deputados, as reservas que levantam quando se referem à questão dos 75 anos. Eu reitero aquilo que já disse, há uma alteração do até 30 anos para até 75 anos, mas ancorada numa outra questão que me parece relevante e cito aquilo que consta na Proposta de Decreto Legislativo Regional, no ponto 6 do artigo 2º: “O prazo das concessões do serviço público de movimentação de carga não pode exceder os 75 anos e é estabelecido em função do período de tempo necessário para amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração do capital investido pelo concessionário.”

Isto obviamente, no âmbito, daquilo que é negociado, no âmbito do contrato de concessão, de concessão! E essa concessão na nossa perspetiva, e daí esta

alteração, deve ser não só a concessão *per si*, mas também trazer um conjunto de investimentos que julgamos serem importantes considerar e ter em conta para um potencial interessado.

E eu referi há pouco, dragagens, alargamento de molhes de proteção, investimentos multiusos para potenciar essas infraestruturas. Enfim, um conjunto de questões, mas também devo dizer o seguinte e fica aqui o compromisso em nome do Governo dos Açores.

Estes procedimentos, naturalmente, têm que ser feitos com total lisura e transparência e, portanto, é esse o compromisso do Governo dos Açores aqui, que no âmbito de qualquer processo de concessão, no âmbito de qualquer processo de manifestação de interesse que seja materializado através de uma proposta concreta, o Parlamento dará as explicações que tiverem que ser dadas no Parlamento, na sede que as Sras. e os Srs. Deputados muito bem entenderam. Porque essa é uma vontade perfeitamente legítima de V. Exas.

Relativamente à questão referida pelo PCP, Sr. Deputado, as questões laborais não estão aqui consideradas, não estão aqui referidas, mas devo dizer na nossa perspetiva, que qualquer projeto e modelo de concessão não pode de todo, comprometer os direitos laborais dos trabalhadores que estão hoje nas empresas públicas, nas infraestruturas portuárias na nossa Região.

Sr. Deputado Artur Lima, respeito naturalmente a legitimidade das suas questões, muitas delas pertinentes, mas, permita-me a provocação. Porque o Sr. Deputado referiu há pouco que lá fora eram 30 anos. Porque é que nós aqui temos 75?

Bom, nós tivemos praticamente todo o dia, os Srs. a acusar-nos de falta de vontade de exercer autonomia e de não fazer diferente, como acontece lá fora. Bom, nós estamos precisamente julgo eu, a fazer diferente, e sem ter em conta aquele que é o contexto nacional, que vai mudar consideravelmente também, naquilo que é a definição de alteração destes limites temporais. Estamos agora,

na nossa perspetiva, com esta proposta a, enfim, assumir aqui um contexto internacional, que nos parece importante.

E eu volto a dizer as vossas dúvidas são legítimas, mas na nossa perspetiva, tendo em conta dos dados que temos, tendo em conta o estudo e a avaliação que foram elaborados, contratados pela Portos dos Açores, a definição desta data é, atualmente uma definição, e esta baliza temporal, é uma definição que permite trazer maior atratividade a este cluster portuário que queremos naturalmente, potenciar na nossa Região e temos infraestruturas que devem, e que podem entrar nessa estratégia, e que na nossa perspetiva tem sido uma evidência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa já é invenção sua: cluster!

O Orador: Esta legislação não é feita de propósito para o porto da Praia da Vitória, mas toda a gente sabe, no âmbito não só daquilo que consta no programa do Governo dos Açores, não só naquilo que é o debate público à volta desta questão, com maior intensidade na ilha Terceira, que esta questão de implementação ou não de um modelo de concessão, tem especial relevância também, para aquilo que para o Governo dos Açores, representa a infraestrutura portuária do porto da Praia da Vitória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual foi a expressão que eu não ouvi?

O Orador: A Sra. Deputada Mónia Seidi, lembrou um conjunto de questões e declarações públicas feitas à volta deste assunto, e eu dou-lhe um ponto de situação, daquele que é, o processo de lançamento de concurso de um modelo de concessão do porto da Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada que se pareça com os professores então?

O Orador: Desde logo dizer e esclarecer que não há neste momento qualquer proposta relativamente ao porto da Praia da Vitória, tem sido feitos alguns *road shows* pela parte da Portos dos Açores, apresentando e valorizando aquilo que

pode representar as infraestruturas portuárias da nossa Região, mas neste momento não existem propostas relativamente ao porto da Praia da Vitória.

Quanto ao ponto de situação do concurso daquele porto posso informar a Câmara que está concluído o projeto base do terminal do *transhipman* para o porto da Praia da Vitória.

Estão concluídos os levantamentos, ensaios, caracterizações ambientais para efeitos do estudo de impacte ambiental. E perceberão que a vertente ambiental, basta ir aliás, à belíssima baía da Praia da Vitória, para perceber a importância que tem esta matéria. Estão concluídos esses levantamentos.

O estudo de impacte ambiental já foi elaborado, mas teve um incumprimento por parte de um prestador de serviços subcontratado para a sua caracterização de amostras, o que atrasou este processo. Mas essa questão está ultrapassada.

Informo também que a Portos dos Açores já desencadeou todos os procedimentos para obtenção da respetiva declaração de impacte ambiental, no início deste mês de outubro e o processo segue agora todos os trâmites para a obtenção da tal declaração de impacte ambiental.

Portanto, Sra. Deputada Mónica Seidi, neste momento não posso precisar uma data concreta para a abertura de concurso. O que posso dizer é que de todos os procedimentos que estão a ser feitos, nós estamos agora na fase da recolha, digamos assim, da declaração de impacte ambiental, que é digamos o último passo de todos os procedimentos que eu aqui enumerei.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta é...eu julgo que terei respondido a todas as questões. Eu percebo com certeza, as reservas e até o...enfim, o enquadramento ideológico de cada um dos partidos. Isso é perfeitamente aceitável, é normal e até saudável que assim seja. Aquilo que o Governo apresenta a esta Câmara é a alteração deste limite temporal, até 75 anos. Porque pelos dados que temos e por aquela que é a nossa convicção, julgamos que

desta forma estão reunidas as condições para o aumento da atratividade de possíveis interessados, para exploração no âmbito do modelo de concessão.

É disso que estamos a falar.

Nós não vamos vender nada, nem dispensar a nossa soberania regional nem nada que se pareça.

O modelo de concessão, que é desenvolvido, reunindo e cumprindo um conjunto de trâmites e de obrigatoriedade, naturalmente, de transparência, quer para com os Açorianos, quer também para com este Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar a oposição total do PPM a esta iniciativa.

Estamos num contexto em que os portos dos Açores são mesmos assim definidos a nível da doutrina nacional, sobre o espaço marítimo nacional, são portos que têm um interesse estratégico de enorme dimensão. Estamos à beira da aprovação da candidatura portuguesa, que dará uma jurisdição de Portugal de quatro milhões de km² nesta zona do Atlântico.

Estes portos, numa zona desta dimensão, e com o conjunto de recursos que existem na plataforma continental portuguesa e na zona exclusiva açoriana, permitem perspetivar um aumento muito grande do potencial dos portos e das infraestruturas que nós temos nesta nossa zona.

Portanto, este período de concessão, até aos 75 anos, preocupa-me enormemente. Eu não confio que o Sr. Deputado Berto Messias, seja aquela voz...

Deputado André Bradford (PS): Deputado não, Secretário!

O Orador: ...o Sr. Deputado Berto Messias e outros, que o poderão suceder, que seja aquela voz, na defesa dos interesses da Região e dos interesses nacionais. Acho que abre as portas a um conjunto de interesses externos.

Não sou eu que o digo, o Parlamento Europeu é que calculou que nas empresas chinesas que estão a investir na Europa, 70% do capital não é privado. É público, é do estado Chinês.

E, portanto, há aqui uma estratégia da China de adquirir territórios estratégicos importantes, nomeadamente os portos...

Deputado André Bradford (PS): Começaram com os restaurantes!

O Orador: ...nomeadamente, os portos, que tem um interesse estratégico à séculos, muito grande. Há séculos!

Portanto, nessa perspetiva, nós consideramos que este aumento para 75 anos, é ruinoso. É ruinoso!

E isto significa na prática, vender a soberania nacional. E por isso temos grandes preocupações com o alargamento deste prazo.

Da parte de V. Exas, tendo as características ideológicas que V. Exas têm, eu acho que este tipo de decisão resulta apenas de má informação de V. Exas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Agradeço a tentativa aqui, do Sr. Secretário Berto Messias vir esclarecer a Câmara, mas de facto tudo aquilo que disse nós já sabíamos. Até porque já há registo da conclusão, quer da declaração de impacte ambiental, quer do outro modelo definido.

Mas registo também, que o Sr. Secretário mais uma vez, não consegue avançar aqui com um compromisso do Governo para lançamento do concurso.

Deputado André Bradford (PS): Para a senhora vir no dia a seguir vir dizer que não cumpriram com o prazo!

A Oradora: Uma vez que já passaram quatro meses sobre o prazo daquilo que foi anunciado por vocês em maio de 2018.

E, portanto, mais uma vez registo este atraso no investimento direcionado à ilha Terceira. Espero que à semelhança de outros investimentos não tenhamos que esperar uma década, desde o anúncio até à concretização desta intenção.

Obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vai comigo à inauguração!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Daqui a 75 anos, Sr. Secretário? A senhora já vai de cadeira de rodas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Permitam-me essencialmente, dois esclarecimentos:

O primeiro reforçar aquilo que já foi dito, relativamente ao prazo que não pode exceder os 75 anos e respondendo ali ao Sr. Deputado Artur Lima, reforçando que deve ser estabelecido em função do período de tempo necessário para amortização e renumeração, em normais condições, rendabilidade da exploração, do capital investido pelo concessionário.

Esta norma tem sido seguida através de diretivas da Comunidade Europeia, por muitos países da Europa e, neste caso, o Governo dos Açores, só faz do que conformar essa prática para a sua legislação regional.

Para o Sr. Deputado do PPM, Paulo Estevão e para o Bloco de Esquerda, também referir, que está neste diploma a obrigatoriedade das bases gerais das

concessões de serviço público de movimentação de carga, serem aprovadas nesta Assembleia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Carga!

O Orador: E, portanto, cá estaremos também depois, caso, existam propostas e existam interessados na concessão de algum dos nossos portos. Cá estaremos para ver as condições dessa concessão, garantindo acima de tudo o bem e o interesse público dos Açores.

Para o Partido Socialista, o investimento público é bom.

O investimento privado é bom.

Para nós são complementares e queremos os níveis máximos de ambos e criar condições para ambos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos uma posição de que existe funções do Governo, que sim, devem ser realizadas e executadas por entidades públicas. Mas também existem outras funções do Governo que sendo públicas, podem ser executadas e bem executadas, em parceria com os privados.

E temos muitos exemplos disso, nomeadamente no transporte aéreo, com obrigações de serviço público, outro tipo de concessões. Há um conjunto de atuações e atribuições que defendem o interesse público, por via da sua execução, através das entidades privadas.

Acima de tudo, queremos criar condições para que exista esse investimento, para benefício dos Açores e para benefício dos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando que ainda temos inscrições, e uma vez que já atingimos o horário regimental, não vai ser possível concluir o ponto agora.

Portanto, iremos retomá-lo amanhã, depois de finda a interpelação que consta do ponto dois da nossa Agenda.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10h00.

Eram 20 horas e 01 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais - n.º 1006/XIII/4.^a (PCP) – n.º 195/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 02

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 22.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Aprova a primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - n.º 148/XIII/3.^a (GOV) – n.º 196/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 30.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: Pela garantia de mobilidade aérea na ilha do Faial - n.º 1841/XIII/4.^a (PEV) – n.º 194/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 02

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 – 10 – 22.

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais – MCTES - (Reg. DL 251/2017) – n.º 95/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 10 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 24;

5 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regula a extinção da SPRHI, S.A. e da SATA, SGPS, S.A. – n.º 28/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 - 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 12;

Assunto: [Proposta de adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à Administração Regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, que procede à harmonização na Administração Pública Regional da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterados pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 33/2010/A, de 18 de novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 3/2017/A, de 13 de abril – n.º 29/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 - 11

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 11 – 26.

6 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Aumentar o número de ligações aéreas da ilha do Corvo com o exterior – n.º 115/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018 – 10 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 11 – 02;

Assunto: [Repavimentação do caminho de acesso à Lagoa do Negro, à Gruta do Natal e ao percurso pedestre dos Mistérios Negros, na ilha Terceira – n.º 116/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 10 – 11

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 11 – 12.

7 – Petições:

Assunto: Saúde Mental, Prevenção do Suicídio e Colocação de Barreiras nas Pontes da SCUT do Nordeste - n.º 31/XI

Proveniência: João Diogo Mendes Coelho

Data de Entrada: 2018 –09– 10

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2018 – 12 - 13.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Horários da Atlânticoline prejudicam a atenuação da sazonalidade do turismo na ilha de São Jorge](#)

Autores: Jorge Paiva, Artur Lima, Alonso Miguel e Rute Gregório (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 21

Referência: 54.01.05 – N.º 521/XI;

Assunto: [Diminuição do desembarque de passageiros no aeroporto das Lajes](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 26

Referência: 54.01.03 – N.º 522/XI;

Assunto: [Transporte de macas e incubadoras](#)

Autores: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, Luís Rendeiro e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 523/XI;

Assunto: ["Cancro nos Açores, incidências, mortalidade, sobrevivência" - registo oncológico regional dos Açores - RORA, 2015](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 524/XI;

Assunto: [Passes sociais transportes coletivos](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 525/XI;

Assunto: [Remoção do amianto nos Açores e aplicação das medidas de proteção e prevenção à exposição](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, Paulo Parece e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 526/XI;

Assunto: [Passaporte cultural](#)

Autores: Artur Lima, Alonso Miguel, Jorge Paiva e Rute Gregório (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 09

Referência: 54.01.00 – N.º 527/XI;

Assunto: [Requalificação e manutenção na Estrada Regional 2-2.^a – caminho na zona designada de Aveiro – estrada principal que liga as freguesias do Topo e Santo Antão às restantes freguesias da ilha](#)

Autores: Jorge Paiva, Artur Lima, Alonso Miguel e Rute Gregório (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10

Referência: 54.01.05 – N.º 528/XI;

Assunto: [Reprogramação do “Portugal 2020”](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 529/XI;

Assunto: [Funcionamento dos Conselhos Consultivos dos Parques Naturais de ilha](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, João Bruto da Costa, Paulo Parece e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 530/XI.

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Turismo Cultural](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 09 – 24

Referência: 54.01.00 – N.º 494/XI;

Assunto: [Renovação do atestado de incapacidade multiusos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08

Referência: 54.03.03 – N.º 495/XI;

Assunto: [Para quando a reparação da máquina de gelo do porto de Rabo de Peixe?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08

Referência: 54.03.02 – N.º 507/XI;

Assunto: [Violação da zona especial de proteção das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08

Referência: 54.06.06 – N.º 508/XI;

Assunto: [Desprendimento de pontão no molhe de proteção do núcleo de recreio náutico de Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 09

Referência: 54.04.08 – N.º 463/XI;

Assunto: [Captação do Cabeço Pequeno](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10

Referência: 54.03.06 – N.º 505/XI;

Assunto: [O Governo ignora compromissos assumidos com pescadores das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 11

Referência: 54.03.08 – N.º 504/XI;

Assunto: [Manutenção de caminhos agrícolas no Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 11

Referência: 54.03.07 – N.º 473/XI;

Assunto: [Apoios para a minimização das consequências da seca na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12

Referência: 54.01.00 – N.º 509/XI;

Assunto: [Implementação do perímetro de ordenamento agrário Cedros/Salão](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 506/XI;

Assunto: [Relatório do Inquérito da Inspeção Regional da Saúde relativo às Evacuações Médicas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 518/XI;

Assunto: [Trilhos do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15

Referência: 54.04.07 – N.º 486/XI;

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que o grupo parlamentar do CDS-PP far-se-á representar pela Senhora Deputada Rute Gregório na composição da Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 09 – 06;

Assunto: Ofício a informar que os Senhores Deputados do grupo parlamentar do PSD Mónica Seidi, Carlos Ferreira, Bruno Belo e Catarina Chamacame Furtado integrarão a composição da Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 13;

Assunto: Ofício em aditamento ao of. n.º 47, de 13 de setembro, do grupo parlamentar do PSD a informar que a Senhora Deputada Sabrina Furtado integrará a composição da Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores e não a Senhora Deputada Catarina Chamacame Furtado como por lapso foi indicado.

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 09 – 14;

Assunto: Ofício a informar que os Senhores Deputados do grupo parlamentar do PS João Paulo Ávila, Mário Tomé, Mónica Rocha, Pedro Moura, Sónia Nicolau, Susana Goulart Costa e Tiago Branco passarão a integrar a Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 09 – 19;

Assunto: Ofício a informar que a Representação Parlamentar do PPM não integrará a Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2018 – 09 – 19;

Assunto: Ofício a declarar a renúncia ao seu mandato de Deputada a partir do dia 1 de outubro de 2018, inclusive, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EPARAA e a informar que a vaga será preenchida, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018, pelo candidato pelo círculo de S. Miguel, António Manuel Raposo Lima

Proveniência: Zuraida Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 09 – 19;

Assunto: Ofício a transmitir a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Governo dos Açores pretende nomear a Senhora Dra. Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves, para a presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito

da ilha Terceira, E.P.E.R. e a remeter a respetiva nota académica e curricular para efeitos de audição por esta Assembleia Legislativa.

Proveniência: Vasco Ilídio Alves Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 19;

Assunto: Ofício a transmitir a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Governo dos Açores pretende nomear o Senhor Dr. Miguel António Moniz da Costa, para a presidência do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A. e a remeter a respetiva nota académica e curricular para efeitos de audição por esta Assembleia Legislativa.

Proveniência: Vasco Ilídio Alves Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 19;

Assunto: Email remetendo o relatório 11/2018 - Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2018-2022 (Atualização)

Proveniência: Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 09 – 20;

Assunto: Ofício P9340/2018, de 17 de setembro de 2018 a enviar a Ata n.º 13 e respetivos anexos da Reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Patrícia Semião, Presidente do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras (CAPF)

Data de Entrada: 2018 – 09 – 20;

Assunto: Ofício a solicitar a suspensão do mandato, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, com efeitos a partir de 24 de setembro de 2018.

Proveniência: Susana Goulart Costa, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 09 – 24;

Assunto: Ofício a informar que, na sequência da suspensão do mandato da Deputada Susana Goulart Costa, a vaga será preenchida pela candidata que já tem os poderes verificados Marta Cristina Moniz do Couto, com efeitos a partir de 24 de setembro de 2018.

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 09 – 24;

Assunto: Ofício a informar que foram enviados para publicação em Diário da República, a 13 de setembro de 2018 os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 8 e 9/2018

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 09 – 25;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional a respeito de Educação e reivindicações dos docentes

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2018 – 09 – 25;

Assunto: Ofício a informar que a Comissão Permanente de Economia na sua reunião de 24-09-2018, elegeu uma nova Presidente da Mesa, tendo a mesma ficado constituída pela Deputada Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves (Presidente - PS), Carlos Emanuel Rego Silva (Relator – PS) e Paulo José Maio Sousa Mendes (Secretário – BE), com efeitos a partir de 24 de setembro de 2018.

Proveniência: Bárbara Torres Chaves, Presidente da Comissão Permanente de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 26;

Assunto: Envio por correio eletrónico, para conhecimento de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, n.º 20/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 18-423VIC3) – Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde.

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 09 – 27;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de execução financeira relativo ao 2.º trimestre de 2018 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional, conforme estipulado no n.º 3 do artigo 3.º do DLR n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2018 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a solicitar a suspensão do mandato, por se encontrar na situação prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

Proveniência: Miguel António Moniz da Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a informar que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado Miguel António Moniz da Costa, a vaga será preenchida pela candidata que já tem os poderes verificados Marta Ávila Matos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a informar que o Deputado Paulo Mendes passa a integrar, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2018, a Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: João Cordeiro, Auxiliar de secretário do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a informar que o cargo de Presidente do Grupo Parlamentar do BE passa a ser ocupado pelo Sr. Deputado António Lima e que este integrará a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a Comissão de Política Geral e a Comissão Permanente, continuando o Sr. Deputado Paulo Mendes a integrar a Comissão de Economia

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a informar que a Representação Parlamentar do PCP integrará a Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores, sem direito a voto, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2018

Proveniência: João Paulo Corvelo, Deputado da Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2018 – 10 – 02;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de Execução do Plano de 2017

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2018 – 10 – 03;

Assunto: Correio eletrónico com Moção pela reposição da justiça, pelo cumprimento dos compromissos assumidos e pela dignificação e valorização da profissão docente

Proveniência: Sindicato dos Professores da Região Açores

Data de Entrada: 2018 – 10 – 04;

Assunto: Requerimento de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, solicitando audição com caráter de urgência da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, na Comissão de Política Geral

Proveniência: Bruno Belo, Marco Costa e Carlos Ferreira, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08;

Assunto: Envio da Moção – Pelo desenvolvimento de Santa Maria com futuro, apresentada pelo BE e aprovada por unanimidade pelas Bancadas do PSD e do PS

Proveniência: Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08;

Assunto: Envio de Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PS e aprovado por unanimidade, pelas comemorações dos 60 anos do Vulcão dos Capelinhos

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2018 – 10 – 09;

Assunto: Envio de carta a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento de seu marido Artur da Cunha Oliveira.

Proveniência: Antonieta Oliveira

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre o “serviço de transporte aéreo de emergência médica”

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: Requerimento para agendamento de um Debate de Urgência sobre responsabilidade política do Presidente do Governo Regional na grave situação financeira do Grupo SATA

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: Envio por correio eletrónico, para conhecimento de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, n.º 21/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 18-421VIC3) – Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 10 – 11;

Assunto: Email remetendo o relatório 12/2018 – Evolução orçamental até ao final do 2.º trimestre de 2018

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 10 – 11;

Assunto: ofício solicitando que o debate e votação do Projeto de Decreto Legislativo Regional 21/XI – “Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente”, seja o primeiro ponto da agenda do período legislativo de outubro de 2018

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12;

Assunto: Correio eletrónico em nome do Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Deputado João Oliveira, a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto

de Protesto aprovado por unanimidade pela ALRAA, na Horta, em 20 de setembro de 2018

Proveniência: Pedro Ramos, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do PS comunicando a renúncia ao cargo de Secretária da Mesa, que decorre apenas do facto de ter sido eleita para o cargo de Presidente da Comissão Permanente de Economia, com efeitos a partir de 16 de outubro de 2018

Proveniência: Bárbara Chaves, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: Ofício de Deputados do Grupo Parlamentar do PS apresentando a candidatura da Deputada Maria da Graça Oliveira Silva a Secretária da Mesa da ALRAA e respetiva aceitação de candidatura

Proveniência: André Bradford, Francisco César. Maria Isabel Quinto, José Manuel Ávila, Bárbara Torres Chaves, Renata Correia Botelho, Francisco Coelho, Dionísio Faria e Maia, Tiago Branco e Domingos Cunha, do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do PS comunicando à Mesa da ALRAA e à Senhora Presidente, que retira o Projeto de Deliberação n.º 1/XI – “Competência para suscitar junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o levantamento da imunidade parlamentar para prestação de declarações de deputado, na qualidade de arguido ou declarante”

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16.

11 – Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de outubro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 27;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 09 – 27;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Luís Carlos Correia Garcia

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Marta Cristina Moniz do Couto

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional que procede à 3.^a alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 43/2012/A, de 9 de outubro - n.º 16/XI](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional - Portal das Nomeações - n.º 15/XI](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 10 – 10;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Aprova o regime jurídico das instalações de gás combustível em imóveis na Região Autónoma dos Açores - n.º 18/XI](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 10 – 11;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de outubro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou da aposentação por velhice - MTSSS - \(Reg. DL 257/2018\) - n.º 91/XI- GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 09 – 21;

Assunto: [Da Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, E.P.E.R.](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08;

Assunto: [No âmbito da apreciação da Petição – “Para que a total reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade” – n.º 28/XI](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional - “Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente” – n.º 21/XI](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução - “Equiparação na atribuição dos apoios da palavra «Açores»” – n.º 99/XI](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução - “Recomenda ao Governo Regional que, ao abrigo do art.º 19 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e das competências que constitucional e estatutariamente lhes estão conferidas, inicie](#)

o processo negocial com os sindicatos representativos dos docentes nos Açores para o seu reposicionamento na carreira” – n.º 112/XI

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 12;

Assunto: Ante-Período Legislativo de outubro de 2018

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico do exercício da atividade profissional da pesca comercial marítima e da autorização, registo e licenciamento dos navios ou embarcações utilizados na referida atividade - MM - (Reg. DL 290/2018) - n.º 92/XI- GR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 09 – 28;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/A, de 18 de maio de 2018 e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 3 de janeiro, que regulamenta os sistemas de incentivos para a competitividade empresarial – Competir +” – n.º 19/XI

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 02;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional “Aumento da Remuneração Complementar Regional - Décima segunda alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs

[22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional” – n.º 20/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 02;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2019 a 2022” – n.º 20/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução “Resolve recomendar ao Governo Regional que cumpra integralmente o que se encontra definido na Resolução da ALRAA n.º 9/2015/A” – n.º 88/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução “Recomenda ao Governo Regional que tome iniciativa de transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em Instituto Público Regional” – n.º 89/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução “Atualização da Remuneração Complementar” – n.º 90/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 03;

Assunto: [Da Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução “Estudo sobre a operacionalidade dos portos de passageiros dos Açores” – n.º 97/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que Aprova o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio - MM - \(Reg. DL 297/2018\) - n.º 93/XI- GR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que institui um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, um regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e um registo simplificado de navios e embarcações - MM - \(Reg. DL 326/2018\) - n.º 94/XI- GR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15;

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária as Separatas n.ºs 9/XI e 10/XI.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67.

A Redatora, Ana Machado

Transcrição efetuada por, Sara Azevedo